



PROFHISTÓRIA

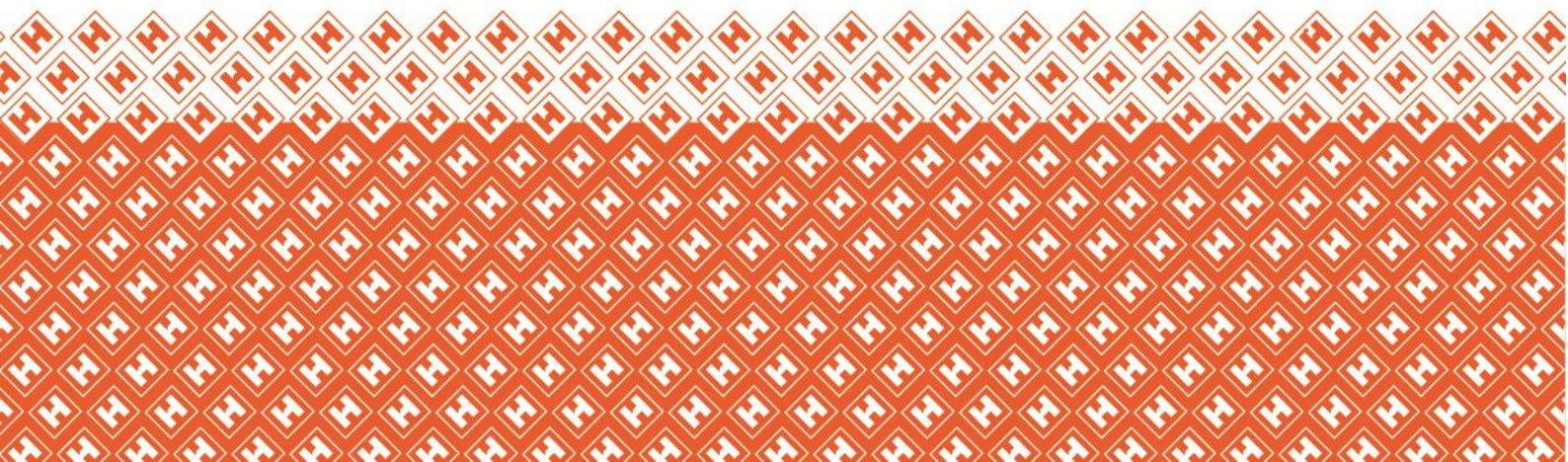
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FRANCISCO SALES DOS SANTOS

**Serra do Ramalho, disputas e resistências na
definição do território de identidade: possibilidades
para o Ensino de História no Ensino Fundamental II**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Novembro/2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA

FRANCISCO SALES DOS SANTOS

**Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de
identidade: possibilidades para o Ensino de História no Ensino
Fundamental II**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2025

FRANCISCO SALES DOS SANTOS

**Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de
identidade: possibilidades para o Ensino de História no Ensino
Fundamental II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ensino de História
Orientador(a): Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2025**

S235s

Santos, Francisco Sales dos.

Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de identidade: possibilidades para o ensino de história no ensino fundamental II / Francisco Sales dos Santos, 2026.

142p. : il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr.^a Avanete Pereira Sousa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2026.

Inclui referência F. 138 – 142

1. Serra do Ramalho - Bahia. 2. Comunidades ribeirinhas. 3. Barragem de Sobradinho. 4. História – Estudo e ensino. I. Sousa, Avanete Pereira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. III. T.

CDD 907

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134
Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

FRANCISCO SALES DOS SANTOS

**Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de identidade:
possibilidades para o Ensino de História no Ensino Fundamental II**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Avanete Pereira Sousa. Orientadora. UESB/ Vitória da Conquista

Professor Dr. Belarmino de Jesus Souza. UESB/ Vitória da Conquista.

Professor Dr. Joaci de Souza Cunha. UCSAL/ Salvador

Vitória da Conquista – BA
15/12/2026

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual


Nº 16.825, de 04.07.2016

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15:00 hrs, via plataforma *Google Meet*, no *campus* Vitória da Conquista, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação, intitulada “**Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de identidade: possibilidades para o Ensino de História no Ensino Fundamental II**”, de autoria do discente Francisco Sales dos Santos, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, em nível de Mestrado. A Comissão Examinadora esteve constituída pelos professores: Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa (presidente/Uesb); Prof. Dr. Belarmino de Jesus (UESB) e Prof. Dr. Joaci de Souza Cunha (Ucsal). Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, os membros da banca consideraram a dissertação:


(X) Aprovada () Reprovada

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **AVANETE PEREIRA SOUSA**
Data: 15/12/2025 16:36:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa

Prof. Dr. Belarmino de Jesus

Documento assinado digitalmente
 **JOACI DE SOUSA CUNHA**
Data: 05/01/2026 16:58:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424 – 8732 | profhistoria@uesb.edu.br

Campus de Itapetinga

Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP: 45700-000
PABX: (77) 3261-8600

Campus de Jequié

Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequiezinho
CEP: 45200-000
PABX: (73) 3528-9600

Campus de Vitória da Conquista

Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031-300
PABX: (77) 3424-8600

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos sertanejos que migraram pelo sertão como alternativa de sobrevivência e que mesmo com acesso às universidades em suas etapas de estudos, continuam a defender o modo de vida campesino. Lavrador por origem, a conquista de novos universos não provocou rupturas na relação com a terra. Através da dela foi possível conhecer a coragem e a resistência, que mesmo em meio às adversidades climáticas e sociais, persistimos na labuta cotidiana da vida simples e enraizada no solo sertanejo. Sou muito grato por pertencer a esse espaço social nessa etapa da vida.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma dissertação é sempre carregada e conduzida pelas dúvidas, críticas, leituras, interpretações, incertezas, sonhos e possibilidades. Cursar o mestrado em uma instituição pública voltada para o ensino de história é a concretização de um desejo. Para dar conta dessa trajetória foi preciso contar com o apoio de muita gente, por isso minha gratidão a todos e todas que diretamente ou indiretamente contribuíram nesse processo de formação.

A minha esposa, Eliete, meus filhos, Cristini, Luís Felipe e Rafael, que souberam dar o apoio necessário aos meus deslocamentos para Vitória da Conquista e aos momentos de estudos no processo de pesquisa e produção escrita.

Aos colegas da Secretaria de Educação do Serra do Ramalho, sempre solidários em meio às dificuldades na conciliação entre a labuta diária e os afastamentos para realização de estudos e pesquisas.

À direção e coordenação do Colégio Estadual Anísio Honorato Godoy, que entenderam esse processo de formação e contribuíram na flexibilização e adequação dos horários na escola durante os dois anos de formação.

Aos colegas de curso, sempre solidários, nos momentos de dificuldades surgidas.

Ao programa do PROF-HISTÓRIA-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista, obrigado a todos os funcionários, professores e coordenação, pela acolhida e pela disponibilidade sempre.

Agradeço, respeitosamente, à professora e orientadora a Dra. Avanete Pereira de Souza, por incentivar e, sobretudo, por ter me incluído como orientado. Obrigado pelo carinho e principalmente pela atenção e orientação.

Meus sinceros agradecimentos aos membros da banca examinadora, O prof. Dr. Joaci de Souza Cunha, da Universidade Católica de Salvador e o Prof. Dr. Belarmino de Jesus Souza, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Obrigado pela atenção e sugestões durante o meu trabalho.

EPÍGRAFE

Nas margens do velho Chico
Um novo alvorecer
Em cada olhar ansioso a esperar
Um novo sonho nascer

Um povo humilde que veio
Trazendo consigo a união
No peito saudades dos lares de lá
Só lembranças e recordações

Terra de grandes riquezas
Liberdade cultura e o saber
Gente que canta que chora e sorrir
Mas se exalta com muito prazer¹

¹ Parte da letra do Hino dedicado ao município de Serra do Ramalho, de autoria do professor e músico da terra Tobias Alves de Oliveira, filho de egressos da região de Sobradinho que foram deslocados para o PEC/SR.

RESUMO

SANTOS, Francisco Saldes dos. **Serra do Ramalho, disputas e resistências na definição do território de identidade: possibilidades para o Ensino de História no Ensino Fundamental II**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 2025.

O Município de Serra do Ramalho, localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, no Oeste da Bahia, é cenário de muitas disputas e deslocamentos. Desde a ocupação do território, com a formação de comunidades ribeirinhas, predominantemente negras, passando pela chegada dos Pankarus na região, até a criação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, na década de 1970, centenas de famílias foram expropriadas de suas posses e moradias na região de construção da Barragem de Sobradinho, cujo fim era a produção energética. Somados a esses grupos estão os trabalhadores rurais da região entre Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, assim como outros trabalhadores oriundos de vários recantos do país, o que gerou entrelaçamentos culturais, disputas pela posse da terra e alteração no modo de vida das pessoas. Todos tiveram que lidar com inúmeros fatores que alteraram seu modo de vida tradicional, impulsionando-os na busca de mecanismos para superação das dificuldades encontradas e garantia de seus direitos de permanência na região. Tendo como espaço delimitado a região localizada entre o Rio São Francisco e a Serra em direção ao Oeste, objetiva-se demonstrar a trajetória dos atingidos e as relações estabelecidas desde a chegada na região da Serra, passando pela criação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, até a transição para a emancipação em relação ao INCRA e a emancipação política, com a criação do município de Serra do Ramalho, em 1989. Os desdobramentos das disputas e conflitos pela posse da terra, as interações e miscigenações ocorridas entre os grupos oriundos de vários recantos do país, com a expansão de oferta de lotes rurais, assim como as interações com as comunidades enraizadas na região, possibilitaram a percepção dos diálogos culturais de distintas origens, que terminaram por desenhar o perfil do jovem município, marcado pela diversidade e distribuição populacional em um espaço geográfico também diverso. Não se pode deixar de conectar as questões abordadas no projeto desenvolvimentista, com a mobilização de recursos, tanto na construção da Barragem em Sobradinho, como nos grandes projetos de assentamento rural, que idealizaram modelos de desenvolvimento para regiões com pouca concentração populacional, alicerçados numa prática política coercitiva.

Palavras-chave: Serra do Ramalho, comunidades, deslocamentos, disputas.

ABSTRACT

The municipality of Serra do Ramalho, located on the left bank of the São Francisco River in western Bahia, is the scene of many disputes and displacements. From the occupation of the territory, with the formation of predominantly Black riverside communities, through the arrival of the Pankaru people in the region, to the creation of the Serra do Ramalho Special Colonization Project in the 1970s, hundreds of families were expropriated from their possessions and homes in the area where the Sobradinho Dam was being built, its purpose being energy production. Added to these groups are the rural workers from the region between Bom Jesus da Lapa and Carinhanha, as well as other workers from various parts of the country, which generated cultural intertwining, disputes over land ownership, and changes in people's way of life. All had to deal with numerous factors that altered their traditional way of life, driving them to seek mechanisms to overcome the difficulties encountered and guarantee their right to remain in the region. Focusing on the region between the São Francisco River and the Serra mountain range to the west, this study aims to demonstrate the trajectory of those affected and the relationships established from their arrival in the Serra region, through the creation of the Serra do Ramalho Special Colonization Project, to the transition to emancipation from INCRA (National Institute for Colonization and Agrarian Reform) and political emancipation with the creation of the municipality of Serra do Ramalho in 1989. The unfolding of disputes and conflicts over land ownership, the interactions and miscegenation that occurred between groups from various parts of the country, with the expansion of the supply of rural plots, as well as the interactions with communities rooted in the region, allowed for the perception of cultural dialogues of different origins, which ultimately shaped the profile of the young municipality, marked by diversity and population distribution in a diverse geographical space. It is impossible to separate the issues addressed in the developmental project from the mobilization of resources, both in the construction of the Sobradinho Dam and in the large rural settlement projects, which envisioned development models for sparsely populated regions, based on coercive political practices.

Keywords: Serra do Ramalho, communities, displacements, disputes.

LISTA DE SIGLAS

CIRA-Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Serra do Ramalho
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
COBAL – Companhia Baiana de Alimentos.
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco.
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER-BA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Bahia.
FSESP – Fundação de Serviços de Saúde Pública.
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
PEC-SR – Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa: Relação de equidistância entre o município de Serra do Ramalho e os municípios que tiveram suas sedes inundadas no curso do Rio São Francisco.	36
Imagem 2 – Cais da Velha Remanso, 1974.	45
Imagem 3 – Festa de Nossa Senhora da Conceição.....	47
Imagem 4 – Festa de São Gonçalo.....	48
Imagem 5 – Mulheres camponesas realizando a raspagem da mandioca	49
Imagem 6 – Vista do Centro de Remanso (praça), 1970.	52
Imagem 7 – Igreja Matriz da Velha Remanso, 1975.	52
Imagem 8 – Casa em ruína (foto: Luciene Aguiar)	73
Imagem 9 – Índios brincando o Toré. Com longo histórico de contato, o ritual do Toré é um dos elementos da cultura indígena ancestral mantida pelosankaru.	73
Imagem 10 – Barranco do Rio São Francisco na comunidade Barreiro Grande	77
Imagem 11 – Dona Ana e Sr. Domingos rezando espinhela caída.....	78
Imagem 12 – Mapa da trajetória das famílias de Sobradinho para Serra do Ramalho.	88
Imagem 13 – Cartaz de propaganda utilizado na região de Sobradinho.....	92
Imagem14 – Barca São Francisco. Tipo de embarcação utilizada no transporte dos egressos de sobradinho.....	95
Imagem 15 – Mapa de distribuição das Agrovilas no PEC/SR	97
Imagem 16 – Casa localizada na Agrovila 15, de uma série construída pelo INCRA, que ainda se encontra nos padrões originais.	99
Imagem 17 – Meio de transporte muito usado em Serra do Ramalho.	105
Imagem 18 – Corrida de vaquejada no Parque Joaquim Machado.....	114
Imagem 19 – Pega do Boi.....	114
Imagem 20 – Prédio da COBAL na Agrovila 22.....	122
Imagem 21 – Mapa das comunidades em Serra do Ramalho hoje.	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A VIDA ANTES DA BARRAGEM DE SOBRADINO E DO PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO DE SERRA DO RAMALHO	17
1.1 Abordagem inicial e conceitual.....	17
1.2 O PEC/SR	29
1.3 Os moradores da região beira rio e serrana	32
1.4 A região antes do Lago de Sobradinho.	36
1.5 A relação com a terra.....	41
2. O IMPACTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NAS REGIÕES DE SOBRADINHO E SERRA DO RAMALHO	55
2.1 Programas e projetos desenvolvimentistas	55
2.1.1 Medidas governamentais	58
2.2 Os Pankarus.....	68
2.3 Os quilombolas.....	74
2.4 Os egressos de Sobradinho e o choque da mudança	79
2.5 O papel das lideranças políticas na região	83
2.6 A participação da Igreja	86
A resistência, a propaganda e a mudança.....	88
3. A VIDA NAS AGROVILAS E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE OUTRAS REGIÕES.....	96
3.1 A difícil adaptação ao Projeto e reação do INCRA	96
3.2 Deslocamento	103
3.3 Ocupação desordenada: o caso dos gaúchos e paraibanos	106
3.4 Estrutura e funcionamento do PEC/SR.....	118
3.5 A Educação no PEC/SR.....	119
3.6 Produção e economia	122
3.7 Emancipação	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

O centro das abordagens a ser considerado no curso do presente texto é voltado para o município de Serra do Ramalho. Portanto, é preciso situar o referido município no espaço geográfico. O município de Serra do Ramalho está situado na Região Oeste do Estado da Bahia, a 819,5 km de distância de Salvador, capital da Bahia e 689 Km de distância para a Capital Federal, Brasília. Suas coordenadas geográficas: Latitude: 13° 34' 19" Sul, Longitude: 43° 35' 52" Oeste. Com 438 metros de altitude. está posicionado entre o Rio São Francisco e a serra que carrega seu nome integrando-se à microrregião do Médio São Francisco. Tem seu limite territorial hoje, com os municípios de Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Santana e São Félix do Coribe. Conta com uma população de 36.119, (IBGE, 2024), e é pertencente ao Território de Identidade do Velho Chico, que abarca uma vasta região no médio São Francisco. Conta um pequeno aeroporto, construído no período em que foi Projeto Especial de Colonização, para receber pequenas aeronaves a serviço do governo, sendo que atualmente, não se tem registro de sua utilização. O município é cortado por duas rodovias com pavimentação asfáltica, a primeira ligando a Bom Jesus da Lapa em um sentido e Santa Maria da Vitória no sentido oposto. A segunda ligando a Carinhanha, o que conduz facilmente a Guanambi. O fluxo viário é feito diariamente com linhas de ônibus para São Paulo Salvador e Brasília.

A compreensão dos processos que envolveram a migração compulsória das populações ribeirinhas expropriadas da região destinada a construção da Barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia, durante a década de 1970 do século XX, cujo destino principal planejado pelos órgãos do Governo Federal, foi o Projeto Especial de Colonização, localizado as margens do Médio São Francisco, Território de Identidade do Velho Chico, entre os municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, também no Estado da Bahia, como também as interações e deslocamentos provocadas pela ação coercitiva da política desenvolvimentista do Governo Militar, no momento do processo de expropriação de comunidades ribeirinhas, serranas e indígena, para alocação dos egressos de Sobradinho, incidiu sobre a vida cotidiana de todos . Diante da diversidade de posições sobre os motivos que levaram a maioria dos expropriados a não aceitarem a determinação de serem alocados no referido projeto, tendo também uma parcela considerável dos que aceitaram o deslocamento e dos que desistiram da permanência nas terras do Projeto, procurar entender o lugar do homem simples do sertão nordestino atingido, pelas políticas econômicas planejadas para o nordeste do Brasil, durante o regime militar, tendo como base o desenvolvimentismo, que emergiu no Brasil a partir da década de 1930, explorando as

interações entre as populações que convergiram e se encontraram no território de Serra do Ramalho, onde todos foram expostos às regras coercitivamente determinadas, através das desapropriações e mudanças territoriais, alterando o modo de vida tanto dos egressos de Sobradinho, como dos moradores das terras destinadas ao PEC/SR.

O desenvolvimento do presente trabalho, considera a partir da pesquisa qualitativa, uma investigação em torno da literatura já produzida em artigos, dissertações, relatórios do INCRA e da CPT, produzidos em momentos anteriores e retratando aspectos diversos dos modos de vida implementados na região de Serra do Ramalho.

Faz-se necessário entender como viviam e no que acreditavam as pessoas impactadas com a construção da barragem e implementação do PEC/SR, para poder compreender suas resistências e adaptações durante o sofrido processo de migração a que foram submetidos. Frente ao exposto torna-se necessário apontar as trajetórias percorridas, as tensões existentes nas constantes e disputas pela garantia de manutenção de suas práticas sociais e materiais, bem como o conjunto de interações propiciadas pelas relações sucessivas entre os agentes sociais que circundaram a região que compreende o município de Serra do Ramalho entre os anos de 1950 até a criação do município em 1989, passando necessariamente pela criação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho e pela desagregação dos municípios atingidos pela obra de construção da Barragem de Sobradinho, a saber, Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado.

Inserida em uma dinâmica onde as pessoas foram tratadas de forma homogênea, em uma região, que mesmo estando localizada as margens do Rio São Francisco, era diferente em vários aspectos, tanto pelas especificidades do meio geográfico como pelas manifestações e costumes existentes. Com o trabalho dividido em três capítulos, apresenta-se três momentos distintos, envolvendo características das comunidades abordadas, seja dos egressos de Sobradinho, seja dos realocados na região de construção do PEC/SR. Em um primeiro momento é feita considerações sobre o modo de vida pré-existente a ação do Estado, revelando características dominantes das populações atingidas. Na sequência, está abordado o desmantelamento provocado na vida das pessoas com os deslocamentos compulsórios e as mudanças provocadas, detalhando-se as estratégias, medidas oficiais, resistências e transformações ocorridas em função do processo de desterritorialização imposto. No terceiro momento, considera-se a estrutura de funcionamento do PEC/SR, observando as dificuldades encontradas para sua implementação e as atividades que foram postas em prática tanto para ocupação de todo o espaço planejado, quanto a mobilização de entidades no acompanhamento da assistência aos moradores das regiões atingidas.

Considerando também a existência de uma proposta curricular no município, onde se reserva espaço para discussões sobre a formação do município, um estudo dos grupos formadores, que já estavam ou que chegaram posteriormente à região, pode-se contribuir em acrescentar informações significativas que possam estabelecer novos diálogos no cotidiano escolar nas séries finais do ensino fundamental, onde se vislumbram temáticas direcionadas para o ensino da história local. Assim, além das informações contidas no texto, apresenta-se uma cartilha anexa, contendo enunciados e imagens que se reportem às dinâmicas de constituição do município de Serra do Ramalho.

1. A VIDA ANTES DA BARRAGEM DE SOBRADINO E DO PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO DE SERRA DO RAMALHO

E quem garante que a história
É carroça abandonada
Numa beira de estrada
Ou numa estação inglória

A história é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue

(Canción por la unidad de Latino américa. Pablo Milanez e Chico Buarque)²

1.1 Abordagem inicial e conceitual

Na certeza de que nada escapa aos interesses da memória de quem vive determinadas experiências históricas, é que se recorre à canção acima para afirmar que o cotidiano das pessoas comuns é digno de investigações e de registros, já que que “tanto ontem como hoje as ideias estão circunscritas ao seu próprio tempo e variam em seu transcurso” (Aguiar, 2018, p. 114). No geral, enfatizam-se os grandes feitos de indivíduos outorgados a líderes pelas realizações efetuadas durante suas governanças. Entretanto, as pessoas que são atingidas por esses feitos e o seu dia a dia também fazem parte da história, não se podendo negar-lhes autoria e participação no que acontece à sua volta. O “local” e o “global” se conectam, fazendo parte de uma dinâmica que procura responder às demandas de um momento e espaço que são específicos, não há como separá-los, uma vez que “todos os lugares são virtualmente mundiais. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade” (SANTOS. 2006, p.213).

² Composta em 1975, a canção revela da dinâmica própria dos povos latinos, denunciando sua exploração e mostrando a importância que a história desempenha.

Essas conexões entre o local e o global servem de base para se analisar a realidade brasileira no que diz respeito às políticas desenvolvimentistas e seu impacto nas comunidades inseridas e agraciadas por tais políticas. Dessa forma, os desdobramentos dos acontecimentos que atingiram tanto a região de Sobradinho, quanto a região de Bom Jesus da Lapa, com a construção da Barragem e a implementação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/SR), na década de 1970, não podem ser pensados de forma isolada. Ao contrário, revelam que “nossa relação com o mundo mudou. Antes, ela era local-local; agora é local-global” (SANTOS, 2006, p. 212).

O presente vivido pelas diversas comunidades inseridas no município de Serra do Ramalho tem uma relação direta com o seu passado, influenciando na construção da identidade e memória desse povo. Compreender os diversos momentos e tempos por quais passaram possibilitará apontar perspectivas futuras a partir da realidade experimentada:

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica. (Le Goff. 1990.p,179).

A questão dos egressos de Sobradinho e os desdobramentos no PEC/SR, incidem diretamente na vida de milhares de pessoas, conectando o passado ao presente e apontando os rumos a serem implementados. É uma relação dinâmica em que “à oposição presente/passado: devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro” (LE GOFF, 1990. p,180).

Esse momento específico de implementação de políticas desenvolvimentistas no Brasil, coincide também com o regime ditatorial, onde se procura controlar todas as esferas da vida social e econômica, através da ação centralizadora do Estado. Todas as estruturas devem estar em correspondência com esse Estado Nacional, que procura atrelar todos os segmentos sociais ao modelo em andamento:

É a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização. Através das relações gerais direta ou indiretamente impostas a cada ponto do país, seja pela via legislativa ou orçamentaria ou pelo exercício do plano, a sociedade nacional pesa com seu peso político sobre a parcela local (SANTOS. 2006, p.184).

A assertiva acima coloca o Estado no centro das decisões inerentes aos rumos de lugares e territórios a serem ou não contemplados com os projetos de “modernização”, não levando em

consideração as especificidades locais. Foi dessa forma que se verticalizou o processo de decisões em torno das vidas dos atingidos pela Barragem de Sobradinho e dos habitantes da região de Bom Jesus da Lapa, onde se implantou o PEC/SR. Novamente, recorremos a Santos (2006, p.184) para afirmar que “as decisões nacionais interferem sobre os níveis inferiores da sociedade territorial por intermédio da configuração geográfica, vista como um conjunto. Mas somente em cada lugar ganham real significação”.

É importante salientar que foi em um contexto de identificação, empatia e pertencimento ao território abordado que iniciamos e nos debruçamos sobre a temática desse estudo; trazendo à tona memórias e experiências, revividas a partir dos textos e documentos consultados. Por conta desse pertencimento é possível reconhecer que

A empatia histórica serve para humanizar a História apresentando um olhar mais sensível acerca das pessoas do passado em relação às do presente, estabelecendo vínculos relacionais e compreensão dos processos históricos ao apresentá-las como pessoas de carne e osso, com interesses, intenções, defeitos e qualidades, tal como os homens e mulheres da atualidade (AGUIAR, 2018, p. 119).

Assim, é possível revisitar a documentação produzida a partir dos eventos que envolvem as diferentes regiões pertencentes ao vale do Rio São Francisco, na porção mediana, entre os limites com Minas Gerais e o Braço do Sobradinho, na porção Norte do Estado da Bahia, reconhecendo histórias, trajetórias e conexões oriundas de interações cotidianas, frente as intervenções de agentes externos, representantes da esfera pública, e das relações tecidas durante a construção da Barragem de Sobradinho e do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, o PEC/SR. São muitas as informações que circulam, umas oriundas da esfera pública, através de documentação oficial expedida, outras com origem nos trabalhos e pesquisas acadêmicas, vinculadas às experiências de vida, outras que são parte dos relatórios expedidos por instituições que mantêm estreita interação com as comunidades estudadas, assim como o conjunto de tradições pertinentes ao espaço estudado, passado de geração a geração. Tudo se configura como conhecimento acessível, que precisa ser reconhecido e valorizado e “não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente” (BANIWA, 2012, p. 141). Daí a necessidade de dialogar e comparar o que se tem, para então contribuir com novas proposições em torno do objeto estudado.

As fontes de pesquisa são diversificadas e vão desde documentos produzidos por instituições governamentais, e da sociedade civil, a relatos orais e documentos audiovisuais, ancoradas em consistente bibliografia acadêmica. O desdobramento é a seleção e interpretação

sistemática das referidas fontes, tendo como requisito uma pesquisa que apresenta uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, cujo objetivo será analisar a configuração e os processos que culminaram com os acontecimentos inerentes ao deslocamento compulsório ou não de centenas de famílias para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, assim como a desapropriação e desterritorialização das famílias residentes nas áreas atingidas pela construção da Barragem de Sobradinho e da região destinada à construção do PEC/SR.

A abordagem está relacionada aos mecanismos adotados durante o processo de pesquisa. Logo, segundo Bogdan e Biklen (1994), para realizar uma investigação qualitativa o pesquisador necessita examinar a realidade com um olhar minucioso, a fim de enxergar o mundo sob uma perspectiva de que nada é comum e que qualquer detalhe pode ser útil para interpretar o seu objeto de estudo. A importância e principal objetivo atribuído a essa abordagem pode ser relacionada com a compreensão dos comportamentos e das experiências humanas, uma vez que busca investigar e descrever os significados que são construídos e atribuídos pelos sujeitos por meio das relações que estabelecem entre si e com o mundo.

Ao fazer considerações sobre as situações vivenciadas por diversos sujeitos em tempos e espaços, quer sejam similares ou distintos, é preciso estar atento às demandas que surgirem, respeitando as peculiaridades e mantendo-se dentro dos pressupostos metodológicos aos quais se propõe. Assim, será possível compreender a existência de alguns eixos fundamentais no processo de desenvolvimento do trabalho, sendo que uma série de acontecimentos, lineares ou não, ocorrem de forma subjetiva, impondo o olhar sempre atento, bem como procedimentos metodológicos apropriados no processo de produção de conhecimento.

Conceitos relacionados ao universo contextual das populações expropriadas são abordados numa perspectiva em que:

Tempo, espaço e memória, tal como os definimos, são noções-chave para penetrar no mundo do camponês ribeirinho e compreender como se instituem as categorias subjetivas de tempo e espaço em jogo no seu discurso, transformadas com as mudanças que a barragem impôs. A memória da história vivida antes e depois da barragem, história da “mudança”, cria o tempo como “antigamente”, “antes”, “naquele tempo”, em oposição à “hoje”; e o espaço como “lá” em oposição a “aqui”. Expressões como essas dominam as falas dos camponeses. (Siqueira.1992. p. 70).

Não se pode prescindir das análises feitas pelo autor para compreensão dos posicionamentos dos atingidos pelo processo de expropriação tanto em Sobradinho como na região de Bom Jesus da Lapa, no momento de instalação do PEC/SR. A recorrência a momentos anteriores foi uma referência para definição de comparações entre as duas situações e os

momentos distintos de cada processo. A importância que a memória desempenha na vida dos camponeses é crucial, uma vez que possibilita aos indivíduos e sociedades serem o que são, identidades sempre refeitas, que têm/vêm de um modo passado de ser que é permanentemente atualizado e alterado, adaptando-se às mudanças (Siqueira.1992. p. 68). A convivência entre os sujeitos que se conectaram nas duas regiões foi permeada pelas lembranças que traziam de suas localidades, servindo de parâmetro na definição do modo de vida em curso.

O grande desafio que se impôs no processo de pesquisa foi o de estabelecer um paradigma teórico-metodológico que respondesse às inquietações e problemas inerentes ao objeto estudado; que buscasse apreender o real a partir de pressupostos fundamentados na análise qualitativa de situações e fenômenos que podem gerar sentidos e significados, que não se encontram prontos, mais vão se constituindo e se revelando de diferentes formas e modos. A denominada “Colonização de Serra do Ramalho” é própria de um contexto temporalmente demarcado e que envolve inúmeros fatores e sujeitos sociais, com encontros e conexões específicas, mas que estão conectados a tempos e espaços diversos, bem como com outros atores, implicando, para ser compreendida, múltiplos e distintos olhares. Daí a escolha pela pesquisa e análise qualitativa, posto tratar-se de um método que:

“não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Diferentes perspectivas poderão ser observadas através da leitura atenta dos documentos encontrados e selecionados para efetivação da pesquisa com o objetivo de compreender as experiências, vivências, mudanças e permanências, os processos migratórios, as interações culturais, desterritorialização e territorialização, ocorridas por meio das interações e conexões entre os vários agentes sociais. Considerando o objeto de estudo em questão, será relevante considerar as pesquisas realizadas em torno dos egressos que migraram por conta da Barragem de Sobradinho e a organização do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/SR). As questões a serem destacadas giram em torno da desapropriação da área escolhida para instalação do Projeto, do empossamento dos egressos de Sobradinho, da relação entre os novos colonos, oriundos de diferentes lugares da Bahia, em um primeiro momento, e, posteriormente, de outras regiões, com destaque para os Estados da Região Nordeste, atraídos

pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras. Temos em Serra do Ramalho um encontro involuntário de costumes, crenças e tradições que passarão por sucessivas interações, até se constituir o perfil da população serramalhense.

Além da abordagem fundamentada na pesquisa qualitativa, alguns conceitos são norteadores das reflexões acerca do objeto estudado. Iniciemos com a questão da territorialidade. No caso dos atingidos com a construção da Barragem de Sobradinho e constituição do PEC/SR, temos uma relação de desterritorialização, reterritorialização e territorialização novamente. De acordo com Santos (2002, p. 217), “território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável”. Assim, aqueles que foram obrigados a deixarem suas terras de origem, passaram por um processo de desterritorialização, o exemplo mais contundente e verossímil para esse processo, foi a transferência compulsória de centenas de famílias, fazendo com que parte das tradições, arraigadas ao território por décadas, como parte constituinte da identidade de muitas comunidades, fosse desprezada. Independente do espaço físico, com suas variações e características peculiares, como a existência de terras para fins diversos, atendendo a cada ciclo de sobrevivência a que estavam acostumados em seu labor diário, o ato da transferência compulsória representa uma violência ao modo de vida em vigência, já que as desterras de destinos são desconhecidas e, possivelmente, não terão as especificidades das que estavam sendo abandonadas. Mudar implica suprimir práticas arraigadas. A reterritorialização em outros espaços demanda um longo processo de adaptação para construção de sentimentos de pertencimento, conduzindo a uma identidade territorial que se consolidará em meio a disputas, relações e ressignificação das experiências trazidas das terras de origem nos novos contextos sociais e culturais. Dos dois lados “a consciência sentimental dos camponeses, acerca do processo de transformação que estavam vivendo, foi gradativa. Do mesmo modo as reelaborações culturais e morais e as reações” (Siqueira. 1992.p.126).

Na região da Serra do Ramalho, onde convivem comunidades ribeirinhas, comunidades serranas, comunidade indígena dos Pankarus³ e diversos proprietários rurais, o processo de desapropriação e assentamento dos expropriados, também tem as mesmas implicações, no que tange a questão da territorialização. A relação com a terra e com os novos mandatários também exige adaptações, negociações e disputas na definição dos limites entre as comunidades e as

³ Trata-se de uma família indígena remanescente dos Pankarus do Estado do Pernambuco que migrou para a região de Bom Jesus da Lapa durante a década de 1950.

terras destinadas ao Projeto de Colonização em implementação. Áreas reduzidas, acessos controlados, quem estava proprietário torna-se um colono com a mesma porção de terra destinada a todos, o que implica perda de identidade e pertencimento para redefinição de um novo papel no novo cenário social que se impõe. Mesmos as dezenas de famílias, oriundas das diversas regiões do país, passaram pelos mesmos processos, uma vez que estavam deixando suas experiências e comunidades de origem para fazerem parte de uma nova estrutura social, demandando interação, adaptação e misturas culturais definidoras do perfil que caracterizará a sociedade em que estão se inserindo e ajudando a compor.

Um conceito que também é digno de apreciação é o de cultura. As famílias egressas, destinadas ao Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, vieram da região de Sobradinho; da própria região da Serra do Ramalho, ou das margens do Rio São Francisco; de outros municípios da Bahia e de outras unidades da federação. Todas têm em comum, um sentimento de pertencimento que trazem em suas memórias, que é distinto e determina o perfil de cada indivíduo e grupo familiar, marcando suas posições e opiniões no redirecionamento de suas vidas em outros lugares. Essa diversidade de culturas demandou um processo de múltiplas interações e novas configurações, pois, como afirma Maher (2007), a cultura não é algo hereditário, mas uma produção histórica discursiva. Sendo assim, ela é uma abstração, é verbo, não substantivo, porque está em constante construção. Partindo dessa compreensão as relações entre pessoas, originárias de ambientes culturais distintos e diversos, forjaram com suas próprias dinâmicas, o território cultural que dá identidade ao município de Serra do Ramalho.

As vivências, interações e misturas culturais ocorridas durante a existência do PEC/SR, impulsionaram o surgimento de um novo território que mais tarde se configurou como município de Serra do Ramalho, um novo território de pertencimento e identidade social, emergida a partir das múltiplas interações, conflitos e interesses das pessoas que migraram ou que já se encontravam na região citada. A importância das interações e vivências encontram eco na afirmação de que “a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio” (SANTOS, 2006, p. 221). Os encontros propiciados pela ação coercitiva do Estado fizeram com que as comunidades refizessem suas concepções, tendo como referência as memórias adquiridas e as interações ocorridas durante os momentos de migração a que foram submetidas. A jornada a ser seguida, com a ressignificação dos caminhos deixados para trás e dos caminhos percorridos, além de fomentar formas de comunicação também constroem valores e objetos, refletidos nas práticas culturais.

O aporte na construção desse texto passa pela elucidação e compreensão dos conceitos e ideias subjacentes ao próprio texto em seu percurso, sendo a definição e apropriação deles, um requisito para a manutenção de ideias afins, por conta dessa demanda, é merecedor abordar a ação das mudanças de espaços físicos, impactando tanto os lugares de onde se sai, como os lugares para onde se vai, o que caracteriza essas mudanças como migrações. Uma definição que se enquadra dentro da perspectiva de estudo das mudanças espaciais ocorridas entre as pessoas e comunidades que se dirigiram à região de Serra do Ramalho é que:

Migração é um conceito amplo que é aqui entendido como um fenômeno social no qual uma pessoa ou várias se deslocam de um país ou uma região a uma outra para se estabelecer lá temporalmente ou permanentemente, normalmente procurando uma forma de melhora (laboral, política, econômica...), apoiados por outros (caracterizando a migração um fenômeno coletivo) (RAVENTOS, 2014. p. 1).

Ao procurar entender o ocorrido na região da Serra do Ramalho, uso o termo “da Serra” considerando a inexistência de um município constituído, como nos dias presentes, o que tínhamos era uma região localizada entre os municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, situada entre a Serra do Ramalho e as margens do Rio São Francisco, região essa que foi escolhida para implementação do projeto de assentamento dos egressos da região destinada à construção da Barragem de Sobradinho, logo as migrações foram inevitáveis. Entendo a migração como um fenômeno longo, já que sua existência tem ocorrido ao longo de toda história, motivada por questões que variam em tempos e espaços diferentes, caracterizada também por fatores variáveis. Na situação das migrações ocorridas em direção ao Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, quando se observa a transferência das famílias egressas da região de Sobradinho, onde os órgãos governamentais se empenharam na promoção da mudança, utilizando os recursos estatais e uma intensa rede de propaganda para convencer os expropriados a aceitarem as condições oferecidas pelo Estado, essas atividades serão detalhadas em momento posterior, aqui interessa distinguir o tipo de migração ocorrida, já que as pessoas atingidas não tinham muitas opções, a não ser ceder aos propósitos dos agentes governamentais, não esquecendo que estávamos em um momento político de dominação dos militares a frente do governo, marcadamente autoritário em suas ações e tomada de decisões. Frente ao exposto esse primeiro momento pode ser apontado como uma migração compulsória, já que as pessoas não tinham alternativas, a não ser acreditar na possibilidade de que as novas terras de destino poderiam oferecer melhorias para suas vidas. A mobilização feita pelos agentes governamentais em relação aos que foram realocados conduziu a um processo em que

A ação de convencimento dos camponeses, através da promessa de vantagem e atrativos mostrados em filmes e panfletos, para que aceitassem o reassentamento nas agrovilas do PECSR, é avaliado como engodo e “malandragem”, com a constatação de que lá era realmente “cativeiro” ou “sujeição (Siqueira, 1992. P.148).

Do outro lado, as migrações ocorridas posteriormente fazem parte de uma outra realidade, já que não houve um empenho das instituições governamentais para convencer e patrocinar os pretendentes a colonos no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho. |Muitas famílias foram atraídas pela promessa de posse de terras cultiváveis, com apoio institucional, que subsidiaria os primeiros meses de adaptação nas comunidades onde fossem assentados. Parte dessas migrações ocorreu por iniciativa particular ou por interesse estatal, quando recebia e assentava trabalhadores rurais egressos de regiões com predominância de conflitos agrários. Em todo caso a migração do lugar de origem para o lugar de destino contava com o interesse e as condições dos migrantes. Se enquadram aí das dezenas de famílias de trabalhadores rurais vindas da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, como também outras tantas que migraram de cidades na Bahia em direção ao Projeto de Colonização.

O fenômeno da migração permeia o tempo todo a história e ocupação da região da Serra desde tempos anteriores a existência do Projeto, já que as comunidades enraizadas na região, são originárias de diferentes regiões e foram se firmando nas margens do Rio São Francisco e ao logo da região serrana. São exemplos dessa ocupação, a presença de inúmeras comunidades constituídas por afrodescendentes, algumas delas já reconhecidas como remanescentes de quilombos, e outras com processos para obtenção do reconhecimento junto a Fundação Palmares. Na base da Serra, encontra-se a comunidade indígena dos Pankarus, que não são originários da região, mais que também migraram em momento anterior ao Projeto Especial de Colonização, se instalando na região, o que demanda algumas considerações a serem feitas posteriormente. Diante do exposto, fica evidente que a composição do território que compõe a Serra do Ramalho do presente, é resultado dessa sucessão de migrações ocorridas no curso do tempo, entretanto o momento de instalação do Projeto de Colonização, é que dar os contornos para o que temos hoje.

A inquietação para entendimento dos conceitos trabalhados durante a produção do presente texto em suas partes constituintes, nos remete ao estudo do termo colonização, já que essa palavra vai ser elemento de caracterização do projeto administrativo implementado na região da Serra do Ramalho. O uso cotidiano do termo colonização, acontece em outros campos de discussão, e normalmente é associado a determinados períodos da história, onde uma nação ou grupo social submete e domina outro grupo, impondo suas crenças, modos de vida e

explorando incessantemente os dominados. Frequentemente o uso da violência se faz presentes nesses cenários. Basta que olhemos a ação colonizadora das nações europeias na América, na Ásia e na África, que a ideia de colonização se cristaliza nessa direção, entretanto o uso do termo vai para além desses momentos e espaços históricos citados, pois até o presente a palavra colonização continua a preencher espaços e tempos, sendo muitas vezes incorporada para delimitar ações de grupos ou governos dentro de seu próprio território, porém mantendo algumas semelhanças com as ideias subjacentes ao significado do termo, quando se reporta a ocupação, exploração e controle de um grupo sobre o outro, aconteça na antiguidade, na modernidade ou na contemporaneidade

“A Enciclopédia Luso Brasileira da Cultura define a colonização como um fenómeno sociopolítico baseado na dependência de um grupo humano ou de um território a um outro que exerce nele influências demográficas, económicas, culturais, sociais ou políticas.” (Faustino, 2018.p.68).

Pela definição acima, na sua essência colonizar implica em submeter, controlar e manter os colonizados atrelados às vontades e planejamentos daqueles que estão dominando. Aplicado à situação em questão, quando da criação de um espaço para assentamento de centenas de famílias, a denominar-se Projeto Especial de Colonização, passamos a entender que se trata de uma proposta de controle dos pretendentes a colonos, que poderiam ser todos os que migraram da região alagada com a construção da barragem de Sobradinho, os próprios moradores da região destinada ao projeto e outras tantas famílias que se atestassem não possuir terras em seu nome, passariam a ter o direito a uma propriedade cedida pelo governo, para explorar os processos de produção que fossem mais apropriados às circunstâncias e políticas expedidas pelos administradores do Projeto. O termo colonização é apropriadamente utilizado, já que os pretensos colonos estavam submetidos a uma série de normas, exigências e benefícios, que não dependiam de sua vontade ou capacidade de organização, mais da vontade e das diretrizes emanadas dos órgãos representativos do Governo Federal, o que será abordado com mais detalhes nas partes subsequentes desse trabalho. Muito se usou o termo colonização, nas propostas de expansão e ocupação de partes do território brasileiro, mantendo-se o controle dos colonos e das áreas ocupadas e exploradas.

Para dar prosseguimento às discussões em torno dos conceitos que permeiam a construção dos textos neste trabalho, vale destacar as questões econômicas que motivaram a construção da Barragem de Sobradinho para geração de energia elétrica, a partir das forças das águas nas correntezas do Rio São Francisco, em pleno sertão baiano. Tratou-se de um projeto de grande porte, no que se refere a investimentos e mobilização de recursos de toda ordem para

sua efetivação. A pretensão de fazer com que o Brasil alcançasse níveis de desenvolvimento em sua base industrial, passava pela necessidade de aprimoramento na sua infraestrutura, como construção de uma rede viária, portos e geração de energia, que fosse suficiente para alimentar a pretendida expansão econômica, industrial e expansão da rede elétrica para o interior do país, a fim de atender as novas demandas dos grandes centros urbanos e atingir também as pequenas cidades espalhadas por esse imenso país. A muito se vinha criando possibilidades que viabilizassem o desenvolvimento econômico. Para modernizar, tornava-se necessário implementar políticas que fossem aplicadas, a fim de mobilizar a sociedade para as metas estabelecidas e pretendidas pelos governos.

Buscando compreender as motivações, para que no Brasil se implementassem ações inspiradas no desenvolvimentismo, é possível entender que

“Um Estado Desenvolvimentista é, como um tipo ideal, aquele em que uma elite política orientada por ideais desenvolvimentistas e incentivada por um contexto internacional ameaçador é capaz de forjar uma aliança política de modo a sustentar um processo de construção institucional e de formação de uma burocracia econômica que seja, ao mesmo tempo, suficientemente coesa, socialmente inserida, com autonomia e capacidade para formular e implementar uma política de industrialização que redefina, no longo prazo, a estrutura econômica de um país”. (Perissinotto, 2014. P.64).

Assim, a concepção de um Estado Desenvolvimentista está nas bases das diretrizes políticas que conduziram a construção da Barragem de Sobradinho. Para tanto, as decisões acerca do destino dos atingidos, era de competência dos tecnocratas a serviço do governo em exercício. Ligeiramente, pode-se inserir a partir daí que, as considerações sobre o perfil das comunidades envolvidas no processo de expropriação de suas condições sócio culturais, bem como as formas de aglutinação a serem aplicadas no momento posterior ao desmantelamento de suas estruturas comunitárias, não estava na pauta de interesses dos agentes governamentais, já que sua função era atender aos interesses do pensamento econômico hegemônico, que prevalecia e determinava os rumos da vida cotidiana das pessoas. Considerações dessa natureza serão feitas em outros momentos neste texto.

Dialogando ainda com Siqueira (2007.p.4), ao afirmar que “o desenvolvimentismo acredita que a obra ou o projeto tem papel civilizador, modernizador, ao tomar as populações atingidas do nada ou pouco que são suas vidas e resgatá-las para uma vida acreditada como melhor”. Corroborar-se assim a pretensão dos que estão afrente das empreitadas desenvolvimentistas, suas convicções sobre a necessidade de controlar e conduzir os

colonizados, trazendo-lhes prosperidade e inserção em um contexto social que os conduzirá ao progresso e bem-estar social. Tais pretensões e crenças não diferem muito de outros estágios de colonização ocorridas no curso da história em nosso país. A quem o desenvolvimento objetivou atingir é alvo também de especulação, já que se passou sempre a ideia de que todos ganham, sobretudo quando se desarticulou a vida de centenas de famílias para gerar energia elétrica no Nordeste. Esse é um modelo de “progresso feito às custas da maioria para beneficiar apenas uma pequeníssima minoria. A destinação da energia é o exemplo mais gritante: os que arcaram com os altos custos humanos e sociais de sua produção são os últimos a usufruir dela.” (Siqueira, 1992.p.153). Sempre se utilizando de recursos e discursos em favor da maioria, o Estado Desenvolvimentista do Brasil, submeteu à sua vontade e de seus aliados interioranos, os brasileiros cujo modo de vida permanecia a décadas estabelecido nas regiões ribeirinhas do Rio São Francisco.

É importante esclarecer que de acordo com Germani (2010) essas obras “são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto”, passando a clara ideia de que as populações das localidades envolvidas não eram consideradas, sobretudo quando se estava em jogo os projetos que visavam contribuir para o progresso. Nesse caso as autoridades e órgãos envolvidos agiam em nome de uma causa que propiciaria o bem de todos e traria benefícios a todos os atingidos.

O planejamento se deu de forma vertical e sem discussão, uma característica do regime. O que se desprende da situação descrita é que houve um acordo entre a burguesia nacional urbana, as elites políticas e o governo militar para implementação das ações que trouxessem os benefícios provocadores do desenvolvimento econômico almejado, para isso algumas decisões precisaram ser tomadas e os parâmetros da política governamental não incluía em seu bojo a consulta às populações envolvidas nem qualquer tipo de organização para discussão da utilidade ou não do que se pretendia. Fazer o país crescer era o objetivo, logo seria indispensável a arregimentação de recursos naturais que propiciassem tais intentos.

A dinâmica dos fluxos populacionais, tanto da região de Sobradinho, quanto da região que passou a compor o PEC/SR, implica em processo dialético de territorialidade, reterritorialidade e desterritorialidade, sendo os egressos de Sobradinho marcados pela perda de seu território original de forma compulsória, conduzidos a uma nova região, onde passaram a dar significado

ao seu “novo”⁴ território. Nesse processo, abandonam-se referências, que serão remanejadas e readequadas aos novos espaços, até se construir e dar significado ao território onde se está inserido. Tanto em uma região, como na outra, ambas em torno do Rio São Francisco, “os camponeses relocados se viram de uma hora para outra sem suas bases de vida, desorientados no tempo e no espaço pela perda de suas referências naturais e sociais, privados do seu rio, ilhas e lameiros (Siqueira, 1992. p.89). A readaptação passou por momentos de conflitos, resistências e adequações, implicando na recorrência à memória e espaço de tempos anteriores às mudanças surgidas.

A centralidade dos conceitos já expostos, em diálogo constante com a temática abordada, não exclui concepções secundárias, utilizadas em momentos específicos para se tentar compreender, da maneira mais ampla possível, todo o processo que envolve a formação de um território. De fato, como afirma Andrade (1998, p.214), a “formação de um território, dá as pessoas que nele habitam a consciência de participação, provocando o sentimento de territorialidade, que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”. Assim, as várias migrações ocorridas em direção ao PEC/SR e mesmo a realocação dos internos da região, no momento da desapropriação e assentamento nos lotes rurais, fomentaram as conexões e conformações entre as práticas culturais desses agentes sociais, o que contribuiu para a construção de uma nova estrutura de poder, pois, “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder” (ANDRADE, 1998, p. 213). Importante salientar que, no caso das regiões atingidas, a perda acontece de forma coercitiva, cuja ação é protagonizada pelos agentes governamentais, representantes do poder e dos mecanismos de produção em vigência no país.

1.2 O PEC/SR⁵

Em princípios de 1970, o extremo sudoeste da Bahia tornou-se palco da ação de inúmeros grileiros. Um decreto presidencial, publicado em 1973, declarava a região do Médio São Francisco prioritária para desapropriação. A medida se fazia necessária por causa da desapropriação não só da área da Barragem de Sobradinho, mas também da área onde seria

⁴ Mesmo já sendo parte do território, o INCRA considerava todos os moradores como colonos que estavam sendo inseridos no PEC/SR, cujo tratamento deveria ser homogêneo a todos, dentro de um território ajustado para atendimento do bem comum.

⁵ O uso da abreviatura PEC/SR é bastante recorrente nesse texto, em substituição ao termo Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho.

reassentada a população desabrigada. Diante da possibilidade de serem indenizados, os grileiros começaram a atuar na região, tentando expulsar a população local desprovida de título de propriedade.

O projeto inicial era o de criação de uma colônia agrícola, destinada aos egressos da barragem e com infraestrutura que atendesse aos padrões de uma sociedade organizada e desenvolvida, a ser implementado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão do Governo cuja atribuição está relacionada às questões agrárias, incluindo-se aí o que diz respeito diretamente ao nosso objeto de estudo que é a instalação do PEC/SR, cuja viabilidade incluiu: desapropriação de terras, construção da infraestrutura mínima necessária ao funcionamento do projeto, administração e mobilização de recursos humanos e logísticos para o assentamento dos candidatos a colonos etc.

Com objetivo de iniciar os trabalhos no PEC-SR, em 25 de abril de 1975, através do Decreto Lei 75.658, foi desapropriada uma área de aproximadamente 257.000 ha. Por meio da Portaria nº 939, o INCRA desapropriou sete (07) grandes fazendas: Barra, Boa Vista, Palma, Volta de Cima, Porto Alegre, Pituba e Várzea Grande, avaliadas através de 1.630 laudos, desalojando cerca de 980 famílias e assentando-as em agrovilas, conforme disponibilidade dos lotes rurais implementados pelo INCRA em cada agrovila e a preferência dos desapropriados (RELATÓRIO DO INCRA, 1994. in: SILVA. 2019 p. 30).

O número de famílias citadas é bem relevante quando se considera a extensão territorial planejada e destinada à execução do PEC/SR. Os proprietários dessas fazendas moravam em outros centros, mantendo as terras para fins de criação de gado, sem, no entanto, ocupar todas as extensões das respectivas propriedades, fazendo com que a região tivesse uma cobertura vegetal abundante, cuja madeira será objeto de exploração e comercialização em momento posterior à criação e execução do PEC/SR. A concentração populacional girava em torno dos povoados distribuídos ao longo das margens do rio São Francisco, sendo os principais Barreiro Grande, Água Fria, Campinhos, Boa Vista e Pambu. Algumas dessas comunidades são hoje reconhecidas pela Fundação Palmares⁶ como remanescentes de quilombos, uma vez que suas populações são marcadamente caracterizadas por afrodescendentes, acreditando-se serem formadas a partir da concentração de escravos que fugiam e se refugiavam nas bordas do rio São Francisco.

⁶ As comunidades de Serra do Ramalho, situadas na margem do Rio São Francisco reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos, pela Fundação Cultural Palmares, foram Barreiro Grande em 20 de dezembro de 2012, Água Fria em 20 de dezembro de 2012 e Pambu em 08 de novembro de 2018.

A região que compreendia o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho-PEC/SR, não estava circunscrito ao entorno do rio, já que nenhuma das Agrovilas (Perímetro urbano destinado à residência das famílias), foi construída em suas margens, ficando afastadas a uma distância que variou conforme o Eixo de localização das respectivas agrovilas. O Projeto de Colonização se estendeu até as proximidades da Serra, tendo algumas agrovilas mais próximas da Serra do que do rio São Francisco, impactando também comunidades situadas no “pé da serra” ou em seu ponto mais elevado, a exemplo das comunidades de Taquari e Tabuleiro. Percebe-se aí diferentes características entre as comunidades, tanto das próximas ao rio entre si, quanto com as situadas longe deste ou na região de serra. Essa distribuição arbitrária das agrovilas, para realocar os egressos de Sobradinho, justifica as dificuldades enfrentadas pelas famílias das duas regiões já que” laços de vizinhança, e mesmo de parentesco, foram rompidos e outros fortalecidos e/ou criados; costumes foram alterados, como o das formas de solidariedade no trabalho e nas ocasiões sociais” (Siqueira, 1992. p.92).

Os estudos sobre as origens das populações situadas às margens do rio São Francisco evidenciam que a região foi habitada há muito tempo e em função dos trânsitos e conexões ocorridas no curso do rio que, por conta de sua navegabilidade, foi um importante ponto de passagem de mercadorias e pessoas. Inevitavelmente, muitos foram ficando e estabelecendo morada na região. Também é relevante a utilização do rio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à criação de gado. O estabelecimento de fazendas de gado, além de impulsionar uma rede de comércio, deu origem a povoados nas margens direita do São Francisco, gerando uma rede de trocas com os que habitavam ou se refugiavam do outro lado do rio, nesse caso, as comunidades que formaram a região da Serra do Ramalho de hoje. Atesta-se que:

“O “pé da serra” era também povoado antes da construção das agrovilas, mas, ao que tudo indica, O espaço entre o rio e a serra, na época da chegada do INCRA, era pouco povoado, abrigava alguns povoados, estava dominado por fazendas. Com a construção do PEC-SR, as agrovilas ficaram localizadas nesse último, a beira do rio e a serra transformaram-se em áreas de reserva.” (PEREIRA FILHO, 2013, p. 29).

Havendo comunidades marcadas por uma diversidade de origens, distribuídas em espaços heterogêneos, já que os recursos naturais e meios para suprir a subsistência de muitos variavam conforme a localização e proximidade com outros centros comunitários, a chegada do INCRA e o desmoronamento de práticas sociais e comerciais vigentes, modificaram, profundamente, o estilo de vida dessas pessoas, obrigadas a sucessivos redimensionamentos para se ajustar à realidade imposta: novas relações, conexões e trocas culturais entre as

comunidades de origem de cada um, num processo de estabelecimento de uma nova realidade e novo ambiente em construção.

A contínua interação, resultando em frequentes conexões, por espaços e tempos distintos, estiveram sempre presentes no processo de ocupação e exploração em terras brasileiras. O modelo mais conhecido de nossa história é o desdobramento do processo de interação entre europeus, povos de origem africana e povos indígenas no Brasil, protagonizando um processo de miscigenação que alterou as características físicas e o modo de vida de muitos povos.

Amálgamas, misturas e mesclas moldaram a formação da sociedade brasileira desde as primeiras chegadas de europeus e africanos que protagonizaram encontros inéditos com indígenas na América. As circulações de saberes e técnicas abrigadas naqueles que, também, conduziam diferentes crenças, fisionomias e sentimentos, deram tons às gentes resultantes das misturas culturais e biológicas que há muitos séculos já se verificavam nos demais continentes. (IVO. 2023. P. 133)

Essas interações e misturas ainda se fazem presentes em eventos históricos, como o ocorrido na região de Serra do Ramalho, considerando o intenso deslocamento de famílias, oriundas de diferentes espaços, na região destinada à construção da Barragem de Sobradinho, dos colonos egressos de várias regiões da Bahia e de outros estados nordestinos e, também, dos que já habitavam as terras destinadas ao PEC/SR. Para estes, as disputas e interações continuaram a ocorrer ao serem remanejados de suas moradas ou comunidades para ocuparem as Agrovilas e mesmo permanecendo em suas localidades, como é o caso de moradores de alguns povoados que foram mantidos. Esses deslocamentos afetaram a vida de todos os envolvidos e atingidos, inclusive das comunidades tradicionais, como a comunidade indígena dos Pankarus que ocupava uma parcela do território localizado hoje entre a Serra e a atual Agrovila 19. Todos foram expostos e submetidos a um tratamento uniforme, já que os administradores do Projeto tinham um modelo estabelecido de gerenciamento da vida dos que chegavam, e dos que já lá estavam, não importando a origem, nem o tipo de terra que habitavam anteriormente. Agora, todos eram, indistintamente, colonos do PEC/SR, e tinham que ser tratados conforme as diretrizes operacionais planejadas para sua execução.

1.3 Os moradores da região beira rio e serrana

No projeto de desenvolvimento para o nordeste, a produção agrícola deveria abastecer os mercados regionais em expansão. Logo, por trás da ideia de se alocar os moradores egressos da região alagada em Sobradinho, estava também o projeto civilizador para adequação dessas

populações ao novo cenário econômico que se pretendia para o Brasil, ou seja, uma estrutura que lhes propiciasse geração de riquezas, aliadas a uma rotina de vida que estivesse dentro dos parâmetros urbanos pensados para um país em desenvolvimento. Assim, toda a infraestrutura necessária deveria atender a esse novo projeto; em destaque, a oferta de terras férteis devidamente acompanhada de uma rede de estradas e estruturas que viabilizassem a escoação da produção que se pretendia para a região.

Não se pode negar que, na teoria, o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho enquadrava-se nessa perspectiva desenvolvimentista, já que resolvia o problema do esvaziamento da região alagada pela construção da barragem, preenchia também outras agrovilas com as famílias que almejavam trabalhar em seu próprio terreno e produzia o desenvolvimento em uma área com pouca densidade demográfica e muita terra disponível para exploração, mesmo alterando o modo de vida local. Essas são as perspectivas e convicções dos órgãos implementadores do Projeto, destacando-se a certeza de oferecer oportunidade de fazer com que centenas de famílias passassem por um processo de adequação à nova realidade econômica pretendida para o Brasil, mesmo em meio à multiplicidade de padrões, estilos de convivência, interação e relações com o meio ambiente, frente aos obstáculos que emergiram, como resultado da ação coercitiva do Estado, com “ a violação desses padrões pode se esperar que provoque ressentimentos e resistência – não somente porque necessidades não são satisfeitas, mas porque direitos são violados” (Siqueira. 1992. p.119). Assim, fazia sentido o envolvimento de múltiplos órgãos públicos e a demanda de recursos aplicados em sua estruturação.

Antes de entrar no mérito do Projeto e sua execução, importa destacar situações e posicionamentos de moradores que já estavam na localidade a ser implementado o PEC/SR, a partir de depoimentos dos envolvidos, registrados por Anísio Pereira Filho:

Antônio diz que seu pai veio da cidade de Paratinga por volta de 1952 e foi morar no Mamonal, uma fazenda que ficava na região onde hoje está a agrovila 12. Depois mudou-se para um povoado chamado “Tumarim” (Tamarindo), antigo “João Neves”, e mais tarde comprou sua terra no Taquari. João afirma que conhece a região desde 1950, mas mudou-se definitivamente em 1955 para o lugar chamado Olho d’Água. Chegou ao mesmo tempo que o senhor Apolônio⁶, chefe da aldeia Pankaru, um grande amigo seu. Conta que a região, bem mais antigamente, era habitada por tapuios, estes foram embora e várias pessoas tomaram conta da área, ele inclusive, lembra-se do senhor Paulo Machado⁷ como um representante da Serra do Ramalho e o descobridor de Taquari: “um povoado muito elevado (PEREIRA FILHO, 2013. p. 31).

As narrativas sobre o período de ocupação das terras em torno da serra, e na região de relevo plano, datam de cerca da década de 1950. Ao que parece, essas terras já eram comercializadas a partir de relações estabelecidas entre seus ocupantes, porém não há referências sobre a titularidade da posse, ou melhor, se a relação de compra e venda foi consolidada por intermédio de documentos registrados nos poucos cartórios da região: em Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, ou, mais a acima da serra, em Santa Maria da Vitória.

Os deslocamentos também são evidenciados, mostrando as origens e conexões dos que fixaram moradia na região, destacam-se, por exemplo, as referências aos contatos com o Sr. Apolônio, líder Pankaru. A área ocupada por sua família ficava nas proximidades da serra, só que nas imediações da atual Agrovila 19, enquanto o povoado do Taquari, citado como se tivesse um relativo grau de desenvolvimento, está situado na base da serra, a uns 7 quilômetros da atual Agrovila 12, distante uns 40 quilômetros da Agrovila 19. De tais fatos depreende-se que as dificuldades de locomoção, próprias da época, não inviabilizavam as interligações entre os ocupantes de terras na região. Também importante são as referências à existência de lideranças como o Senhor Paulo Machado, renomado morador do Taquari, cujo nome denomina a unidade escolar da rede municipal de ensino ainda em funcionamento no povoado. Quando se faz menções a uma Fazenda na localidade onde está a Agrovila 12, reforça-se a conexão, por estrada de terra, entre o povoado de Campinhos na margem do Rio São Francisco, a sede da fazenda citada e o povoado na base da serra que, por sua vez, continuava a ligação com o Povoado de Tabuleiro, bem mais acima da serra, nos limites que separam, hoje, o município de Serra do Ramalho e São Félix do Coribe. As populações indígenas, os Tapuia, por exemplo, estiveram sempre presentes nas migrações ocorridas, como indicam as pinturas encontradas por pesquisadores no complexo de grutas que fazem parte da Serra.

A livre ocupação de terras, sem que houvesse reclamações, ou conflitos jurídicos, atraiu sujeitos diversos. Ao se considerar a posse legal dessas terras, percebe-se que entre propriedades devidamente registradas em cartórios, ocupações permitidas e desconhecidas pelos donos, entre outros modos de ocupação, registram-se também terras pertencentes a indivíduos não inseridos naquele espaço territorial regional, conforme atesta a afirmação abaixo:

As terras, situadas nos municípios de Bom Jesus da Lapa Carinhanha, entre a Serra do Ramalho e o Rio São Francisco, tinham uma situação jurídica pouco clara. A área incluída naquele primeiro município era dominada por três proprietários: Luís Viana Filho (então presidente do Senado Federal), Ângelo Calmon de Sá (então Ministro da

Indústria e Comércio) e General Guilherme da Fonseca (cujas terras estavam em nome de terceiros). (BURSZTYN, 1988, p. 23).

O perfil desses proprietários são indicadores da complexidade e dos interesses que nortearam as indenizações das terras destinadas ao PEC/SR.

No outro ponto de ocupação da região destinada ao PEC/SR se encontram as comunidades ribeirinhas, distribuídas ao longo da margem esquerda do rio São Francisco. Uma de suas características é a formação de povoados com uma população predominantemente negra, o que aponta para a hipótese de comunidades remanescentes de quilombos. Sabemos que, historicamente, o rio São Francisco foi largamente utilizado como via de transporte, da mesma forma que serviu para o desenvolvimento de atividades relacionadas à criação de gado, o que viabilizou um constante vai e vem de pessoas e mercadorias. Como as margens à esquerda são mais propícias para paradas das embarcações, já que o barranco nesse lado do rio oferece melhores condições para funcionamento de pontos de apoio, as pessoas foram se estabelecendo ali e dando início ao povoamento. A relação com a existência de comunidades remanescentes de quilombos está associada ao reconhecimento de três povoados pela Fundação Palmares, nas margens esquerda do rio, como as comunidades quilombolas do Barreiro Grande, Água Fria e Pambu, todas localizadas em pontos diferentes e conectadas por relações de parentesco com moradores residentes em outras comunidades.

De acordo com Pereira Filho (2013, p.32), os povoados da beira do rio são bastante antigos, sendo difícil, considerando os depoimentos de entrevistados, precisar o período de surgimento dessas povoações, mas, em alguns casos, como o do Povoado da Boa Vista, há indícios da presença de ancestrais dos atuais moradores que remontam ao final do século XIX. Importante salientar a citação de uma fazenda pertencente a um morador do povoado beira rio, localizada onde hoje se encontra a Agrovila 04, no Eixo Par do PEC/SR, distante 15 quilômetros do rio e quase 40 do Povoado da Boa Vista. As informações expostas confirmam o nível de interação entre moradores dos diversos pontos da região, tais como proprietários de fazendas residentes nos povoados da margem rio. Essa teia de conexões pode ser vista quando se observa a disposição das sedes dessas fazendas, como as situadas onde hoje estão as Agrovilas 12, 18, 04, Serra Solta (Próxima a Agrovila 10), e Lageado (próxima a Agrovila 06), demonstra-se aí uma rede de ocupação entre a Serra e a margem do rio, fazendo com que as distâncias entre povoados da serra e povoados ribeirinhos, encontrassem os pontos de mediação nas fazendas, distribuídas na imensidão das terras, que fazem a ligação entre esses dois extremos da região.

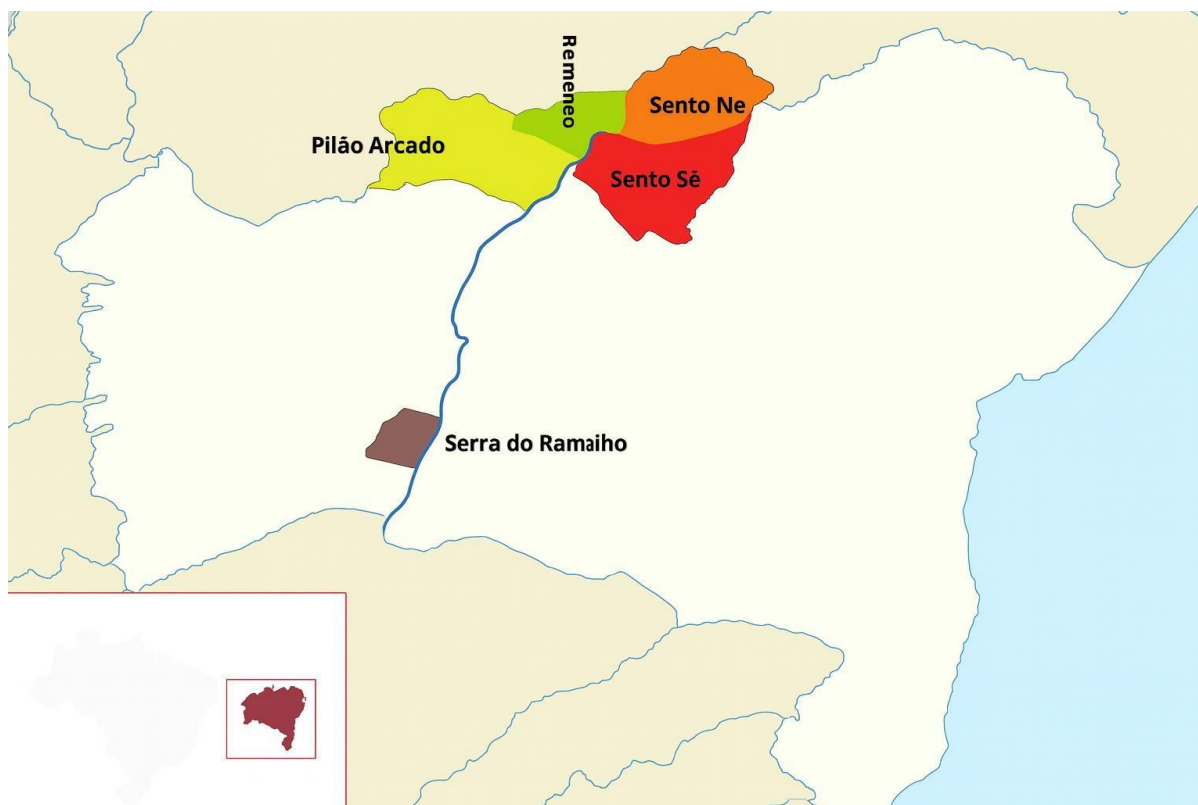
Mesmo em meio a fazendas, a abundância de terras atraía pessoas que se firmaram na região, criaram laços de convivência, interagindo e expandindo suas conexões:

Dona Marta conta que nesta mesma época surgiram outros povoados onde hoje se encontra a agrovila 06. Esta área “era só assim tipo como se fosse fazenda”, era um ponto de pouso dos viajantes que iam para Bom Jesus da Lapa, “tipo retirero, sabe”. Nessa região, conhecida como Lagoa do Sabino, havia várias localidades: “tinha Bela Vista, Nova Vista, Boa Esperança... Campo Alegre que é onde era a fazenda de Liodorado, que mora na Lapa”. Cada localidade dessa tinha um dono; “esses lugar tudo era lugar que era desse tempo de quando quase a gente abriu Taquari porque ali foi fazendo, aquele povo foi morando...gostava daquele lugar ali eles media e fazia as moradia, né, e ali ia chegando gente, cada um ia tirando seu pedaço de terra e ia plantando”. Marta casou-se em 1964 e mudou-se com seu esposo para Boa Esperança. (PEREIRA FILHO, 2013. p.31).

A região do rio São Francisco passou por estágios de ocupação e/ou colonização, ora dirigidos, ora espontâneos. Refazendo esses trajetos, temos em um primeiro estágio a expansão das bandeiras, com fundação de fazendas para criação de gado. Posteriormente, as migrações que culminaram com o surgimento de povoações distribuídas na serra e nas margens do rio; já durante o século XX, sobretudo na segunda metade, vieram migrantes de vários municípios vizinhos, bem como de outros estados, a exemplo dos Pankarus, na década de 1950. Até a criação do PEC/SR, muito se andou, muito se fez, se desbravou e muitos indivíduos, há tempos, já lá estavam estabelecidos, o que será um ponto a ser considerado no momento das expropriações ocorridas em função do Projeto.

1.4 A região antes do Lago de Sobradinho.

Imagem 1 – Mapa: Relação de equidistância entre o município de Serra do Ramalho e os municípios que tiveram suas sedes inundadas no curso do Rio São Francisco.



Fonte: (Pereira Filho. 2013.p.17).

O mapa acima oferece uma visão da distância entre a Serra e Beira-rio; distância esta que não impedia as conexões e pertencimentos entre esses espaços geograficamente distintos, mas com o São Francisco como importante elo, uma vez que a circulação de homens, mercadorias e culturas se deram em suas margens. Desses trânsitos surgiram vilas, povoados e cidades, que mantêm entre si diferenças e semelhanças: cada margem, lagoas, caatinga, cerrado, serras, paisagens rochosas, todas guardam suas especificidades, mas pairam e se sustentam em torno das águas do Velho Chico (como também é chamado o rio São Francisco).

Feitas algumas considerações sobre os grupos populacionais que residiam na região entre o Rio São Francisco e a Serra do Ramalho, antes do processo de instalação do PEC/SR, cabe aqui, em função da importância e razão de ser, da ação conjunta entre a CHESF e o INCRA, para solucionar o destino das pessoas atingidas pela construção da barragem, entender e descrever aspectos dos vários grupos residentes na região que foi alagada para dar lugar ao Lago de Sobradinho. Quando as águas represadas pelas paredes da barragem começaram a subir, o modo de vida das pessoas, a paisagem regional, a economia e tantos outros aspectos da vida de centenas de famílias locais, ou das que viajaram para a região de Bom Jesus da Lapa para o PEC/SR, foram, definitivamente, alterados. No perímetro destinado à barragem estavam municípios, distritos e povoados, a saber as cidades de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, cujas populações foram diretamente atingidas, especialmente as comunidades que

margeavam o rio São Francisco e dele sobreviviam, criando ciclo de tradições e relações com o rio, com a terra e com as demais famílias e comunidades.

As formas e modos de vida dos moradores da região atingida pela construção da Barragem, estão diretamente conectados aos ciclos das águas do São Francisco. No seu entorno se desenrolam o cotidiano, a cultura, a economia, a relação com a terra, dentre outras esferas da vida pública e privada. Quer nas vilas, nas pequenas cidades ou nas propriedades rurais, o estilo de vida adotado está associado aos acontecimentos nas barrancas do Velho Chico. Essa relação com o rio é realçada quando se constata que

O modus vivendi do beradero estava referenciado não só em um fazer, mas, sobretudo, em um saber fazer e num sentir muito específico. Ele compreende um conjunto de práticas, de valores, de relações socioeconômicas e culturais, bem como sensações e percepções, colocadas no plano da busca da satisfação das necessidades imediatas, todas elas operadas a partir do rio. O beradero praticava plenamente o que hoje se convencionou chamar de pluriatividade. (ESTRELA, 2004. p.47).

Beradero⁷ é ainda definido por Estrela (2004) como um indivíduo totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Constrói a sua vida em função desse rio e das adversidades que se impõe ao longo dos dias que se sucedem no sertão. O ciclo das águas determina os momentos de apropriação das áreas de vazante, das ilhas disponíveis ou, em outros momentos, das áreas de caatinga, como estratégia de recuo frente à elevação do nível das águas, sendo viável o aproveitamento do período de chuvas para sua exploração, especialmente para a manutenção dos rebanhos. Assim se vai desenrolando o dia a dia das famílias que circundam o rio.

A origem desses trabalhadores, que foram se fixando no Sertão São Franciscano, precisa ser explicada a partir do processo de ocupação ocorrida ali ao longo dos séculos. Como afirma Estrela (2004. p.53):

o povoamento da área onde estão localizados os municípios atingidos pela Represa de Sobradinho esteve ligado à expansão da pecuária extensiva e grande parte dela pertencia às sesmarias de Garcia Dias D'Ávila – Casa da Torre.

Configura-se, assim, uma ocupação que remonta a tempos bem diferentes daqueles da ocupação da região da Serra do Ramalho. Nesta, a predominância dos latifúndios, em que grandes proprietários rurais ditavam o rumo da vida social e política das cidades e vilarejos, é uma das características da formação territorial e dos desdobramentos políticos a ocorrerem em tempos bem posteriores.

⁷ Faz referência às pessoas que moram e vivem em função de um rio, neste caso o Rio São Francisco. Usado para fazer distinção do morador da caatinga.

A presença indígena marca as comunidades que se encontravam na região destinada à Barragem de Sobradinho, assim como o tratamento dispensado aos grupos ali encontrados. Submetidos a processos de dominação e submissão, semelhantes aos ocorridos em tantos outros lugares do Brasil, tiveram suas terras apropriadas pelos invasores que, sucessivamente, lançaram mão de aldeamentos capitaneados por missionários como capuchinhos, franciscanos, carmelitas e jesuítas, instalados no vale do rio São Francisco com o objetivo de catequizar, a ferro e fogo, os povos originários (ESTRELA, 2004.p 54).

O processo de aldeamento resultou em uma intensa mistura de grupos cujas crenças e costumes diversos, em suas conexões, foram moldando o modo de vida predominante no sertão por muitas décadas, a ponto de permanecer, até os anos de implementação da Barragem, práticas sociais, culturais e religiosas que são fruto das múltiplas interações ocorridas entre as comunidades.

De acordo com Estrela (2004, p.54), a marca da miscigenação é percebida em todos os cantos:

nas *beradas* do São Francisco predomina uma população acaboclada e com fortes traços africanos” [...] “do amalgamento entre brancos, negros e indígenas, [resultou] uma população predominantemente mestiça.

Trata-se de uma região que foi fundindo elementos culturais de diversas origens e por tempos distintos, do estabelecimento de grandes sesmarias à ocupação do sertão para a criação do gado bovino. Nesses espaços surgiram vilarejos e comunidades cujos padrões de vida se tornaram o modelo praticado. Os grandes proprietários rurais, além de morarem em outros centros, não conseguiam ter um controle absoluto dos imensos latifúndios que alegavam possuir, possibilitando que famílias em migração, ou a serviço, fossem, gradativamente, se fixando na região, sobretudo ao longo das margens do rio São Francisco, uma vez que a abundância de água, a fertilidade das terras de vazantes e ilhas e a imensa quantidade e diversidade de peixes, presentes no rio, atraíam muitos para o seu entorno. O Rio São Francisco, por sua navegabilidade, acesso a afluentes que faziam ligações com outros recantos do Nordeste, do Oeste e de Minas Gerais, constituía-se em uma importante via de transporte de gente e de produtos comercializados por toda a região, criando uma rede de intercâmbios entre as populações fixadas nas margens do rio.

A intensidade das relações comerciais se estendia para além das bordas do Rio, onde produtos originários das atividades extrativistas, da pecuária bovina, pescados, produtos cultivados no campo, sobretudo o algodão, os derivados da mandioca, entre outros, circulavam através dos rios e estradas, indo terminar nos entrepostos comerciais de Salvador, para então

serem comercializados em direção a lugares longínquos, nunca imaginado pelos camponeses do sertão.

O papel desempenhado na Praça Mercantil de Salvador, situada na região do Comércio, desempenhava um papel fundamental na dinâmica econômica da capital baiana com as demais zonas de comércio, entrepostos comerciais e portos fluviais, distribuídos no interior. O local era o ponto central de trocas comerciais, movimentação de produtos e pessoas que chegavam de todas as direções pelo porto da cidade e dela partiam para as localidades interioranas e do exterior, refletindo a importância de Salvador como entreposto mercantil do Brasil. Essa praça reunia armazéns, feiras, casas comerciais, agências financeiras, casas de câmbio e atividades portuárias, servindo como elo entre os produtores e consumidores do interior da Bahia, que abasteciam os mercados consumidores locais, nacionais. Nessa perspectiva tronava-se comum encontrar no local uma variedade imensa de produtos, originários das diferentes regiões do interior, como os produzidos na região do semiárido nordestino, vindo de diferentes pontos de distribuição.

A Praça Mercantil também se tornou um espaço de interações entre o modo de vida urbano e rural, por onde circulavam trabalhadores e comerciantes de toda ordem, que interagiam e acrescentavam novos elementos ao cotidiano das pessoas em permanente conexão. O ambiente era das tensões e das desigualdades sociais da época, sendo cenário das transformações econômica, sociais e culturais que marcaram parte do século XX, ocorridas em Salvador e no interior da Bahia.

A conexão entre o centro comercial da Bahia, situado em Salvador e a região do Rio São Francisco se deu pela ferrovia que ligava Alagoinhas a Juazeiro, no Norte do Estado, conforme pesquisa: “A linha que ligou efetivamente a estação de São Francisco, em Alagoinhas, ao Rio São Francisco, em Juazeiro, foi aberta entre 1880 e 1896 pelo Governo brasileiro”, (http://www.estacoesferroviarias.com.br/trens_ne/juazeiro.htm). Mercadorias e pessoas circulavam das cidades e campos do sertão em direção a Juazeiro, para rumar a lugares longínquos através das ligações feitas na rede ferroviária que chegava a Salvador.

A composição das elites dominantes na região da Barragem de Sobradinho deriva de um lento processo de desmantelamento do sistema de sesmarias, estabelecido no período da colonização portuguesa. A persistência de determinados sobrenomes indica reminiscências das aristocracias originárias, tanto nas bordas do Lago de Sobradinho, como no município de Serra do Ramalho. De acordo com Estrela, (2004, p. 53).

tempos depois e por razões diferenciadas, essas sesmarias se fragmentaram e enormes quinhões de terras passaram às mãos de fazendeiros conhecidos na região, tais como Viana, Sento Sé, Braga, Queiroz, Mariani, Castelo Branco etc.

Essas famílias, cuja origem e poder não se pode ignorar ou negar em diversos momentos da história da região, consolidaram-se como grupo hegemônico dominante, basta observar que o nome de uma das cidades afetadas pela criação da Barragem de Sobradinho, Sento Sé, pode ser facilmente associado à família que, durante muitas décadas, fez parte da história daquele município. Ainda hoje, Sento Sé persiste como sobrenome de muitas famílias que moram na região de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa, onde, algumas, vezes exerceram atividades públicas relevantes. Outro nome que também está no cenário das histórias locais, é Viana, cuja associação pode ser feita ao grupo que liderou os momentos de negociação no processo de desapropriação das terras inundadas, estando, muitas vezes, à frente do governo no município de Casa Nova, e até da composição política no cenário estadual. Outros nomes de famílias de Serra do Ramalho, como Ornelas, Brito, Guedes, Reis, Evangelista, Cardoso, ainda são bastante frequentes entre os moradores do entorno da Barragem de Sobradinho, reafirmando as intensas conexões entre esses dois espaços geográficos, unidos por acontecimentos, decisões e interesses distintos.

1.5 A relação com a terra

Importa estabelecer aqui um debate acerca do sentido e significado da posse e uso da terra para os pequenos produtores, moradores das beiradas do rio São Francisco, bem como das áreas de caatinga que davam acesso a ele. A terra é o principal elemento, a partir de sua posse, ou de seu uso, se desdobram as redes que tecem as conexões entre as populações ribeirinhas e catingueiras, já que pessoas e mercadorias continuavam a transitar dentro da imensidão do sertão, gerando as condições de subsistências do pequeno produtor. Entretanto, por falta de instrução, o pequeno produtor rural, estivesse nas margens do rio ou na caatinga, não colocava em primeiro plano a preocupação com a titularidade da terra. A baixa densidade demográfica, aliada à distância dos centros urbanos, com poucas possibilidades de meios de locomoção, ajuda na manutenção de uma estrutura fundiária em que o registro da terra não fazia parte das preocupações imediatas dos pequenos lavradores. A liberdade de se instalar em um pedaço de chão, para dele retirar o sustento, é ponto indicativo de uma certa liberdade no trato e acesso à terra, como bem afirma Antero (Igarapé, Remanso):

– Isso aqui era um chão livre, um chãozão livre e aí, você podia andar aí, deitá aí e na hora que você bem pensasse, livrando de uma cobra e de uma raposa, não tinha indivíduo que lhe mexesse. Depois dessa tal Chesf, ficô diferente. Isso aqui era terra demarcada que num tinha marcação, não era marcada, não. Era marcada, mas da Fazenda remanso podia se entra até pra tira um pau e hoje em dia você não vai tirá à

força. Vá lá tira um pau lá nas terras do Sr. Fulano, tirá um pau! (SIQUEIRA, 1992, p.151-2. In: ESTRELA 2004.p.55).

O depoimento do Sr. Antero é indicativo da existência de disponibilidade e abundância de terras. Mesmo que o pedaço de chão fizesse parte de uma grande propriedade, não havia impedimentos para que as pessoas fossem se instalando e cultivando nele os gêneros necessários à sua sobrevivência. O tamanho das propriedades, aliado a outros fatores, como ausência do dono para reclamar pela ocupação, fazia com que o livre trânsito e uso da terra estivesse ao alcance dos que necessitavam dela para o seu sustento. Tudo isso é parte de uma rede de relações estabelecidas, muitas vezes com o consentimento e anuência dos proprietários por não estar utilizando parcelas significativas de seu latifúndio, para manter relações de compadrio ou por não ter as condições de fiscalização austera de suas posses. O argumento para fundamentar essa relação está no fato de que:

A percepção generalizada de que a catinga era “livre e desimpedida” fundava-se (ou funda-se, como no caso de Barra), entre outros fatores, na imensidão das fazendas — impossibilitando aos proprietários o seu controle —, bem como pelas mediações estabelecidas dentro do quadro de relações clientelísticas e de compadrio, vigentes em todo o Médio São Francisco (ESTRELA. 2004.p. 56).

O trato com a terra era a primeira preocupação do pequeno produtor. Ao ocupar um pedaço de chão, não importava saber se tinha dono ou não, bastava a condescendência dos demais membros da comunidade. Por conta desse modelo de apropriação da terra, e pela existência de imensos latifúndios, cujos proprietários não exploravam ou não se faziam presentes, naturalmente, as pessoas foram ocupando esses espaços, e quando surgem oportunidades para negociar suas propriedades, desenrolam-se intensos conflitos, normalmente caracterizados pela presença de ações violentas. Os pequenos lavradores ou posseiros são os que saem prejudicados, é o que demonstram muitos relatórios da CPT (CORDEIRO,1982), que acompanhou inúmeros conflitos entre os usuários da terra e aqueles que afirmavam ser seus proprietários legais. Esses indivíduos, não raras vezes, usavam seu poder econômico e social para forjar, nos cartórios das cidades, escrituras de propriedades rurais, o que lhes permitia mover ações contra os pequenos lavradores. Ao longo da década de 1970 vários episódios de violência marcaram o espaço campesino com o sangue dos trabalhadores rurais, tanto no Norte do país, como nos sertões da Bahia. O advento da Barragem de Sobradinho foi objeto de especulação financeira das terras a serem desapropriadas, aspecto a ser retomado posteriormente.

Ainda que entrecortada pelo rio São Francisco, a região aqui estudada, não escapa aos ditames da seca, fenômeno que sempre marcou a história da Região Nordeste. Portanto, conforme bradado pela literatura, o homem sertanejo que habita esse espaço é “antes de tudo

um forte” (CUNHA, 1984). Ao referir-se aos indivíduos que povoaram e ocuparam o Baixo médio Sanfranciscano, Wilson Lins (1956) usa o termo “raça forte”. Os sertões tornaram-se berço de muitas batalhas que forjaram espaços desbravados às custas de muitas dores (SILVA, 2010, p. 118).

Entender a composição e formação do homem que compõe o espaço de desagregação a ser instalado na região de Sobradinho, requer uma inevitável associação ao ocorrido na região da Serra do Ramalho, muito distante, mais com similaridades e diferenças que vão aparecendo gradativamente. O sertanejo fincado nas bordas do rio São Francisco, na caatinga ou nos centros urbanos em expansão e já com processos históricos consolidados antes da chegada da CHESF na região, tem origem diversa, mas é perpassado por elementos que se fundiram ou se mesclaram, delineando e revelando as especificidades do sertanejo situado ao longo do rio São Francisco, seus afluentes e seu entorno. As relações de trabalho e de exploração se perpetuaram, gerando o imenso quadro de desigualdade que o separava da pequena aristocracia rural, proprietária das terras e de parte dos meios de produção existentes. Permanecer na terra e fazer uso dela, sem ser considerado proprietário legal, alimentava uma rede de dependência em relação aos que se afirmavam titulares dos imensos latifúndios, se traduzindo em serviços e subserviências que só beneficiavam os senhores das terras, normalmente políticos oligárquicos ou a serviço de lideranças regionais, que reproduziam o modelo social em vigência. A exploração do pequeno lavrador era notória, pois:

Se já não havia a instituição do trabalho escravo, seria preciso fortalecer os contratos sociais que na prática significavam dependência do pobre em relação ao rico, geralmente associadas ao uso da terra. Diante do avanço do sufrágio, criavam-se táticas que não permitissem mudanças no jogo, a coerção, as fraudes e o controle das regras (SILVA, 2010. p. 77).

Importante registrar a dinâmica econômica da região atingida pela construção do reservatório destinado à Barragem de Sobradinho, com o propósito de refletir acerca das afinidades com as atividades a serem desenvolvidas na região da Serra do Ramalho, demonstrando conexões, continuidades e semelhanças, entre o que se tinha por costume e as novas realidades impostas. De acordo com Silva (2010, p. 69) entre as mercadorias descritas, que circulavam na área correspondente ao município de Remanso,⁸

O que se observa, desde os anos 1890, é o incremento da atividade produtiva, com a valorização de produtos nativos, que passam a escoar pelas novas vias: fibra de caroá; cera de carnaúba; borracha de maniçoba e da mangabeira; couros e peles; peixe salgado, e, a partir dos anos 1920, o algodão. Cria-se uma economia de coleta, em que se desenvolvem novos processos sociais. Novos atores se inserem no meio produtivo

⁸ Remanso é uma das 4 cidades submersas, cuja sede foi reconstruída, sendo que parte da sua população rural esteve na mira do INCRA afim da mudar para o PEC/SR.

e novas relações se estabelecem. As técnicas artesanais de coleta e beneficiamento de produtos, antes limitadas ao sal e rapadura, agora diversificam a geração de renda, oferecendo oportunidades de investimento, geralmente na pecuária, que acabaram por gerar novos ricos, com ascensão social e política. Multiplicam-se os estabelecimentos comerciais, com movimentações cada vez maiores, capitalizando poder para um novo grupo – os mercadores – que se estabelecia no conjunto das forças locais. (SILVA, 2010, p. 69).

Conforme descrito acima, percebe-se o aproveitamento de muitos produtos que são originários da própria região, sendo que os de origem vegetal, como a fibra de caroá⁹, matéria prima fundamental para a confecção de redes, são amplamente utilizados nas atividades pesqueiras, estabelecendo relações de troca, compra e venda, que são recíprocas entre os moradores. Tal dinâmica demandava intensos trânsitos mercantis e humanos entre as áreas rurais e urbanas, sobretudo as que margeavam o rio, desconstruindo a ideia de que as riquezas do sertão sanfranciscano estavam circunscritas à criação de rebanho bovino e aos produtos daí derivados, em tudo o que isto significava: a formação de determinadas redes de relações e influências sob comando dos senhores de terra e de gado que exerciam seu poder sobre os moradores de vilas e cidades, controlando riquezas, terras e processos políticos, caracterizando o perfil de uma sociedade centrada no papel desempenhado por uma aristocracia rural, dominada pela figura masculina. Como contraponto a essas percepções enraizadas na tradição historiográfica do sertão, surgiram, nos últimos tempos e vinculados a programas de pós-graduação, pesquisas e informações que revelam novos olhares, novos atores e novas possibilidades de compreensão e interpretação das dinâmicas que envolvem as relações sociais e econômicas das populações situadas no sertão do meio médio São Francisco. Um dos elementos em destaque nesses estudos dizem respeito às atividades dos pequenos produtores, a exemplo dos coletores e caçadores, que se deslocam cotidianamente pelo sertão, fazendo aquisição de produtos e, posteriormente, o seu beneficiamento.

A circulação de mercadorias implicava o envolvimento de muitos agentes sociais, construindo a teia das relações a partir das necessidades inerentes à atividade. Coletar, implicava em deslocamentos, desdobrando-se na abertura de vias e fixação de pontos para beneficiamento e transporte dos produtos, o que demandava a inclusão dos membros da família no processo de produção. Observe que a produção da cera da carnaúba, por exemplo, coletada na região de Remanso, envolvia, além da coleta em si, o seu processamento, feito em utensílios específicos, como grandes tachos de ferro, que chegavam ao sertão através do comércio ambulante. Assim, ampliavam-se e mantinham-se uma intensa rede de conexões entre o sertão

⁹ Tipo de vegetal encontrado na caatinga, é utilizado produção de cordas e produtos artesanais.

e as cidades, fazendo com que os sertanejos estivessem presentes com seus produtos e com sua cultura, em lugares inimagináveis.

A intensidade de circulação de mercadorias, pessoas, histórias e experiências de muitas vidas, de muitos lugares diferentes, é refletida em imagens e textos, retratando essas multiplicidades de experimentos e sucessos, como afirma Silva (2010, p. 70) em relação à cidade de Remanso, por exemplo:

Estes couros de peles de jacarés, onças, lagartos, e uma diversidade de animais eram curtidos com casca de angico e seguiam para exportação, na maioria das vezes. Já os couros bovinos, caprinos e ovinos eram utilizados para embalar produtos de exportação, notadamente o fumo, e eram moeda de troca comum na região, entre pequenos comerciantes e, chegando a Juazeiro, seguiam para Salvador pela ferrovia. (SILVA.2010. p. 70).

Imagem 2 – Cais da Velha Remanso, 1974.



Fonte: Autoria desconhecida (SILVA. 2010 p.96)

A imagem acima retrata um pouco da dinâmica comercial e do trânsito de pessoas no cais da cidade de Remanso Velho, inundada entre 1975 e 1977 e realocada para dar lugar à Barragem de Sobradinho. Vários pontos ao longo do Rio São Francisco se tornaram estratégicos para fluência de pessoas e mercadorias, que movimentava a vida das pessoas e da economia pulsante na região. De Minas Gerais às cidades no Baixo São Francisco, portos como o situado em Remanso, se tornaram essenciais para o fortalecimento do comércio no sertão, conectando-se a centros maiores como o Porto de Juazeiro, que por sua vez mantinha conexões com outras praças mercantis, a exemplo de Salvador, que recebia toda ordem de produtos originados e cultivados nos sertões, como algodão, derivados da cana, couro, pescados, entre outros.

A vida do beradero, ou daqueles que moravam no campo, marca as relações com a terra e suas formas de manuseio. A agricultura se alternava entre a vazante, com o rio em cheia, eventualmente, as ilhas, e os períodos intermediários, com a área de caatinga, nos tempos de chuva. A pecuária, praticada em modo extensivo, por sua dinâmica e forma de ocupação dos espaços, viabilizou a soma de outras atividades que se constituíram no curso do tempo, determinando e produzindo o estilo de vida e as relações de poder no interior do sertão. As atividades geradas em torno dos produtos de extração da natureza para posterior beneficiamento e refinamento, as atividades relacionadas à pescaria, para obtenção de peixes, que eram salgados e vendidos em feiras das várias comunidades e cidades, assim também o couro de muitos animais pertencentes a fauna regional, conseguiam atingir indivíduos que não eram contemplados com as atividades da pecuária extensiva, tendo que complementar rendas obtidas com produtos da agricultura ou se sustentar a partir desses produtos do extrativismo vegetal ou da caça de espécies animais visadas no mercado (SILVA, 2010.p.71).

Entre uma atividade e outra desempenhada na região destinada à instalação da Barragem de Sobradinho, visando atender às demandas do mercado energético, muitos são os elementos que devem ser analisados, já que muitas pessoas tiveram suas vidas atingidas, tanto na área da Barragem como na área que tinha a função de acomodar os egressos. Fatores como terra, trabalho, relações de poder, interações econômicas, ocorridas a partir da circulação de mercadorias e pessoas, fazem parte dessas conexões. Não se pode deixar de abordar também questões relacionadas aos elementos condicionadores das práticas culturais, vislumbradas nos costumes, nas tradições passadas de geração a geração, nas atividades religiosas, nos estilos de construção adotados, nos festejos comunitários e nas atividades relacionadas à educação dos indivíduos residentes nas múltiplas comunidades, cujos contatos persistentes ora influenciavam, ora eram influenciados, construindo o homem em permanente interação.

Nessa dinâmica, destacam-se atividades que serviam aos propósitos de construção da Barragem de Sobradinho, do ponto de vista das manifestações sociais, culturais e religiosas, sendo também encontradas posteriormente na região do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho. O primeiro ponto a destacar é de natureza religiosa, uma vez que as tradições, os festejos e as celebrações, atraíam outras famílias para as localidades. As comemorações de devoção a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da comunidade de Barra do Cruz, que ficava localizada no município de Casa Nova é uma das festas que figuram na narrativa de Estrela (2004), construída a partir de entrevistas que demonstram a mobilização e união das famílias, conforme realçado no depoimento de Sr. Francelino:

O povo era tudo unido, tudo honesto, não havia desavença, não havia briga. Nas festas, vixe! Era uma união que fazia gosto. Na Barra da Cruz velha tinha uma festa — dia oito de dezembro, festa de Nossa Senhora da Conceição — que tinha vez de ajuntar duzentas, trezentas pessoas. Era muita festa: São João [24 de junho], São Roque [8 de agosto], Dança de São Gonçalo. Podia juntar a multidão que ajuntasse; a turma dançava, bebia, comia, até o dia amanhecer e não tinha briga. Nunca andou uma políça em Barra da Cruz Velha porque todo mundo era reunido, todo mundo era combinado (ESTRELA, 2004.p.81).

Nesses festejos religiosos aconteciam rodas de danças, visitas de autoridades regionais, quermesses, celebrações de batismos, casamentos e novenários, atraindo uma visita intensa das famílias que moravam nos arredores. O povoado de Bem Bom também tinha a mesma padroeira que Barra do Cruz. Comemorações dessa natureza foram preservadas e continuam a fazer conexões entre as regiões atingidas pelas águas da Barragem e a região destinada ao PECSR, ligando permanentemente as famílias que se deslocaram e as que permaneceram no entorno da Barragem. São Sebastião é outro santo bastante festejado no povoado de Pau a Pique, localizado no município de Casa Nova. O antigo povoado, concentrava com Bem Bom e Barra do Cruz, um contingente populacional significativo, cujas famílias ainda hoje tem descendentes no município de Serra do Ramalho.

Os encontros culturais consolidados pelos festejos religiosos nas comunidades ribeirinhas, tornaram-se marcantes também na região beira rio da Serra do Ramalho, já que, por lá, muito antes da criação do PEC/SR, no povoado de São Sebastião da Boa Vista, também se celebrava o Padroeiro São Sebastião, continuando a ser uma das principais festas no calendário do atual município, pois terminou unindo interesses culturais e populares dos que moravam na região da Barragem e também dos que já moravam na região destinada ao PEC/SR. As imagens abaixo trazem referências dessas heranças e conexões, que permaneceram vivas nas práticas culturais, tanto das comunidades deslocadas, como nas que permaneceram nas bordas do lago.

É muito comum, atualmente, caravanas de famílias se deslocarem ou para a região do município ou no sentido contrário, para as cidades ou povoados na região de Sobradinho, a fim de se encontrarem e realizarem os festejos inerentes às suas comunidades. Exemplo bem corriqueiro é ir ao Bem-Bom e Pau-a-Pique para as festas de Nossa Senhora da Conceição em dezembro e São Sebastião em janeiro, percebendo-se aí a manutenção de tradições e o entrelaçamento social, alimentado pelas práticas culturais.



Fonte: (Coordenação de Ensino de Serra do Ramalho 2023.p.48).

Imagem 4 – Festa de São Gonçalo



Fonte: (Coordenação de Ensino de Serra do Ramalho 2023.p.48).

Não se pode negar a importância e a unidade dessas populações, situados nos rincões do Vale do São Francisco e de toda a região de caatinga e que mantinham conexões econômicas e culturais, através da existência de uma rotina de atividades:

Unidade de aglomeração mínima, os povoados *beraderos* eram (e são) por excelência, o espaço do viver o tempo social e local da concentração das famílias dispersas entre as beradas e as catingas (Estrela apud Siqueira, 1992, p. 134). Eram nestes espaços que travavam contatos com agentes do Estado e experienciavam relações de sociabilidade das mais variadas. Eram nestes povoados que se encontrava a igreja — na qual se venerava o Santo Padroeiro — e um pequeno comércio, compreendendo a feira-livre semanal (onde os beraderos vendiam o pequeno excedente) e as chamadas vendas — estabelecimentos comerciais não especializados, que funcionavam como ponto de referência (ESTRELA, 2004.p.79).

As relações sociais se perpetuavam por meio de atividades festivas diversas: festas de padroeiros, Rodas de São Gonçalo, pega de boi, debulhada de grãos, cultivo da mandioca e produção da farinha, processamento dos pescados, entre outras. Todas, predominantemente, presentes nas comunidades beraderas em tempos anteriores à construção da Barragem, transplantadas pelos expropriados para as Agrovilas de Bom Jesus da Lapa, onde funcionava o PEC/SR.

Além dos festejos, que uniam e perpetuavam tradições e relações, alguns produtos também mobilizavam famílias inteiras em sua produção e processamento. Destaca-se nesse cenário a produção da farinha de mandioca. “A farinha tinha importância fundamental no cardápio do *beradero*. O produto nunca faltava na barrica de sua despensa” (ESTRELA, 2004, p.68). As comunidades beraderas não podiam prescindir da farinha que, aliada à carne de peixe, de ovinos e caprinos, constituía a base da alimentação das comunidades ribeirinhas, como também complementava a renda familiar, através da comercialização do excedente em feiras e comércios das vilas e cidades da região, sendo também comercializada para lugares mais distantes, através das embarcações que transitavam pelo rio São Francisco.

Imagem 5 – Mulheres camponesas realizando a raspagem da mandioca.



Fonte: (SILVA.2019. p.181)

A importância das “farinhadas¹⁰”, pode ser vislumbrada na capacidade de mobilização de sua realização, já que desde a colheita nas ilhas, transporte das raízes, corte, processo de descascagem, moenda e torragem, mobilizava muita mão de obra, o que demandava a participação de muitas famílias com o intuito de auxiliarem a produção. Esse processo terminava propiciando momentos de interações, já que o

caráter festivo das *farinhadas* e das pescarias atraía os jovens, propiciando contato entre rapazes e moças casadoiras, abrindo a possibilidade para que os espaços das “oficinas” e das lagoas funcionassem como locais do *foot*, típico das cidadezinhas provincianas. Enquanto os trabalhos varavam a noite, a aguardente e as cantorias “rolavam soltas”, para deleite dos enamorados, dos futuros casais e de “velhos e velhas festeiras”. Nesses momentos de trabalho e de convívio social (Estrela apud Siqueira, 1992, p.123), contavam-se histórias assombrosas, piadas, fofocas, recitavam-se versos e cantavam-se modinhas e cantigas de trabalho (ESTRELA, 2004.p.79).

As cantigas que ocorriam nas farinhadas do Povoado da Barra do Cruz é um belo exemplo de como os agricultores aliavam música e dança à atividade laboral:

Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! diá
 Agora vem Deus amém, chega colega pra cá
 Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! diá
 Agora de Deus amém, capim lelê, meu bem, capim lelê, oh! diá
 Pra que falar minha gente, venha ver quem está cantano
 Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! dia.” (ESTRELA, 2004.p 79).

Além dos festejos em torno do processo de produção da farinha, esses encontros fomentavam a efetivação de laços entre os participantes, sendo a casa de farinha, um espaço que podia estar vinculado a uma comunidade, tornando-se parte da coletividade e lugar para os rituais próprios da farinhada. Quando a oficina de processamento da mandioca pertencia a um dono específico, os usuários dos serviços pagavam com um percentual estabelecido previamente pelo uso do local, como forma de compensação pelos espaços utilizados. Muitos eram beneficiados, já que os envolvidos, em todas as etapas, também levavam para suas casas contribuições dos produtos gerados a partir da realização dos trabalhos efetuados, sendo a farinha e a tapioca os mais almejados, complementados pela farinha de “borra”¹¹ e pela “puba”¹². Nesse caso, somente os interessados faziam o processamento da raiz da mandioca, para obtenção dos referidos produtos, uma vez que seu consumo era restrito aos que faziam questão de seu consumo e não demandava muita mão de obra e matéria prima.

¹⁰ Essa é uma atividade que se perpetua nas comunidades ribeirinhas, sendo ainda elemento de conexão e semelhança nas práticas de beneficiamento da mandioca.

¹¹ Produção da farinha sem refinamento, muito usada em misturas com café e escaldados a base de leite.

¹² Também conhecida como farinha de carimã, é um produto obtido a partir da fermentação da raiz da mandioca, sem que passe pela torração.

Um outro aspecto da unidade comunitária nas práticas sociais e exploração dos recursos naturais, nas comunidades que povoavam as margens do rio São Francisco, girava em torno da mobilização durante as pescarias, pois pessoas e recursos materiais tinham que ser direcionados para realização das atividades, passando pela locomoção, arrumação de alojamentos, ação de soltar as redes, recolher e limpar e posteriormente tratar e salgar os peixes, além do preparo das refeições que, na maioria das vezes, implicava no uso da farinha e do peixe, como base da alimentação, além do café e da cachaça como bebidas para momentos específicos.

Considerando as atribuições dos envolvidos durante a fase de preparação das “rancharias”¹³, os homens responsabilizavam-se por limpar as *beiras* das lagoas e fazer as “casas” improvisadas com palhas de carnaúba ou de couro cru; às mulheres cabia trazer das casas de morada as “tralhas” necessárias à sobrevivência durante “a botada da rede”. (ESTRELA, 2004, p. 73). Em lagoas, no rio São Francisco, ou em riachos que compõem a sua rede de afluentes, durante o período das cheias, a atividade pesqueira, também fazia parte do cotidiano de sobrevivência e unidade entre as famílias, sendo os produtos da pescaria distribuídos conforme a participação dos envolvidos, contribuindo para fortalecer os laços de dependência, bem como as relações interpessoais.

A atividade pesqueira e a produção de farinha, também eram partes das atividades que ocorriam na região destinada ao PEC/SR, sobretudo nas comunidades ribeirinhas, distribuídas ao longo do rio, ficando cada localidade responsável por locais específicos, onde faziam a limpeza do curso d’água, com a retirada de troncos e galhos que impediam a passagem das redes.

Entre os principais centros urbanos engolidos pelas águas destinadas ao lago da Barragem de Sobradinho estão os municípios de Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé e Casa Nova, que mesmo com o planejamento de reconstrução de seus espaços em outros locais, abandonaram símbolos e patrimônios, que sobreviveram apenas na memória dos moradores. Algumas edificações revelam o grau de desenvolvimento desses lugares, como também as atividades sociais já enraizadas, configurando Remanso como um importante centro na região e com longa tradição nas atividades políticas regionais, ficando apenas atrás de Juazeiro no desempenho de atividades econômicas e como ponto de referência para chegada e saída de mercadorias em seu porto, já que

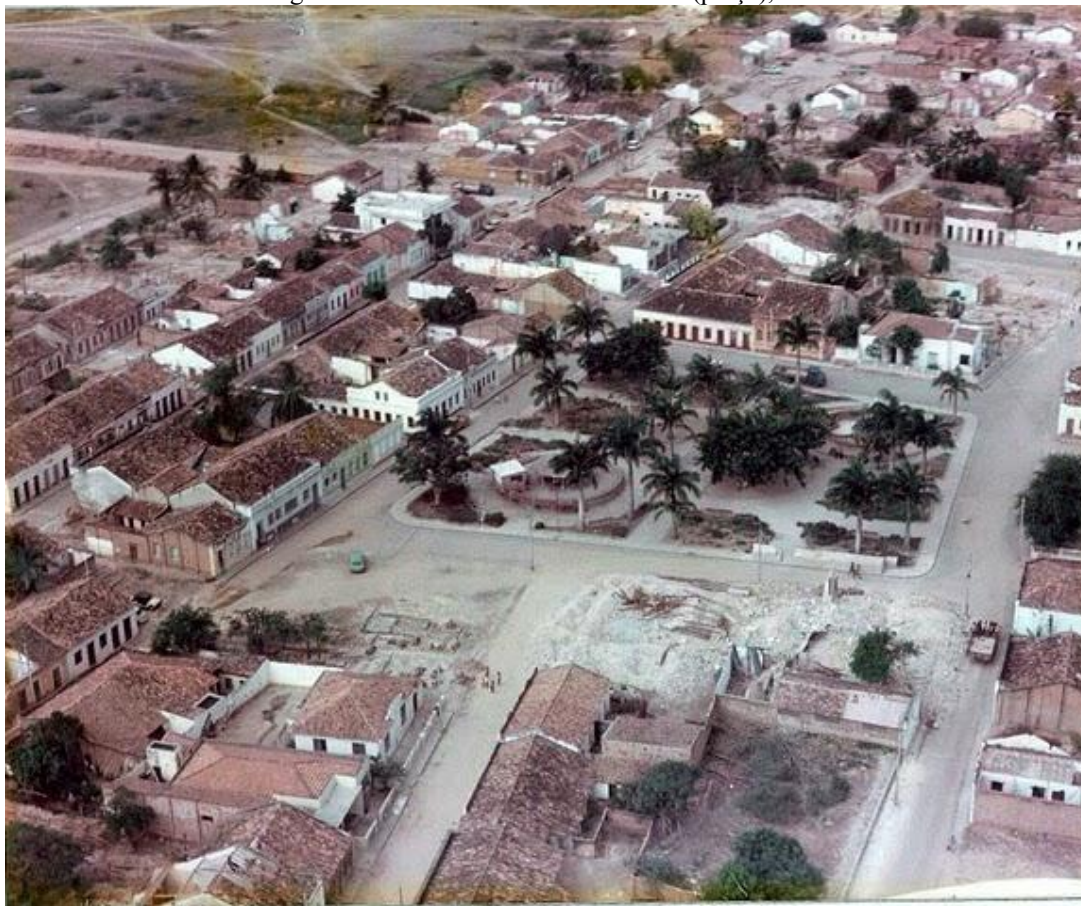
De fato, a tradição oral da cidade aponta que o porto de Remanso era o segundo mais importante do Baixo Médio Sanfranciscano, secundarizado apenas pelo porto de

¹³ Espaço temporário de alojamento dos pescadores durante o período de dedicação às atividades pesqueiras. Construídas todos os anos, conforme deslocamento dos pescadores.

Juazeiro. Remanso possuía um cais aberto e de grande movimentação, pois centralizava boa parte da produção de couros e peles, cera de carnaúba, peixe salgado, bovinos de Sento Sé e em menor escala, de Pilão Arcado. (SILVA, 2010, p.93).

Abaixo, duas imagens ilustram bem o grau de desenvolvimento de Remanso, cujo destino estava ligado às políticas de intervenção do Governo Federal, que planejou e executou seu remanejamento para outros espaços. O conjunto arquitetônico do centro da cidade demonstra que já se encontrava ali instalada uma sociedade com elevado padrão de organização, além de caracterizar o poder econômico instalado, já que muitas imagens deixam em evidência a existência de uma elite urbana, controladora de um comércio em expansão e das terras que circundavam margens e ilhas do rio São Francisco, além da região de caatinga, que compreendia propriedades com centenas de hectares de terras. A vista da fachada da Igreja Matriz de Remanso é outra evidência da longevidade de ocupação da região e da importância que a religião desempenhava naquelas imediações, sendo atrativo para os festejos e as celebrações e batizados e casamentos das famílias que moravam nos povoados e propriedades distribuídas na imensidão do sertão.

Imagem 6 – Vista do Centro de Remanso (praça), 1970.



Fonte: Aatoria desconhecida (SILVA. 2010. P.97)

Imagem 7 – Igreja Matriz da Velha Remanso, 1975.



Fonte: Autoria desconhecida. (SILVA.2010. p 67).

A reação dos moradores enraizados nas beiradas do Rio São Francisco e também distribuídas na caatinga, quando se espalhou a notícia de construção de uma barragem para retenção das águas do Rio, é acompanhada de muitas reações, algumas delas podem ser associadas ao modo de vida e às crenças que se perpetuaram nos sertões. Acreditar que era possível dar cabo de uma obra com as dimensões pensadas para a Barragem de Sobradinho, é com certeza uma tarefa de difícil absorção, considerando a complexidade do projeto e a disponibilidade de informações e estudos dessa natureza, que fossem acessíveis aos moradores do sertão. As referências em torno do advento de um grande lago na região tinham mais relações com aspectos ligados à crença popular e à passagem de lideranças messiânicas ao longo do sertão. Muitas narrativas e discursos se propagaram ao longo das décadas, passando a fazer parte do imaginário popular. Entre as muitas formas de se assimilar esse novo momento, entende-se que:

Tais discursos fazem crer que estas profecias de alguma forma interferiram no modo de compreender e de se comportar dos camponeses face ao acontecimento da barragem que, de tão extraordinário, suscitava-lhes os pendores messiânicos. Estes, ao que parece, tendiam mais para uma aceitação da barragem do que para o contrário e estariam funcionando mais como reelaborações explicativas feitas no presente, com recurso à autoridade do “beato” exercida no passado como profecia, conservada e

adaptada por velhos e novos. Sem maior investimento em pesquisa, não vamos muito além de suposições. (Siqueira, 1992. p .132).

A presença de profecias relacionadas ao sertão, se fazem presentes em momentos contínuos, desde Antônio Conselheiro, que mobilizou sertanejos no sertão da Bahia, passando por Padre Cícero, e mais recentemente a presença de Frei Damião, que percorria os sertões da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas e Bahia, o imaginário e a fé do homem sertanejo foi alimentado pelas palavras professadas e perpetuadas de geração em geração, se tornando parâmetro, para compreensão da realidade e dos acontecimentos em torno da vida dos sertanejos.

De uma possível associação às “profecias” propagadas e assimiladas pelo cotidiano dos sertanejos, até a execução de fato, com a invasão de vidas e cotidianos por agentes externos e alheios aos modos de existir, “a barragem ficou tristemente conhecida pela violência, autoritarismo e desrespeito que caracterizaram sua implantação”. (Siqueira, 1992. p 31). A elucidação de que pontos divergentes tiveram que coexistir, sem que houvesse qualquer possibilidade de convencimento pela mobilização e consulta dos atingidos, estivessem onde estivessem, na caatinga, na beira do Rio, nas cidades estruturadas e com importância política, econômica e social, nos povoados, o conflito se tornou inevitável, uma vez que:

A implantação da barragem e a relocação e reassentamento dos camponeses expulsos se deram sob o signo do confronto por conta das condições estruturais pré-existentes, tanto pelo lado dos camponeses “beradeiros” do Submédio São Francisco, como pelo lado do Estado militarizado. (Siqueira, 1992 p.30).

A relevância das observação de Siqueira (1992, está em corroborar esses divergentes posicionamentos, fruto da construção de uma sociedade que passou décadas desassistidas pelo poder público, agarrando-se às narrativas construídas a cada geração, caso do camponês nordestino, colocado a mercê da vontade de um Estado ausente mais que não hesitou no momento de interferir na vida e no cotidiano das cidades e regiões, tendo como suporte, estudos e diretrizes produzidas nos grandes centros para atender aos programas de desenvolvimento econômico em gestação durante a Ditadura Militar, em vigência no Brasil.

2. O IMPACTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NAS REGIÕES DE SOBRADINHO E SERRA DO RAMALHO

O Homem chega já desfaz a natureza
Tira gente põe represa, diz que tudo vai mudar.
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
De um beato que dizia que o sertão ia alagar
O sertão vai virar mar,
Dá no coração
O medo que algum dia o mar também
Vire sertão
Vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também
Vire sertão.

Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé,
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira a gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do sobradinho
O povo vai-se embora com medo de se afogar.

(SOBRADINHO. Sá & Guarabyra. Canção amplamente conhecida entre os moradores de Serra do Ramalho)

2.1 Programas e projetos desenvolvimentistas

A década de 1970 do século XX foi marcada pelo interesse do governo brasileiro na economia, modernização e no incremento do processo produtivo. Estava em curso uma política desenvolvimentista, gestada no interior dos governos militares, cujas decisões eram tomadas nos gabinetes e se utilizavam de recursos coercitivos na implementação de programas que objetivaram ampliar a oferta de energia, incrementar o setor industrial e criar uma infraestrutura

que atendesse a essas novas demandas. Foi o que aconteceu no que diz respeito à construção da barragem de Sobradinho. Para a desapropriação e o assentamento dos colonos no PEC/SR (Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho), difundiu-se a crença de que tal projeto retiraria da miséria centenas de famílias que sobreviviam nos perímetros rurais, no interior da zona de construção do Lago de Sobradinho, inserindo-as no processo civilizatório pensado para a sociedade brasileira. Nos anos iniciais da década de 1970, as ações governamentais voltaram-se para um conjunto de programas, políticas e projetos de apoio à modernização da agricultura brasileira, em conformidade com os preceitos capitalistas vigentes.

Dessa forma, a implantação de grandes projetos na década de 1970 no Brasil, entre os quais se destacam a construção da Barragem de Sobradinho e, por desdobramento, o maior projeto de assentamento rural no interior do Nordeste, o PEC/SR, respondiam aos interesses pleiteados por grupos capitalistas. Ao Estado Brasileiro, através de seus órgãos institucionais, coube o papel de articulador e de agente de estratégias que permitiram o desenvolvimento de políticas destinadas a criar uma infraestrutura que favorecesse o crescimento do capital industrial e do capital financeiro, necessário à consolidação do modelo capitalista nos sertões. Neste cenário, as políticas governamentais inseriam-se no processo de expansão do capitalismo no campo, atingido com a instalação de grandes obras e projetos que deveriam incorporar as áreas atingidas, conectando-as às demandas e necessidades das demais regiões brasileiras.

De acordo com Estrela (2004, p.134), ao fazer referência ao PEC/ SR, considerando a necessidade de assentamento dos egressos da Barragem e de outras localidades do país, tratava-se de um projeto civilizatório, uma vez que continha zonas exclusivas e homogêneas em seu planejamento, a fim de viabilizar as atividades e o desempenho das funções que foram distribuídas em espaços específicos, como um perímetro para moradia onde se tinha a infraestrutura condizente com as zonas urbanas. No perímetro rural, buscava-se facilitar a circulação, conectando cada Agrovila a uma rede de estradas vicinais, ligadas por um eixo principal, o que supunha um permanente ir e vir do campo para o povoado. Esta foi somente uma das perspectivas projetadas pelo governo, e seus respectivos órgãos, destinando às pessoas um plano de moradia e trabalho que não estava condizente com os espaços e práticas laborais utilizadas antes do deslocamento que lhe fora imposto.

Ao inserir o camponês na lógica de mercado, através de políticas agrícolas que se alinhavam com as concebidas para o agronegócio, enquanto atividade alimentadora da dinâmica capitalista, o Estado tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico atendendo aos requisitos do desenvolvimentismo e da modernização da sociedade brasileira.

Faz-se necessário procurar compreender a forma de planejamento estatal, bem como a criação do PEC/SR, a partir das práticas autoritárias comuns na década de 1970, próprias de governos que não ocupavam o poder pelas vias da democracia, mais sim através de uma estrutura repressiva que se reproduzia nas diversas instâncias governamentais.

O projeto [PEC/SR] foi pensado de forma autoritária, imposto nas suas formas de aplicação de cima para baixo e executado sem nenhuma flexibilidade, segundo um modelo rígido. As sugestões populares foram quase todas rechaçadas. Esta concepção autoritária e rígida levou os agentes de execução a se desgastarem na fiscalização dos detalhes, sobrando tempo insuficiente para tarefas essenciais de incentivo e apoio à produção. A morosidade das decisões burocráticas, a minúcia das fiscalizações, desanimavam qualquer iniciativa. Do ponto de vista da questão fundiária, o colono, dono formal de sua terra, chegou, em vários casos a depender do técnico de forma mais estreita que um morador de seu patrão. Daí a queixa geral: É o 'cativero' (Duqué, 1984, p. 37 apud: Estrela, 2004.p. 139)

É preciso também fazer referência ao processo de autorização e construção da Barragem de Sobradinho, já que sua existência é fator que condiciona os desdobramentos posteriores, entre os quais o Projeto de Serra do Ramalho. Os dois públicos-alvo, os egressos de Sobradinho e os moradores da região, foram alocados em espaço específico, destinado ao Projeto, resultando na instalação do município de Serra do Ramalho. Pereira Filho (2012) reforça a narrativa da imposição, ao argumentar que o PEC/SR foi implantado, em 1973, momento em que a história brasileira revela um Estado que se dedicava a executar coercitivamente grandes projetos de assentamentos, planejados e executados em várias regiões do Brasil, sobretudo na região amazônica, com intuito de proporcionar o progresso a lugares longínquos e favorecer a integração do território brasileiro. Segue a mesma lógica, em termos de planejamento espacial, de outros projetos realizados naquele período: área contínua, fracionada em parcelas individuais organizadas de forma linear e simétrica. O tamanho das parcelas foi determinado pelo módulo da propriedade rural para a região de acordo com planos elaborados nos escritórios. Na mesa dos técnicos, o espaço era tratado como se fosse homogêneo. Reproduziu-se um “modelo ideal”, quanto às características de solo e de relevo, que quando confrontado com a realidade era esta que deveria se adaptar ao modelo, e não o contrário.

Os representantes do poder público não levaram em consideração os que foram expropriados de suas terras nem os obrigados à migração compulsória, de maneira que, uma vez consultados, suas aspirações também pudessem ser incorporadas aos projetos realizados. Contrariando tal lógica, os agentes estatais estavam convencidos de que suas ações atendiam ao plano de desenvolvimento do Estado e tinham como consequência o bem-estar das populações que se encontravam em condições econômico-sociais, não condizentes com as desejadas pelo governo. Analogamente, percebe-se semelhanças com tantas outras investidas

colonizadoras realizadas ao longo da nossa história, quando da chegada dos colonizadores europeus nas Américas, dos ataques e submissão dos africanos e asiáticos no século XIX, nos diversos momentos de expansão e ocupação da Região Norte e na efetivação de outros projetos de assentamento, realizados pelo INCRA em vários cantos do país, ou pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Conta a Seca) na Região Nordeste.

O propósito era submeter, dominar, controlar as populações expostas, sob o argumento da modernização, sem que houvesse planejamento, decisões e ações compartilhadas entre todos os envolvidos. Não diferente, os grupos de famílias e comunidades dispersas pelas terras situadas entre as margens do Rio São Francisco e o “pé da serra”, na região de Serra do Ramalho, foram sacudidas com o anúncio da desapropriação de suas terras e a consequente realocação para algumas das agrovilas que foram construídas, desde que fossem atendidas as demandas dos remanescentes das áreas atingidas pela construção da barragem.

A proposta inicial do INCRA, instituição governamental encarregada das operações de assentamento dos colonos e administração da área do projeto, era a de criar uma colônia agrícola, destinada aos egressos da barragem, com infraestrutura que atendesse aos padrões de uma sociedade organizada e desenvolvida como a idealizada pela política econômica desenvolvimentista. Esse novo cenário contrapunha-se aos padrões e estilos de vida das comunidades ribeirinhas, tanto da região de Sobradinho, quanto de Serra do Ramalho. É um contexto que, de acordo com Pereira Filho (2012), deu origem a inúmeros problemas, dentre eles o enraizamento de práticas sociais, costumes e tradições das famílias assentadas, egressas de diferentes lugares, amplamente inseridas no cotidiano. As mudanças, abruptamente impostas, provocaram reações e resistências pela manutenção dos valores e estilo de vida inerentes ao perfil das comunidades e famílias. Embora as contínuas interações ocorressem com frequência, a preservação das tradições é parte indispensável da continuidade e identidade de uma comunidade e sua consequente relação de pertencimento ao território em que está inserida. Um exemplo característico desses conflitos diz respeito às práticas religiosas, pois os egressos e os locais já tinham seus santos de devoção, tradicionalmente festejados em suas comunidades de origem, gerando disputas para definição de qual padroeiro ocuparia lugar de destaque na agrovila a que fossem destinados para moradia. Entre tantos problemas e desconfortos com o deslocamento compulsório, essas disputas em torno da manutenção dos padrões da comunidade de origem terminou provocando decepções e desalentos com o projeto de colonização.

2.1.1 Medidas governamentais

O entendimento de que os eventos resultam de uma sucessão de atividades, com desdobramentos que as mantém conectadas, nos direciona aos decretos expedidos pela esfera pública, reconhecendo a importância da produção energética e a necessidade de mobilização de recursos de toda ordem para sua execução. A ideia de uso das águas do Rio São Francisco para fins de produção de energia, remonta ao Decreto Nº 21.848, de 13 de setembro de 1946¹⁴, em que se *aprova projeto e orçamento para obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, no Rio São Francisco*. O ato de aprovação de um projeto, em região tão distante dos grandes centros urbanos do país, reforça as práticas políticas de implementação do desenvolvimento para a Região Nordeste. Promulgada a lei em 1946, deduz-se já haver processos anteriores de negociação para sua efetivação.

O Decreto nº 70.138, de 10 de fevereiro de 1972¹⁵ outorga à Companhia Hidroelétrica do São Francisco o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio São Francisco. Essa medida coloca a futura CHESF diretamente na gestão da produção energética e, conseqüentemente, do relacionamento com os habitantes das regiões afetadas, sem, entretanto, ser o responsável pelo PEC/SR, que fica submetido a outro órgão, o Inbra, cuja atribuição, associada aos processos de colonização e reforma agrária, lhe impunha a tarefa de realocação dos egressos de Sobradinho.

Com o Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973¹⁶, aos poucos foram sendo criadas as condições legais para interferência e ação dos órgãos vinculados ao Governo Federal. Não tardou para que as avaliações, desapropriações e indenizações fundiárias atingissem as regiões de interesse das políticas públicas desenvolvimentistas.

Cada um dos decretos editados pelo governo foi, aos poucos, afinando os mecanismos para operacionalização das ações pretendidas, como, por exemplo, o Decreto nº 73.418, de 4 de janeiro de 1974¹⁷, que declarou de:

utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas ao reservatório de acumulação do aproveitamento progressivo de energia hidráulica denominado Sobradinho, no Estado da Bahia.

¹⁴ Decreto Nº 21.848, de 13 de setembro de 1946. *Aprova projeto e orçamento para obras de barragem munida de eclusa no Braço do Sobradinho, no rio São Francisco* (SILVA, 2010. Pg.321)

¹⁵ Decreto nº 70.138, de 10/02/1972. *Outorga à Companhia Hidroelétrica do São Francisco, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio São Francisco*. (SILVA,2010. Pg. 319).

¹⁶ Decreto nº 73.072, de 01/11/1973. SILVA,2010. pg.314. *Dispõe sobre a criação de zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, no Estado da Bahia*. (SILVA. 2010. Pg. 314).

¹⁷ Decreto nº 73.418, de 4 de janeiro de 1974. *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas ao reservatório de acumulação do aproveitamento progressivo de energia hidráulica denominado Sobradinho, no Estado da Bahia*. (SILVA.2010.pg. 316)

A partir daí, as terras ocupadas, legalmente ou não, pelos cidadãos baianos, passavam à tutela do Estado, submetidas às avaliações feitas pelos agentes designados para esse fim, não importando se a população estivesse ou não de acordo. São decisões tomadas de forma coercitiva, uma característica daquele momento político.

Por conta dos atrasos nos processos de negociação e implementação das atividades de desapropriação e realocação, e pelas incertezas em torno da mudança para a região de Bom Jesus da Lapa, cuja execução não tinha avançado o suficiente, foi expedido um novo decreto prorrogando os prazos de “intervenção governamental nas áreas prioritárias para fins de reforma agrária” estipulados pelos decretos anteriores¹⁸.

O que se pode constatar é que a criação do PEC/SR, passou por etapas, sendo que em março de 1975, “com a Portaria INCRA/P/nº 299/75, foi criado o Projeto Especial de Colonização Sobradinho. Em 27 de abril de 1976, o Conselho de diretores do INCRA resolveu adotar o nome Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.” (PEREIRA FILHO, 2013, pg.59). Isso ocorre quase ao mesmo tempo que a série de leis que respalda a ação do Governo e obedecendo a um calendário que sugere ações imediatas, levando em conta a vinda dos primeiros colonos para o Projeto e a criação, coordenada pelo Incra, do assentamento que deu origem ao município de Serra do Ramalho.¹⁹

Ao denominar o projeto, os técnicos responsáveis procuraram um nome que estivesse vinculado ao linguajar local, bem como associado à geografia e história regional. Não seria estranho se tivesse prevalecido a denominação Projeto de Bom Jesus da Lapa, haja visto, a importância que a Romaria do Bom Jesus tem para a fé e identidade religiosa dos moradores das barrancas do Rio Francisco, no trecho entre Juazeiro e Carinhanha, e de outros tantos lugares. Entretanto, foi “do Povoado do Ramalho” que surgiu a denominação Serra do Ramalho. Ao se observar a localização das principais agrovilas e a população situada no âmbito do projeto, percebe-se pouca correspondência com o nome escolhido, tanto no aspecto geofísico, quanto no cultural, pois pouco se sabe sobre a origem do nome da serra, a não ser sua associação a um explorador do período colonial de nome João Ramalho, pouco difundida entre as populações egressas e as que já se encontravam no perímetro do projeto (ESTRELA, 2004, p.173).

¹⁸ Decreto nº 80.666, de 03 de novembro de 1977. Prorroga o prazo de intervenção governamental nas áreas prioritárias, para fins de reforma agrária, de que tratam, os Decretos n.º 73.072, de 1º/11/73, e 74.366, de 7/8/74. (SILVA, 2010. Pg. 318).

¹⁹ O Município foi emancipado em 13 de junho de 1989.

A efetivação do Projeto Especial de Colonização é desdobramento da construção da Barragem de Sobradinho, pensada e executada a partir das necessidades de implementação das políticas econômicas do governo brasileiro. É importante enfatizar o planejamento do PEC/SR a partir dos levantamentos, estudos e conclusões das agências encarregadas. Com efeito, já em

06 de março de 1975, em Paulo Afonso, após realizados os estudos, foi ratificada a escolha da área, em reunião presidida pelo Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, com a presença do presidente da CODEVASF, Nilo Peçanha Araújo de Siqueira e do INCRA. Além das diretorias da CHESF, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) e HIDROSERVICE. Ainda em março, com a Portaria INCRA/P/nº 299/75, foi criado o Projeto Especial de Colonização Sobradinho. Em 27 de abril de 1976, o Conselho de diretores do INCRA resolveu adotar o nome Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho. (INCRA, 1994. (Cordeiro. 1982, Apud: PEREIRA FILHO.2013, p. 59).

Pode-se constatar que a implementação do PEC/SR foi permeada de arbitrariedades. Quando da escolha da área a ser desapropriada para assentamento dos egressos da Barragem de Sobradinho, por exemplo, houve a notória ausência de entidades representativas do Estado da Bahia, bem como de setores públicos vinculados aos serviços prestados a pequenos produtores rurais. A comissão destinada a tal finalidade era quase que exclusivamente composta por representantes do alto escalão do governo Federal. Um outro fenômeno a ser observado, a partir das reuniões para decidir o destino de milhares de pessoas, é a ausência de representações dos que foram diretamente atingidos pelos processos de expropriação e migração compulsória, impostos pelo poder público, sob o pretexto de se fazer um bem maior aos contemplados. Também fica em evidência a falta de envolvimento das entidades de defesa dos posseiros e pequenos agricultores, como os sindicatos de trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra, órgão vinculada à Igreja Católica, mas com forte presença na defesa dos interesses dos pequenos lavradores, independente de suas práticas religiosas. Não menos importante, é a ausência dos representantes dos diversos município atingidos, já que ao ser alojadas em um espaço de determinado município, as pessoas ali alocadas tornam-se cidadãos desse novo território, passando a usufruir dos direitos condizentes com sua nova condição e também nos deveres de se fazer presentes nos processos eleitorais e na geração de novos dividendos, através da produção e comercialização de gêneros que contribuiram para elevar as receitas do comércio regional e a arrecadação tributária dos município que compõem o Projeto.

Em relação aos estudos preparatórios para definição da área destinada ao PEC/SR, observa-se a contratação de uma empresa com poucos vínculos regionais, revelando novamente a execução de ações que foram planejadas fora do espaço atingido. Em funcionamento há mais de 50 anos, estendendo-se até os dias atuais, com sede no Estado de São Paulo, a Empresa Hidroservice foi incumbida de realizar as operações apropriadas para que os setores

competentes pudessem conhecer, com mais detalhes, a realidade e as características das terras que comporiam a região destinada ao assentamento dos egressos. De acordo com Estrela (2004, p. 117), o relatório da Hidroservice apontava que a área para desapropriação contava com um considerável número de agricultores, sendo que 38% eram caracterizados como posseiros, o que significa dizer que os órgãos representativos do governo encontraram usuários da terra que não tinham preocupação com a legalização de suas posses, posto ser a terra um bem que servia aos propósitos de sua sobrevivência. No mesmo relatório são encontrados 24 % de proprietários, o que denota a legalidade da posse por meio da titularidade, cuja comprovação podia ser feita através de escrituras registradas nos cartórios das cidades vizinhas ao Projeto, com destaque para Bom Jesus da Lapa e Carinhanha. Na mesma área visitada e pesquisada, 19% das pessoas relatadas eram agregados. Nesse caso, uma relação de interdependência era estabelecida entre o responsável pela terra e o agregado, que podia ser um parente imediato, uma família ligada por laços de compadrio, uma concessão por favor, o que reforçava a complexa teia social e o estabelecimento dos vínculos entre as pessoas. Das pessoas residentes no perímetro destinado ao Projeto, 17% eram consideradas ocupantes, uma condição que, admitida, tornava a família vulnerável, sobretudo nos momentos de definição da posse legal e também no uso indevido que faziam os grandes proprietários ao explorarem os trabalhadores, tanto na perspectiva dos serviços prestados, quanto nos momentos de realização de eleições, quando essas pessoas eram cobradas dos pretensos favores concedidos, em especial a ocupação de uma gleba de terra. Somente 2% dos trabalhadores não fizeram nenhuma declaração de sua condição.

Os dados expostos anteriormente só confirmam que a escolha das terras da Região entre a Serra do Ramalho e o município de Bom Jesus da Lapa, atendia bem às pretensões das equipes governamentais, alinhando-se aos seus propósitos. Com efeito, a baixa ocupação territorial e a quase inexistente posse legal da terra facilitavam o processo de desapropriação e remoção das famílias e robusteciam os argumentos dos representantes do governo na hora da efetivação das negociações. Ademais, difundiam-se a ideia de que, após a remoção para uma casa na vila, cada família receberia do governo uma porção de terra, devidamente legalizada e titulada, bem como assistência no processo de produção e o acompanhamento de instituições ligadas à educação e saúde. Sob o pretexto de elevar o grau de desenvolvimento social e econômico das famílias sertanejas, cuja situação estava longe da desejada para o modelo de desenvolvimento pensado para o país, e considerando a situação de muitos, não foi difícil, no caso de posseiros, ocupantes e agregados, aderirem aos propósitos da equipe implementadora do Projeto.

A forma de organização e disposição do ambiente para moradia e trabalho previa a divisão da terra em lotes e a formação de uma agrovila. Desse modo,

o PEC/SR foi criado com base em uma articulação urbano-rural com a construção de 6.267 casas, além do lote rural – onde se concentraria a atividade produtiva. Por possuir infraestrutura administrativa, a Agrovila 9 sediaria a administração do projeto, quando da emancipação do Projeto e, a consequente criação do município de Serra do Ramalho, tornou-se sua sede. (SILVA.2019, p. 34).

O plano das equipes gestoras do PEC/SR, feito em gabinetes, não levava em consideração a realidade das famílias que habitavam a margem do Rio São Francisco, nas fazendas distribuídas no perímetro, bem como a dos moradores da região mais próxima da serra, que tinham como prática mais comum habitar em moradias muito próximas dos ambientes de trabalho, nos pequenos povoados, quando não no interior do próprio espaço onde realizavam suas labutas cotidianas. Vê-se então um contraponto entre o planejado e o experienciado na região.

Ainda que as promessas e ações dos agentes públicos procurassem convencer os atingidos pelas expropriações, para novamente serem alocados em outros espaços, as mudanças afetaram o cotidiano e a relação estabelecida por muitos anos com a terra, com o rio, com as lagoas e com a serra. Todos esses espaços se constituíam, em algum momento, o elemento de ligação social e de sobrevivência dos habitantes da região. Temos que considerar também que entre essas populações havia pescadores, cultivadores de culturas nas ilhas do Rio São Francisco, pequenos criadores, dedicados às atividades da pecuária bovina, empregados dos grandes proprietários, cujas terras ficavam sob sua responsabilidade e as pessoas envolvidas no pequeno comércio dos povoados. Todos passaram a ser tratados de forma homogênea, como colono e morador de uma das agrovilas, que era normalmente escolhida a partir de critérios estabelecidos pelos técnicos do INCRA. Com isso, instalou-se um processo de desterritorialização e reterritorialização, dentro de um mesmo território, o que implicava na construção de pertencimento a uma nova realidade física e cultural, envolvendo outros agentes sociais e, dessa vez, sob o controle de instâncias reguladoras da esfera pública, resultando na perda da autonomia em relação às escolhas e decisões dos rumos da vida cotidiana.

O advento da desapropriação causou espanto entre os pequenos proprietários e posseiros, habituados a um padrão de vida que não estava em consonância com o que estava para ocorrer, seguido de desespero. De fato, as ações estabelecidas e as notícias que circulavam não eram suficientes para suplantar a falta de perspectiva com as mudanças anunciadas e que tinham como consequência a perda de referenciais básicos, que norteiam o dia a dia, e inúmeras alterações na vida cotidiana dos remanejados. (Estrela, 2004).

Instalar o PEC/SR, pareceu uma tarefa fácil quando observado a partir da perspectiva do que foi resolvido nos gabinetes, com o uso de dados fornecidos pela Hidroservice, e a elaboração de planilhas, mapas e custos pré-estabelecidos. Todavia, aos olhos de quem sofreu os impactos de tais medidas, a mudança não é tarefa que se possa resolver a contento em um gabinete por técnicos e burocratas, presos aos ditames de ordens emanadas de instâncias superiores, sempre distantes da realidade física dos atingidos.

O anúncio e a vinda de agentes do governo ou de empresas contratadas para prestar serviços provocou um rebuliço na população das diversas comunidades que faziam parte das terras destinadas ao projeto de assentamento dos egressos de Sobradinho. A ideia de uma região com o nome Serra do Ramalho ainda não era real e não fazia parte das práticas de identificação e pertencimento na região. O que se conhecia girava em torno do Rio São Francisco, comunidades existentes e as cidades que se avizinhavam às referidas terras ocupadas por posseiros, fazendeiros, ocupantes, agregados e moradores das vilas existentes. A chegada do governo, através de entidades e agentes públicos, desdobrou-se, nos dias subsequentes à desapropriação, em incertezas, transtornos, angústias e muita inquietação por parte dos moradores, em sua maioria pequenos lavradores, que, sem um aparato legal para protegê-los, sentiam-se acuados e indefesos frente ao autoritarismo e a prepotência de alguns agentes em serviço. Tudo conspirava para a instalação de um ambiente instável. Pode-se verificar que, apesar do aparato legal que respaldava os agentes em seu poder de intervenção e avaliação das propriedades localizadas na área liberada para desapropriação pelo governo, os funcionários do INCRA agiam agressivamente:

se embrenhavam nos povoados, exigindo dos moradores o documento da terra; examinavam-no e chamavam o proprietário para a medição. Quando os moradores não apresentavam o documento de propriedade da terra, eram avaliadas apenas as benfeitorias (ESTRELA, 2004, p.178).

A arbitrariedade é mais do que notória. As pessoas simplesmente eram conduzidas de forma coercitiva e, sem discussão prévia, convocadas a prestarem contas de suas propriedades e, quando não tinham documentos legais que atestassem a posse da terra, mesmo que estivessem ali por gerações, recebiam somente o correspondente aos bens permanentes produzidos nela.

É certo o quanto tumultuado e pouco democrático foi o processo de desapropriação estabelecido na região que fez parte do PEC/SR, sobretudo a tomada de decisões e execuções de ações feitas às pressas, dismantelandando a vida de centenas de pessoas, o que fez com que os moradores de Serra do Ramalho tivessem problemas que se assemelhavam aos dos egressos da área da Barragem de Sobradinho, pois ambas as regiões foram submetidas a um processo de expropriação e desterritorialização que mudou suas práticas de vida.

As regras para indenização também não foram homogêneas. Mesmo ocupando a terra por muitos anos, a maioria dos posseiros não conseguiam provar a sua propriedade, nem mesmo que as benfeitorias realizadas eram de sua autoria, o que dificultava o processo de avaliação feito pelos técnicos, muitas vezes presos a formulários e procedimentos burocráticos que inviabilizavam a determinação dos valores a serem recebidos pelos ocupantes. O tratamento dispensado aos moradores variou já que os que tinham a titularidade terminavam concluindo, com certa facilidade, o processo de avaliação de seus bens, sobretudo quando os canais de mediação eram viabilizados por pessoas que mantinham algum tipo de conexão com os agentes públicos instalados na região. De outro modo, posseiros, ocupantes e pequenos proprietários desprovidos da titularidade da terra eram submetidos a uma programação exaustiva e burocrática, até se concluir os possíveis valores a receberem, se tivessem direito, pois podia aparecer alguém reclamando a propriedade da terra, através de títulos de comprovação, o que terminava excluindo posseiros e ocupantes. Essa situação de constrangimento e falta de sensibilidade terminou excluindo muitas famílias, deixando-as à mercê da vontade de agentes públicos que não tinham nenhuma relação com os habitantes locais, o que ocasionou muita decepção e falta de expectativas em relação ao novo quadro instalado na região. Ao procurar entender essa relação entre os agentes do governo e os moradores, no que diz respeito ao andamento das atividades de relocação foi visto que:

[...] Na oportunidade, os técnicos do órgão avisavam aos desapropriados que, a partir daquele momento, estavam proibidos de cultivarem roças, de fazerem novas benfeitorias, permitindo-se apenas o plantio de lavouras de ciclo curto. Mas as indenizações só começaram a ser pagas em 1977, quando as primeiras agrovilas já estavam sendo ocupadas pela população de Sobradinho. [...] Durante o processo desapropriatório, o INCRA deixou claro para os pequenos proprietários, agregados e posseiros expropriados que poderiam ser reassentados nas agrovilas, desde que obedecidos alguns critérios. Um deles era que só seriam aceitos como “colonos” os indivíduos que tivessem idade inferior a 59 anos. A medida era discriminatória, pois os originários de Sobradinho que tinham essa idade receberam casas na agrovila (ESTRELA, 2004, p. 178-179).

As incertezas frente ao andamento das atividades ficavam assim bem evidentes, acontecendo em momentos paralelos com a chegada dos egressos da região de Sobradinho. Tudo tinha que ser feito às pressas e simultaneamente, já que as águas do Rio São Francisco iam aos poucos inundando vilas, roças, povoados e as cidades atingidas pelo perímetro destinado ao lago. As famílias que chegavam tinham que ser assentadas, e como a necessidade de atendimento era emergencial, os moradores locais terminaram em segundo plano nessa ordem de atendimento e resolução de seus problemas, sendo estes tão parecidos com os das famílias recém-chegadas de Sobradinho, como expectativas, angústias e perda das referências territoriais.

Afloravam os questionamentos e as incertezas com o que seria feito com cada morador: a resolução de necessidades imediatas, como moradia, nova área para cultivar a terra, deslocamento e manutenção do modo de vida operante, a que estavam acostumados, até as mudanças impostas que provocaram o desmantelamento das estruturas sociais tradicionalmente praticadas em torno da Serra e do Rio São Francisco. Não se pode deixar de observar também a ausência de uma política justa e que tratasse todos igualmente no atendimento aos atingidos com o programa estabelecido para o assentamento no PEC/SR. A exclusão ou negação de um lote de terra e uma casa para moradia na agrovila, aos cidadãos com idade superior a 59 anos, para os que habitavam na região de PEC/SR, entra em contradição com a concessão de títulos a quem vinha da região do Lago de Sobradinho, gerando a sensação de injustiça e de tratamento indigno aos prováveis colonos a serem estabelecidos em suas casas nas agrovilas e nos lotes rurais.

Além dos fatores já abordados, entre tantas dificuldades para desapropriação e realocação dos moradores da região de Serra do Ramalho, as mudanças de direcionamento, quando considerados os deslocamentos, desnortearam os camponeses, sobretudo os que tinham o Rio São Francisco e as estradas em seu entorno como referência, pois:

Num caso exemplar dos camponeses 'reassentados' em Serra do Ramalho, privaram-lhes do rio. Isto significa que lhes restou apenas, como sistema de referência, o ponto fixo do povoado. Diante das novas casas, no entanto, os camponeses estão quase incapacitados de dar um passo. As casas, as roças, as ruas: carecem de 'frente'. Não 'sobem' nem 'descem'. Não se afastam nem se aproximam da beira. Todos os caminhos possíveis que partem do povoado se perdem numa região desprovida de referências, uma vez carentes de eixo. Todas as direções se confundem e se equivalem, não há como localizar nenhum ponto por referências a outro. O norte e o sul, leste-oeste não se conhecem. A rosa -dos- ventos apagou-se e o mundo está privado de eixo (MARTINS COSTA, apud ESTRELA, 2004, p.03).

O mapa do PEC/SR, projetado de forma linear, com formação de blocos retangulares, onde as novas estradas separavam os lotes rurais até uma distância média de 3,5 quilômetros do perímetro urbano, não dá conta do que significava retirar um camponês de sua área original, sua casa de morada no povoado, ou na própria terra, para a agrovila indicada pelos funcionários do INCRA. Tal ação gerava uma ruptura nas rotinas cotidianas dos camponeses, acostumados com a relação estabelecida com o povoado e as distancias que já estavam acostumados. Com efeito, passaram a ter que construir novos referenciais para suas idas e vindas: de casa para a roça, de casa para as ilhas, de casa para as áreas desocupadas, a fim de seguir com a rotina e costume de deixar animais para o pastoreio, realizar atividades de extração de madeira e a caça a animais silvestres, muito abundante na região. A substituição das rotas antes corriqueiras, o uso de novos termos para designar os novos espaços construídos linearmente, como estradas

vicinais (que recebiam números e não nomes), lotes rurais, colono (ao invés de roceiro, lavrador), tudo isso fazia parte de um novo repertório que não contou com a participação dos moradores, significando a perda de referenciais importantes para a manutenção do sentimento de pertencimento a uma comunidade e suas adjacências.

Na região serrana também se notava essa desagregação. As antigas estradas, pontos de deslocamentos entre as comunidades, propriedades e os municípios vizinhos, deram lugar aos eixos que faziam ligação entre uma agrovila e outra e sua rede de estradas vicinais. Moradores de comunidades como Tabuleiro e Taquari perderam suas terras em função da desapropriação e tiveram que se adequar à condição de colonos em uma das agrovilas previamente designadas pelos agentes públicos. Tudo isso resultou em estranhamentos, desterritorialização, reterritorialização e, conseqüentemente, territorialização em uma mesma região e atingindo os mesmos indivíduos que, assim, se viram premidos a forjar novas relações com o espaço físico, mas, também, com colonos oriundos, tanto da própria região, quanto dos recantos mais longínquos do território brasileiro, sobretudo os egressos de Sobradinho, público-alvo do PEC/SR.

Importante também é esclarecer os motivos que explicam a configuração do nome escolhido para designar a região desapropriada. Dois municípios foram atingidos, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, regiões distintas foram abaladas, como a margem do Rio São Francisco, com seus povoados, alguns já tradicionalmente constituídos, a exemplo de São Sebastião da Boa Vista, Barreiro Grande e Campinhos, outros em lugares com características geográficas também distintas, como as comunidades situadas no “pé da serra”, ou mais acima da mesma, caso de Taquari e Tabuleiro. O nome do projeto não contemplou nenhuma comunidade situada na região, nem os municípios cujas terras faziam parte dele. Também não foi relacionado aos locais de origem dos egressos de Sobradinho. Em reunião, os representantes governamentais decidiram, inicialmente, nomear o projeto de Bom Jesus da Lapa, uma vez que a concentração das terras estava localizada no município de mesmo nome, como também havia uma relação de identidade com o movimento das romarias em torno do Senhor Bom Jesus da Lapa, na Gruta do Bom Jesus, também situado na cidade de mesmo nome. Entretanto, terminaram escolhendo Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, em referência ao nome da serra localizada na região (Pereira Filho, 2013). A razão de se aplicar a nomenclatura “Especial”, está associado aos motivos de sua construção:

Tinha um caráter especial, distinto dos demais programas de colonização do INCRA, porque, sendo uma alternativa de realocar famílias que compulsoriamente deveriam sair da zona rural dos municípios a serem inundados, não levaria em consideração critérios de seleção comumente adotados pelo órgão, em outras ações. Não só não se

estabeleceram critérios, como ainda foi promovido todo um trabalho de estímulo e motivação para que a população optasse por tal projeto, visto que esta, se opunha à mudança (ESTRELA.2004. p. 137).

Temos então clara a razão do uso do termo “especial”, ligado ao deslocamento compulsório dos egressos de Sobradinho, já que as medidas adotadas, não estavam em consonância com o que normalmente era praticado pelo INCRA em outras empreitadas de colonização pelo Brasil afora. Vemos também que a preocupação se relaciona com as populações egressas, sem se estabelecer um vínculo legal com os desapropriados na região de Serra do Ramalho, o que demonstra que estes não eram a prioridade no tocante ao processo de assentamento e tratamento, dada a emergência da transferência e necessidade de alocação dos egressos nas agrovilas. Novamente, um caso de tratamento diferenciado aos que compunham a população do projeto, sendo chamados também de colonos em sua região de origem ou mesmo em suas próprias terras.

2.2 Os Pankarus

A chegada dos pankarus à região da Serra do Ramalho e o que costumavam fazer, considerando as práticas comuns aos povos indígenas e, conseqüentemente, suas interações pelos sertões, tem sido fonte de sucessivas pesquisas, visando delimitar o que pertence às ancestralidades e o que tem sido fruto de miscigenações culturais, ocorridas em diferentes tempos e espaços.

No “imaginário da grande maioria dos brasileiros, os indígenas, quase sempre, aparecem como representantes de uma cultura congelada no tempo” (Estrela 2004. p.42). São apreendidos como nômades, habitantes de ocas, em aldeias com construções rústicas, e que sobrevivem à base da pesca artesanal, da caça e da coleta de vegetais. Ou seja, as percepções acerca das comunidades indígenas são imutáveis, inflexíveis, congeladas no tempo e permanecem praticamente as mesmas das construídas pelos europeus nos primeiros contatos com os povos originários.

Os povos indígenas têm procurado resgatar suas práticas culturais ancestrais e incorporá-las no dia a dia de suas comunidades. Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), demonstram que houve crescimento significativo, no Brasil, do número de pessoas que assumem sua condição de descendentes ou de indígenas, implicando na dinamização do debate sobre o papel social e os estilos de vida adotados nas aldeias e nas cidades, assim como, de que forma esses sujeitos interagem cotidianamente. Com os Pankarus não é diferente. Originários da região de Brejo dos Padres, em Pernambuco, foram igualmente

influenciados e submetidos à miscigenação cultural, biológica e ao cristianismo. “À semelhança de vários outros povos indígenas, sofreram a espoliação de suas terras e a agressão aos seus costumes” (ESTRELA, 2004, p.42). A forma como esse grupo indígena chegou à Serra do Ramalho é semelhante a muitos outros deslocamentos ocorridos no interior do Nordeste: consequência de disputas e conflitos no processo de manutenção da unidade e subsistência familiar. A exaustão provocada pelas sucessivas pressões e violências em torno da posse da terra fez com que um grupo dissidente dos Pankararus deixasse o agreste pernambucano, por volta de 1920, abandonando a aldeia e se lançando numa caminhada nas redondezas da Bahia até chegar ao Rio São Francisco. Na década de 1950, sobe o rio à procura de uma comunidade indígena morumbé ou corumbé que sabia viver nas proximidades da Serra do Ramalho, município de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Depreende-se que havia uma busca por conexões entre os indígenas, embora não se tenha registros, na história da região, da fixação dos referidos grupos buscados pelos Pankarus (ESTRELA, 2001, p. 42).

A descrição dos primeiros contatos entre os membros da comunidade indígena e a sociedade estabelecida exige buscas a respostas não muito fáceis de serem localizadas, já que não há informações sobre qual tronco linguístico eram filiados. Ainda assim, pode-se entender como um

Grupo étnico recentemente diferenciado, os Pankaru ainda não contam com estudos etnográficos, e documentos históricos versando sobre aspectos da história do grupo são desconhecidos. É provável que a família do ex-pajé Apolônio Kinane seja proveniente dos aldeamentos indígenas patrocinados pelas sucessivas missões religiosas instaladas no Vale do Baixo e Médio São Francisco, entre os séculos XVII e XVIII. A representação da história contemporânea dos Pankaru é marcada por descontinuidades, elaborações e reelaborações empreendidas pelo pajé Apolônio e sua família, visando atender os interesses e as conveniências do grupo (ESTRELA, 2004, p.182).

Quanto ao anseio de se fixarem na região do Alto- Médio São Francisco²⁰, é consequência de sua rica diversidade ecológica, com uma ocupação demográfica relativamente baixa e abundância de água. Quando observada a condição natural da aldeia original, a região do entorno da Serra do Ramalho oferecia melhores possibilidades no enfrentamento das adversidades típicas do sertão ríspido e rústico, que caracteriza e dificulta a sobrevivência do caboclo sertanejo. Com um número considerável de motivos para deslocar-se Rio São Francisco acima, os pankarus alimentavam a esperança de

reencontrar a comunidade indígena dos morumbé ou morumbepe com os quais acreditavam ter parentesco. Contudo, quando chegaram à região, os indígenas procurados já não mais se encontravam no local. Haviam sido expulsos por

²⁰ Compreende a região do Médio São Francisco, ficando mais próxima dos limites com Minas Gerais do que com a região atingida pela Barragem de Sobradinho.

grileiros, ganhando as picadas e se estabelecendo, segundo depoimento de Alfredo José da Silva Pankarú, em território goiano. (ESTRELA 2001, p.43).

Entre idas e vindas, os pankarus terminaram chegando e se fixando na região, coincidindo esse período com o início da exploração de minérios, atividade que reivindicam ser, no trecho da Serra Solta²¹, os descobridores. Por volta dos anos de 1950, receberam como recompensa, do prefeito municipal de Bom Jesus da Lapa, Antônio Cordeiro, a área na qual se estabeleceriam, ficando a salvo da violência dos brancos (Estrela, 2001, p. 43). Percebe-se, então, que, ao se aproximar de autoridades políticas, o líder dos Pankarus consegue se inserir no contexto das relações sociais existentes, recebendo proteção e oferecendo também serviços aos responsáveis pela condução de atividades políticas e econômicas na região.

Firme no propósito de ceder apenas vinte hectares a cada família assentada, mantendo assim o modelo planejado para todos os colonos, o que deveria incluir todos os pretendentes a se incorporarem dentro do PEC/SR, o INCRA sugeriu à FUNAI (Fundação Nacional do Índio) “a remoção dos índios ou a sua emancipação, para que tenham direito ao assentamento de acordo com o disposto no Estatuto da Terra” (Estrela. 2004, p.43). Evidente que nem todas as regras pensadas para serem aplicadas de forma homogênea, não se utiliza no caso do PEC/SR, já que além dos egressos de Sobradinho, com suas diferenças, na região de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, havia comunidades remanescentes de quilombos, como já citado, comunidades indígenas e outros tantos trabalhadores rurais, habituados ao manuseio de uma porção de terra bem maior do que a estabelecida pelo órgão governamental.

A construção de identidade e a busca por pertencimento marcaram a trajetória dos Pankarus na Serra do Ramalho. Entre encontros e desencontros, propiciados pelas interações, disputas, aproximações e afastamentos, reinava a persistência do líder em resistir com o seu grupo na reivindicação e aquisição da terra. Consta que em um desses momentos em que foi debelado para fora de suas terras em Serra do Ramalho, o Cacique Apolônio e seus familiares foram parar nas imediações de Brasília e lá estando,

Entraram em contato com outro pequeno grupo indígena que lhes falou da existência da Fundação Nacional do índio (FUNAI). O contato com a FUNAI, segundo Alfredo José da Silva Pankarú, mudou a perspectiva de vida do seu povo. Informados de seus direitos em relação às terras de seus ancestrais, retornaram à região de Serra do Ramalho, travando nova luta com os grileiros que promoveram anteriormente sua expulsão. (ESTRELA,2001, p. 43).

²¹ Nome dado a uma das antigas fazendas existentes na região de Bom Jesus da Lapa, em função de uma pequena serra de rochas calcárias, ficando separada da Serra do Ramalho. Situada entre a Agrovila 10 e a Agrovila 17.

Os Pankarus, já há algumas décadas, ocupavam as imediações serranas, afastados uns trinta quilômetros em média das margens do Rio São Francisco, quando se toma como referência as atuais estradas de deslocamento no município. Já estavam adaptados aos ciclos das águas, onde praticavam o plantio das lavouras essenciais à manutenção de suas famílias; criavam também animais de pequeno porte, como suínos e aves, para subsistência e tinham na pequena criação de bovinos a fonte de recursos para a aquisição de outros insumos necessários à manutenção de suas terras. Viviam ainda da caça, cujos animais selvagens, abundante no entorno da serra, eram, de certa forma, preservados devido à pouca densidade populacional da região. Mesmo em meio às disputas com grileiros e fazendeiros em tempos anteriores, os Pankarus, liderados pelo Cacique Apolônio Quinane, conseguiram se firmar e dar sustentação ao processo de ocupação, iniciado a partir da década de 1950. A chegada dos agentes do governo, para implantação do projeto destinado ao assentamento dos egressos da Barragem de Sobradinho, atingiu diretamente o modo de vida da comunidade Pankaru, tendo em vista a tentativa de deslocamento deles para outras localidades fora do Estado da Bahia.

A implantação do PEC-SR afetou também as relações socioeconômicas e culturais dos Pankarus. Muitos deles não se adaptaram à vida de colonos, visto que com o desmatamento da área para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, houve a redução de matéria-prima utilizada para confeccionar seus materiais através do artesanato e a caça que também foi prejudicada pela extinção dos animais nativos. Com essa imposição, eles resolveram formar a aldeia da Terra Indígena Vargem Alegre, reconhecida no início da década de 1990, distante cerca de 2km da agrovila 19. Nessa terra, eles preservam suas manifestações culturais e realizam o ritual Toré, como principal dança. As famílias ribeirinhas viviam a mesma situação. A existência das populações tradicionais, os pescadores, ribeirinhos tiveram que se descolar forçosamente para os lotes do PEC-SR (SILVA, 2019, p. 32).

Uma nova onda de debates e disputas foi estabelecida, dessa vez entre os agentes do governo e os membros da comunidade Pankaru. De acordo com o planejamento do INCRA, o povo pankararu precisava se adequar ao modelo da estrutura pensada para o projeto, o que significava desestruturação do seu modo de vida e adaptação ao que se propunha para todos os moradores, fossem eles egressos de Sobradinho, índios, comunidades quilombolas, habitantes de fazendas e povoados, todos seriam tratados como colonos e receberiam os benefícios e bens inerentes à nova função. A homogeneização desses grupos humanos fazia parte da pauta governamental, que acreditava estar implantando ali o progresso.

De acordo com Estrela (2004), em meados de 1970, década de desestruturação da região de Sobradinho e também da região de Serra do Ramalho, os Pankaru, que já travavam lutas com grileiros e fazendeiros, visando à consolidação de sua posição em relação à posse das terras ocupadas, foram surpreendidos com a notícia de que a região de Serra do Ramalho terminou sendo escolhida pelos agentes governamentais, através do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA), para abrigar o Projeto Especial de Colonização (PEC), cuja finalidade era o assentamento dos desabrigados da Barragem de Sobradinho. A ação seria executada pela desapropriação e realocação de todos que estavam nas terras, incluindo-se aí, a comunidade indígena dos Pankarus.

O projeto tinha como objetivo ceder apenas 20 hectares de terra para cada família, tornando cada líder familiar um colono, que ganharia uma casa na agrovila indicada, onde estava situado o lote rural de 20 hectares. Essa medida entra em confronto com o modo de vida grupal

Com a política de distribuição de terras, realizada a partir do planejamento do INCRA e da CHESF, com base nas informações prestadas a partir dos levantamentos executados pela Hidroservice, onde se propunha a doação de um lote rural de 20 hectares e uma casa na Agrovila mais próxima, ficou evidente o confronto de interesses quando não se levou em conta o modo de vida das comunidades indígenas e a forma como organizavam suas moradias e cultivavam a terra. A imposição de regras, sem consulta prévia dos interessados, era uma prática muito comum no período em questão, marcado pelo exercício do poder coercitivo e pela tomada de decisões nos escritórios dos gestores públicos.

A determinação do INCRA de ceder somente 20 hectares para cada família gerou resistência entre os indígenas, a ponto de levar a Funai a considerar transferi-los para outras regiões, onde não existisse os padrões de distribuição de terras adotados nas circunstâncias planejadas para Serra do Ramalho. A falta de compromisso dos agentes governamentais com as questões relacionadas à manutenção dos costumes e hábitos dos povos tradicionais tornou-se tão evidente que, de acordo com ESTRELA (2004), foi proposto pelos agentes negociadores do INCRA a emancipação da comunidade indígena, o que significaria a perda de sua identidade grupal e de pertencimento a um território. Os indígenas seriam tratados como colonos e cada família passaria a viver em sua casa na Agrovila, tal qual o planejado para todos os moradores do projeto.

A homogeneização dos grupos e das famílias submetidas à administração PEC/SR, foi posta em prática: foram reservadas 50 casas na Agrovila, 19 para moradia das famílias oriundas da comunidade Pankaru, o que foi prontamente rejeitado. Frente à resistência indígena, coube ao governo delimitar uma área de 1000 hectares, onde seria instalada a Aldeia Vargem Alegre. Nos relatos dos Pankarus, mesmo com muita resistência, a área reivindicada não foi atendida e o que se recebeu na Agrovila foi aos poucos sendo invadido por outras famílias. O INCRA, convocado, pela liderança indígena, a intervir, não conseguiu impedir que as casas da Agrovila fossem destruídas, e o material deslocado para outras localidades, ficando a área de reserva da

Agrovila em permanente disputa entre índios e moradores que alegavam o direito de posse (Estrela, 2004). As imagens, a seguir reportam a dois momentos dessa trajetória da comunidade indígena, primeiro um retrato desolador de abandono e descaso com os investimentos públicos, dada ao fato de muitas casas construídas na Agrovila 19 terem seus materiais saqueados e carregados para outros fins. A segunda imagem apresentada mostra a persistência do povo Pankaru em preservar suas tradições, manifestando-se através da dança da Toré, momento de comemoração e confraternização entre os membros da comunidade.

Imagem 8 – Casa em ruína (foto: Luciene Aguiar)



Fonte: (ESTRELA, 2004, p.185)

Imagem 9 – Índios brincando o Toré. Com longo histórico de contato, o ritual do Toré é um dos elementos da cultura indígena ancestral mantida pelosankaru.



Fonte: (ESTRELA, 2004. p.181)

2.3 Os quilombolas

Ao se reportar às diversas comunidades presentes na região e que passaram a fazer parte do PEC/SR, é preciso fazer referência à presença de comunidades remanescentes de quilombos, situadas às margens do Rio São Francisco, responsáveis pelo povoamento e estabelecimento de conexões comerciais e culturais com viajantes que transitavam pelo rio, fazendeiros da região e posseiros de diversas origens. Essas comunidades, cuja cultura, passando pelos costumes, interações, tradições, relacionamento com a terra e com o rio, foram diretamente afetadas, a partir do momento da instalação do PEC/SR, uma vez que sua implementação não levou em conta as práticas existentes, o estilo de vida, a relação com a natureza e o modo de apropriação da terra para sua subsistência. Temos hoje em Serra do Ramalho três comunidades remanescentes de quilombo, oficialmente certificada pela FCP ²². Em tempos e situações distintas, essas comunidades conseguiram o reconhecimento, entretanto, ainda há muitos direitos que ainda não foram concedidos pelo poder público e reconhecidos pela sociedade civil.

Uma dessas comunidades era a Comunidade Quilombola do Barreiro Grande, localizada em uma das extremidades do atual município de Serra do Ramalho, cuja situação era a mesma, quando considerado a administração do PEC/SR, uma vez que a distância da sede do projeto dificultava os deslocamentos, sobretudo com as estradas caóticas que sempre marcaram a região próxima ao Rio São Francisco. A agrovila mais próxima do Barreiro Grande era e ainda é a de número 21, construída em momento posterior para atender à necessidade de assentamento dos moradores ribeirinhos e dos trabalhadores sem-terra, que iam chegando na região.

Com relação a origem e existência de quilombos em Serra do Ramalho, é possível verificar que

É grande a incidência de quilombos na região do Médio São Francisco, principalmente no trecho que hoje o governo do estado da Bahia define como território de identidade do Velho Chico que vai de Carinhanha à Barra englobando 16 municípios. Neste território estão certificadas atualmente pela FCP 32 comunidades remanescentes de quilombos que encontraram naquela região, por tempos abandonada pelos projetos de desenvolvimento socioeconômico do Estado, um ambiente ideal para sua manutenção, bem como reconstrução de modo de vida, cultura e identidades. (SOUZA.2015 p.28).

Constata-se, assim, a existência de inúmeras comunidades, avizinhas por práticas culturais semelhantes, mas com características que também as distinguem, a exemplo das existentes na região de Serra do Ramalho, margem esquerda do rio, e já certificadas pela FCP

²² A Fundação Cultural Palmares, reconheceu como Remanescente de Quilombo, as comunidades de Barrero Grande, Água Fria e Pambu, abrindo expectativas para que outras comunidades situadas às margens de Rio, busquem a obtenção dessa certificação.

(Fundação Cultural Palmares), como Barreiro Grande, Água Fria e Pambu, e outras na margem direita do Rio, como Rio das Rãs e Brasileira, localizadas no município de Bom Jesus da Lapa. Diante da existência de comunidades já enraizadas, a chegada do INCRA com o PEC/SR afetou também o seu modo de vida e a relação com as entidades públicas, já que, naquele momento da década de 1970, não havia ainda políticas que possibilitassem a proteção a essas comunidades.

A garantia dos direitos aos povos tradicionais, cuja ancestralidade está diretamente relacionada com as populações oriundas da África, submetidas à escravidão, não tem alcançado o ritmo das certificações expedidas pela FPC. Os números revelam essa lentidão, sobretudo no que se refere ao empossamento e demarcação dos territórios em torno da comunidade certificada. Para deixar evidente essa dissonância, Souza (2015) demonstra que das 2.408 comunidades quilombolas, já certificadas e com processos de lutas para obtenção legal da posse de seus territórios, apenas 17 receberam a posse definitiva de suas terras, estando dentro da legislação existente. A alegação da lentidão está associada à ineficiência, burocracia e lentidão do Estado, representado pelo INCRA, para proceder com os processos de delimitação, demarcação e titulação das terras.

O impressionante é observar que para atender aos processos de desapropriações e expropriações nas regiões de Sobradinho e Serra do Ramalho, o INCRA conseguiu agir com eficácia e autoridade, mobilizando centenas de funcionários e recursos, dentro de uma logística que não é condizente com os processos de reconhecimento dos territórios quilombolas e dos povos indígenas. As demandas econômicas do projeto desenvolvimentista, implementado pelo governo se torna eficaz quando o objetivo é servir aos propósitos das elites que dominam o modelo de produção capitalista em vigência no Brasil.

A chegada do INCRA e seus agentes resultou em consequências desastrosas para as comunidades tradicionais, diga-se, aqui, as localizadas às margens do Rio São Francisco que foram desapropriadas e alocadas nas Agrovilas que ainda não tinham sido ocupadas pelos egressos da região do Lago de Sobradinho. Não somente as comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas posteriormente, como também as que ainda não obtiveram certificação e reconhecimento como Campinhos, São Sebastião da Boa Vista e Palmas, foram sacudidas e desmanteladas a partir da implementação do PEC/SR. Seus destinos deveriam ser as agrovilas mais próximas, desde que atendessem aos requisitos estabelecidos para se tornarem colonos e receberem os benefícios inerentes à nova situação.

O Quilombo Barreiro Grande está localizado a 30 quilômetros da sede do município de Serra do Ramalho e suas terras se limitam hoje ao entorno do povoado, já o seu povoamento remonta a tempos cujos registros só são encontrados na memória de seus moradores:

“tendo como base seus relatos, o grupo estima que esta ocupação se deu a cerca de 300 anos. No documento entregue à Fundação Cultural Palmares intitulado: “relatório da trajetória dos remanescentes do quilombo da comunidade de Barreiro Grande”, no qual a comunidade reivindica a Certidão de Auto Reconhecimento, é possível destacar a exaltação à grande presença de idosos em sua população, bem como a herança indígena e africana em suas tradições: Quanto aos nossos costumes, herdados dos africanos e dos índios, podemos citar o samba de roda, o batuque, a chula, benzedeadas, festejos de nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, São Francisco de Assis e todos os Santos que é o padroeiro da comunidade. (SOUZA. 2015 p.29).

Entre tantos exemplos de entrosamento e miscigenação, resultante dos encontros culturais ao longo do processo de ocupação da região do Médio São Francisco, as heranças aqui encontradas se manifestam também em outras comunidades, tanto no lado esquerdo do rio, quanto no lado direito. Essa conexão é realçada nos tipos de festejos ainda hoje comemorados e por tantos lugares na imensidão do Velho Chico. Observa-se, através das imagens abaixo, explicitamente, que os atuais moradores do Quilombo Barreiro Grande estão diretamente ligados à descendência de grupos indígenas que transitaram na região, e, claro, aos africanos, pois os traços são perceptíveis também no fenótipo dos/as moradores/as locais (Souza, 2015).

Como pode se ver, a ocupação e povoamento da região do entorno das margens do Rio São Francisco foi assolada com a presença do INCRA e de seu planejamento para a região. Embora tenha implementado um processo de desapropriação que incluía as terras das populações ribeirinhas, não levou em consideração as especificidades geográficas de cada comunidade, no momento da alocação nas agrovilas.

A compreensão da situação social e cultural das comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo das margens do Rio São Francisco, suas interações e conflitos no momento da chegada do Estado, para implementação do PEC/SR, passa pelo entendimento de suas origens e modo de vida, nas formas de apropriação, atuação e intervenção na nova realidade. Os relatos e as pesquisas evidenciam que a composição social deriva da estrutura familiar, a exemplo da família Cazumbá²³, que “mantinha várias relações comerciais com proprietários de terra da região, bem como com tropeiros e comerciantes dos vapores que andavam pelo Rio São Francisco” (SOUZA, 2015, p.32). Esse conjunto de relações e intercâmbios propiciou a criação de redes não apenas de natureza econômica, mas, também, sociais e culturais, responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da vida social e material da comunidade. O PEC/SR, e a conseqüente chegada de novos moradores na região, alterou a composição e ocupação do território, impulsionando e intensificando novas redes de conexões entre as comunidades

²³ Nome de uma das principais famílias existentes nas margens do Rio São Francisco. Mesmo com a emancipação, representantes dessa família continuaram a desempenhar papel político relevante no novo município.

vizinhas “que se fundiram por meio dos casamentos e da dinâmica social imposta principalmente pela criação do PEC/SR” (SOUZA, 2015, p.34).

Em relação às origens da comunidade do Barreiro Grande, torna-se relevante associar que a nomeação dos lugares está relacionada com os aspectos determinados pela paisagem, como bem explica a imagem abaixo. A proximidade de um grande barranco, com extensão e altura considerável no lado esquerdo do Rio São Francisco, foi determinante para que aquela localidade passasse a ser chamada de Barreiro Grande. Essa imagem realça e justifica a denominação da comunidade, tornando-a única em meio a multiplicidade de paisagens proporcionadas pelo curso das águas em sua descida ao longo dos territórios por onde passa, deixando suas marcas e caracterizando física e humanamente as populações em seu entorno.

Imagem 10 – Barranco do Rio São Francisco na comunidade Barreiro Grande.



Fonte: (Souza, 2014, p.17).

As relações de parentesco e com a natureza são elementos caracterizadores das comunidades ribeirinhas. O uso coletivo das riquezas naturais tem como princípio a divisão dos espaços por todos, sendo o Rio o ponto de referência no direcionamento da vida comum das comunidades. Os relatos de Souza (2015, p.37) “apontam para a existência de redes sociais e culturais entres estas comunidades”, descartando a ideia de isolamento, pois quem atracava no porto de Campinhos terminava passando no Barreiro Grande, deixando pessoas, mercadorias e notícias que se espalhavam pelas duas margens do rio, mantendo uma permanente conexão

entre as comunidades. O uso das ilhas no curso do rio era partilhado sem conflitos entre os moradores enraizados na região, basta perceber que:

As formas de sustentabilidade também são relacionadas aos laços de parentesco, à ancestralidade e à territorialidade, pois são elementos que definem os valores e princípios da relação ser humano-natureza, própria daquela comunidade. Suas crenças, costumes, artes, *etnométodos*, conhecimentos, identidade foram totalmente desrespeitadas pelas agências do governo no processo de implementação das agrovilas (Souza, 2015, p. 36).

A persistência das tradições subjacentes às comunidades enraizadas nas barrancas do Rio São Francisco e suas estratégias de sobrevivência em meio às adversidades impostas pelas condições sociais em que viviam e vivem, continuam sendo um desafio. Uma das soluções para resolver parte de seus problemas é buscar nos ensinamentos, oriundos da oralidade e das experiências, resultados para as dificuldades surgidas. Um bom exemplo diz respeito às soluções encontradas para suprir a ausência de assistência do poder público em várias áreas como educação, transporte, moradia e saúde. Na saúde, é comum utilizar abundantemente as experiências encontradas nos ancestrais, ficando a cargo dos mais velhos, conforme a tradição, repassar as receitas e composições dos vários medicamentos, elaborados a partir dos recursos encontrados na natureza. As rezadeiras e rezadores, pessoas que por muitas décadas se dedicavam a ajudar na amenização das enfermidades, é um desses instrumentos, como retratado na figura abaixo.

Imagem 11 – Dona Ana e Sr. Domingos rezando espinhela caída



Fonte: (SOUZA,014, p.85)

A realidade do Quilombo Barreiro Grande é muito parecida em toda região do Médio São Francisco, atenuando-se as diferenças locais e os processos de constituição de cada uma. No caso específico da região da Serra do Ramalho, quer na região beira rio, quer na região serrana, como também nas áreas desapropriadas em Sobradinho, o tratamento dispensado pelo

Estado aos moradores locais foi coercitivo e adotou medidas homogêneas para todos, sem ponderar sobre a história, a trajetória e as formas de sobrevivência comuns a todos os moradores em cada região atingida. Não considerar e não realizar levantamentos das opiniões e demandas de cada comunidade, crendo estar fazendo um bem maior a todos, em nome do progresso e das necessidades de implementação das diretrizes capitalistas, tem sido ações que se perpetuam ao longo de nossos dias, impactando negativamente na vida dos atingidos.

2.4 Os egressos de Sobradinho e o choque da mudança

Toda mudança pressupõe transtornos, inquietações, ajustes, planejamento, execuções, entre outros, e quando a mudança é involuntária, vem carregada de disputas, discussões e negociações que podem ou não ter como desdobramento uma cadeia de resistências às propostas de mudanças impostas. No caso das populações situadas na área reservada para alagamento, com a elevação das águas do Lago de Sobradinho tornou-se comum uma série de acontecimentos envolvendo os moradores e agentes públicos, que estavam mobilizando as comunidades para efetivação da transferência em direção ao PEC/SR. É pertinente abordar as condições impostas para mobilização da mudança, bem como as estratégias de propaganda utilizadas para convencer as famílias de que a região de destino era oportuna e garantiria o futuro de quem se dispusesse realizar a mudança.

A vida revirada do “pé a cabeça” como descreve Estrela (2004), coloca os moradores em alerta, e estonteados frente ao que passa acontecer de forma tão acelerada, já que não houve tempo para amadurecimento da ideia e da experiência em torno da perspectiva da transferência. A saída de um lugar para outro, feita de forma voluntária, é permeada por planejamento e adequação ao que virá. No caso das populações localizadas nas comunidades ribeirinhas, região de caatinga e ilhas do Rio São Francisco, as coisas aconteceram subitamente, sem que houvesse uma preparação por parte dos agentes governamentais para convencimento dos atingidos. As obras da barragem já estavam a pleno vapor e o destino dos que seriam transferidos ainda não estava bem definido, sobretudo no que se refere ao PEC/SR, cujas obras continuavam atrasadas, quando comparadas com a construção da barragem.

Ao analisar o modo de vida dos beraderos, Estrela (2004, p. 49) ressalta a “felicidade que a barragem veio destruir e arrasar, na medida em que desorganizou a base ecológica da relação entre o rio e o homem”. É preciso compreender que essa noção de felicidade se contrapõe à de infelicidade da vida imposta aos egressos de Sobradinho, quando tiveram de

substituir seu modo de vida, alicerçado na relação de dependência com o ciclo das águas no Rio São Francisco, ora cultivando nos lameiros, ora nas ilhas, ora na caatinga. A vida e a sobrevivência estavam mais vinculadas às intervenções da natureza que ao planejado pelos entes governamentais. A construção da barragem tornou esse modo de vida um caos:

A formação do lago de Sobradinho provocou a submersão de enorme faixa de terra propícia à agricultura, submergiu 26 povoados e quatro sedes municipais – antigas vilas tradicionais – como Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso e atingindo, aproximadamente 72 mil pessoas. Para alojar os habitantes da zona rural dos municípios submersos, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), implementou o Projeto Especial de Colonização de Bom Jesus da Lapa, logo depois denominado Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho. (ESTRELA, 2009, p 116).

Pode se depreender que as dezenas de famílias perderam toda sua forma de relacionamento com a natureza e sua rede de interação social foi desmantelada, pois as referências de lugar, de cultura, de natureza, foram suplantadas em nome do progresso e da geração de riquezas para atender o bem-estar da sociedade capitalista, base dos programas governamentais em vigência, durante a ditadura militar no Brasil. Importante observar que, daqueles que tiveram o modo de vida alterado, muitos eram residentes dos municípios cujas sedes foram reconstruídas, só que em outros pontos da região. As terras, tradicionalmente ocupadas para cultivo e criação, foram submersas, restando aos realocados a adaptação aos novos solos que lhes fora reservado. Se o Rio representava toda a teia de relações e sobrevivência, mesmo permanecendo no entorno do imenso lago, o ciclo das águas não foi mais o mesmo, já que a retenção das águas alterou o ambiente, levando também as dezenas de ilhas que serviam aos propósitos de plantios durante as estiagens, muito comuns na região. A mudança não impactou somente os que foram transferidos para outras regiões, mas também os que ficaram nas bordas do lago, seja nas cidades reconstruídas, seja nos povoados, que aos poucos foram surgindo, em função da rejeição ao PEC/SR e da tentativa de reavivamento do modo de vida operante, como forma de manter o pertencimento territorial, necessário à identidade social e cultural das centenas de famílias atropeladas pela ação coercitiva do governo.

A terra e sua posse também se constituíram uma questão a ser resolvida, considerando que, até a chegada dos órgãos do governo, para proceder com a desapropriação, não havia preocupação com a burocracia referente à legalidade e posse da terra pelas vias da titularidade. O pequeno produtor rural, fosse dono legal, posseiro, ou agregado, não tinha como preocupação a posse legal da terra, mas o seu uso para sua sobrevivência. Estivesse a terra nas ilhas, nas

bordas do rio ou na caatinga, o que importava era sua disponibilidade e o que se podia produzir, tendo em vista o ciclo natural das chuvas e cheias no Rio São Francisco. Mesmo assim, não se pode prescindir de analisar os mecanismos de indenização das terras alagadas pela barragem, bem como a onda de oportunismos gerada em função dessa demanda, pois muitos aproveitadores que conheciam a região viram nessa ocasião um momento para ganhar com a venda das terras, já que muitas áreas ocupadas não tinham registros legais. De outro lado, os pequenos lavradores, fossem posseiros ou agregados, não disponibilizavam de documentos comprobatórios dos investimentos feitos na terra e do tempo de uso da terra, o que terminava beneficiando os mais espertos com acesso aos escritórios governamentais e aos cartórios de registro de imóveis, só encontrados nas cidades, bem distante da realidade de vida dos pequenos produtores.

Ao buscar entender a forma como foi classificada a posse da terra para indenização percebemos que:

“baseado em critério de titularidade — consagrada no direito agrário brasileiro —, o setor jurídico da CHESF discriminou, segundo Yara Ataíde, três tipos de bens fundiários: fazendas com cadeia sucessória plena, fazendas das quais existia apenas documentação referente ao direito de posse e outras que por não resguardarem titularidade, voltaram ao domínio público.” (ESTRELA, 2004, p. 58).

Tem-se, então, um grande problema. Parte das terras estavam nas mãos de pequenos produtores que não conseguiam atestar a sua posse legal, o que as tornavam propriedade pública e, ao que parece, facilitava o processo de desapropriação que tinha à frente agentes públicos interessados em viabilizar, com brevidade, a desocupação das áreas a serem alagadas. Restava aos lavradores, pescadores e moradores das vilas e recantos mais longínquos da caatinga, o destino de serem conduzidos a uma região, onde se tornariam proprietários legais, com casa e terra para implementar o sustento de suas famílias. Era o que planejavam os representantes nomeados pelo governo para solucionar a desocupação da região de Sobradinho.

Uma das questões que mais angustiava os beraderos era se a região de destino propiciava “a disponibilidade de recurso naturais, livre acesso à terra e à água- e abundância de viveres” (ESTRELA, 2004, p.118). Essa percepção de que as terras do vale do Médio São Francisco, desde as áreas de lameiro, ilhas e caatinga, não tinham um dono legal, e que seu uso era garantido a todos, parece consenso entre os sertanejos das diversas regiões aqui reportadas. Até a chegada do INCRA e da CHESF, a acessibilidade à terra fazia parte de uma estrutura fundiária própria da região, servindo para reforçar as relações de poder e de mando por parte dos latifundiários que, de acordo com Estrela (2004, p. 121), podiam contar com os serviços dos

posseiros e agregados, ao tempo em que estes tinham onde exercer suas atividades laborais para complementação da renda familiar.

Foi necessária uma campanha bem articulada, por parte dos agentes governamentais, com uso de recursos estratégicos para convencimento das populações a serem remanejadas como reuniões com lideranças familiares e comunitárias, demonstração, com cartazes, das vantagens da mudança e dos benefícios a serem adquiridos com a aceitação da transferência. Nessa lógica, todos teriam a ganhar, desde o agente público, que cumpria sua missão de implementar a modernização da sociedade ruralizada do sertão nordestino, o proprietário de terras, que ganharia com as indenizações de áreas cujo uso estavam nas mãos de posseiros, agregados e ocupantes diversos, até os políticos locais, que viam na construção das novas cidades e na geração de energia elétrica na região a possibilidade de aumento das riquezas e a diminuição de inúmeros problemas com a supressão de povoados, vilarejos e áreas geradoras de conflitos relativos à assistência por parte dos agentes públicos municipais. Assim, todos saíam ganhando, o pequeno lavrador, pescador, ou ocupante de vilarejos e terras no sertão, muitos tinham a oportunidade única de se tornarem parte da sociedade capitalista, passando a serem tratados como proprietários e produtores dentro da cadeia produtiva própria do capitalismo, pensada para o projeto instalado na região de destino, o PEC/SR.

Quando se trata de impor mudanças no modo de vida de centenas de famílias, desenraizando seus costumes, suas relações e suas práticas de subsistência, é de se esperar que haja algum tipo de resistência e desconfiança em relação ao prometido. É relevante considerar que:

o temor de comoções sociais alimentava o imaginário dos agentes governamentais envolvidos na execução do Projeto Sobradinho. Temia-se que a população adotasse uma postura mais aguerrida e que um movimento de resistência mais efetivo fosse deflagrado (ESTRELA, 2004, p.97).

Essa insegurança é resultado de acontecimentos ocorridos anteriormente na região, como o Movimento Pau de Colher, ocorrido entre os anos de 1938 e 1943, com estreitas relações com outros movimentos, sendo alguns de natureza messiânica, inspirados nos líderes de Juazeiro do Norte, o Padre Cícero Romão e, também, em Antônio Conselheiro. Esse temor, associado ao que vinha acontecendo no resto do país, sacudido por medidas autoritárias, levou à adoção de providências para evitar comoções sociais e garantir com eficácia o processo de desapropriação e transferência das famílias. Assim, em 1974, foi expedido o Decreto Lei nº 1.316, publicado em março, declarando os quatro municípios atingidos pela futura Barragem de Sobradinho, área de Segurança Nacional, tendo, daí por diante, seus prefeitos nomeados. O

recurso a um mecanismo coercitivo parece bem coerente no cenário de autoritarismo que pairava no país e em torno da execução das medidas para desapropriação, expropriação e desterritorialização das famílias na região destinada ao lago da barragem.

A escolha das autoridades locais, sem o consentimento dos cidadãos, consistiu em um recurso de construção de alianças, que ajudou os órgãos governamentais no convencimento das comunidades, já que as promessas feitas nas campanhas eram referendadas por pessoas que pertenciam à região e que estiveram por décadas à frente da política regional, a exemplo da família Viana, à qual foi entregue o comando da prefeitura de Casa Nova. Vale ressaltar que até hoje temos nomes relacionados aos Viana de Casa Nova ocupando postos, tanto na política regional, como na estadual, com representação na Assembleia Legislativa. Só foram restabelecidas eleições livres nos municípios atingidos pela área do lago em 1985, quando termina a ditadura militar no Brasil, já estando em pleno funcionamento a Hidrelétrica de Sobradinho e o PEC/SR, que implicou a construção de um reservatório e a consequente reestruturação espacial através da remoção da população da área inundada (GERMANI, 2003, p.12).

Instalar hidrelétricas era projeto nacional e seguia as linhas políticas planejadas e executadas no período e que abarcava diferentes espaços pelo país. Em todas as etapas de execução seguia-se o modelo definido previamente, sem levar em consideração as populações situadas nas áreas selecionadas. Não importava o que se ia encontrar ou substituir, era suficiente implementar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos planejadores.

Com efeito, a construção de uma hidrelétrica é parte de um projeto maior, mobilizador de recursos estratégicos para manutenção do modelo capitalista, que termina chegando ao campo em função da necessidade de espaços para sua implementação. Salienta-se, também, que os desdobramentos de uma hidrelétrica vão para além da região alagada, como é o caso do PEC/SR, modificador de uma outra região que não recebeu obras da barragem, mas está conectado à região de Sobradinho por ter sido pensado e executado dentro dos mesmos parâmetros adotados no período e por atender à demanda de assistir os egressos daquela região. O Rio São Francisco é o grande eixo de integração desses dois grandes espaços, mantendo uma permanente integração, ano após ano, entre o que acontece nas bordas do Lago de Sobradinho e o que ocorre no município de Serra do Ramalho até os dias atuais.

2.5 O papel das lideranças políticas na região

A implementação do PEC/SR traz questionamentos quanto ao comportamento das lideranças regionais, frente aos prováveis prejuízos impostos aos desterritorializados no processo de expropriação, bem como as vantagens e o proveito que tiraram no novo cenário de atividades que se impunham a todos os atingidos com a construção da barragem e submersão do território de pertencimento de centenas de famílias. A possibilidade de elevação dos níveis da água, com o andamento das obras da barragem, que seguia seu curso sem muitos problemas, acelerou a mobilização dos moradores para efetivação do deslocamento. Tanto os das cidades atingidas, direcionados para novas sedes, quanto as famílias beraderas e catingueiras, distribuídas em povoados, ilhas, roças e grandes propriedades com agregados ou trabalhadores. Com a mudança em curso, a colaboração das lideranças foi imprescindível para intermediar as negociações.

De acordo com Estrela (2004, p.98),

a remoção dos *beraderos* para locais distantes da borda do lago era justificada pelo INCRA/CHESF em função de questões técnicas: problemas de segurança, indisponibilidade de terras para todos e a má qualidade do solo.

Esse argumento não é muito convincente. Apesar da submersão de muitas terras produtivas, havia claramente uma proposta de exploração por irrigação com as águas do lago, o que demandaria o assentamento de centenas de agricultores. Nesse momento, foi necessária a participação das lideranças locais, que se manifestaram de forma diferente, conforme as circunstâncias:

Em que pese as restrições técnicas apregoadas pelos agentes sociais do convênio INCRA/CHESF, em relação à futura borda do lago, faixas dela se tornariam áreas bastantes valorizadas e a companhia não via com bons olhos distribuí-las para antigos posseiros. Além do mais, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), cobiçava essas áreas, visando desenvolver projetos de agricultura irrigada com colonos provenientes de outras localidades, pois acreditava que os posseiros recém-expropriados não tinham aptidão para prática da agricultura irrigada, voltada à exportação. Não podemos esquecer também que o Banco Mundial, agente financiador do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, fiando-se nos pareceres técnicos, havia se manifestado contra “a solução borda do lago. (ESTRELA, 2004, p.98).

Temos então uma situação que atendia aos interesses de todos, uma vez que o afastamento dos moradores ribeirinhos para um lugar bem distante das bordas do lago deixaria o espaço livre para as negociações entre os agentes das empresas encarregas pela administração da área a ser atingida e os líderes políticos e homens de negócios, que continuariam a morar na região. Não nos esqueçamos que as populações das cidades sedes foram removidas para novas cidades, construídas para realocar os cidadãos de Sento Sé, Pilão Arcado, Casa Nova e Remanso. Desmotivar os beraderos sobre as incertezas surgidas na região, e fortalecer seu remanejamento para o PEC/SR, era garantir que os investimentos feitos a partir dos recursos

concedidos pelo Banco Mundial trariam o progresso e implementariam o desenvolvimento que iria beneficiar os interessados na realização dos dois projetos. Nessa perspectiva, sai ganhando o governo, através de seus órgãos, como INCRA, CHESF, e CODEVASF, sai ganhando também muitos agentes públicos regionais, que participaram do processo de mobilização das famílias, por serem influentes e desempenharem papel relevante nas referidas comunidades.

Mais uma estratégia relacionada à mobilização para mudança diz respeito à equipe social²⁴, pois ela “buscava cooptar todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, pudessem influenciar os atingidos, no sentido de aceitar a opção Serra do Ramalho” (ESTRELA, 2004, p.121). Mostrar elementos negativos das bordas do lago e engrandecer a região escolhida para construção do PEC/SR, precisou da ajuda das famílias influentes, sob condição de manutenção de seus poderes locais e receberem as indenizações apropriadamente, uma vez que eram portadores de titularidade de suas propriedades, matéria de difícil regulação entre os pequenos camponeses e trabalhadores situados no perímetro do lago.

O processo de desapropriação é permeado por intensos choques de interesses entre pequenos proprietários e grandes proprietários, membros da aristocracia regional e da elite política em vigência. Os embates entre CHESF e elites regionais, para encontrar um ponto de satisfação aos dois lados em disputa, proporcionaram mudanças no direcionamento da política regional, a exemplo da nomeação de Antônio Carlos Magalhães²⁵, para presidência da ELETROBRÁS, estatal responsável pelo programa de geração de energia do governo militar. Isso mostra a colaboração dada pelos agentes políticos regionais no atendimento ao programa do Governo Federal. Ao que parece, os interesses vão aglutinando as forças opressoras em detrimento dos representados pelos políticos, que são sucessivamente expostos à manipulação e aos interesses dos abastados, pois,

Coincidência ou não, após a nomeação de Antônio Carlos Magalhães para a presidência da ELETROBRÁS, a CHESF empreendeu, claramente, uma política de cooptação das elites locais da área de Sobradinho, que não se limitou ao atendimento de suas demandas (muitas vezes contrárias aos interesses da maioria dos desapropriados), mas através da contratação de seus serviços no campo jurídico, médico, comercial e de construção civil. (ESTRELA. 2004. P.92)”.

²⁴ Grupo de servidores públicos contratados para efetivar a campanha pela mudança da região a ser inundada e mediar os conflitos surgidos entre população e representantes do governo, composta por assistentes sociais, sociólogos, psicólogos e técnicos agrícolas.

²⁵ Ocupou cargos políticos relevantes na Bahia, como Deputado Estadual, Deputado Federal no período do Regime Militar, Prefeito de Salvador, Governador durante a ditadura e posteriormente, Senador e Ministro. Sua liderança sobre os políticos regionais é fator de sua nomeação para o período indicado.

A empolgação com o advento de novo tempo, por parte das elites políticas regionais pode também ser evidenciada a partir de entrevistas, realizadas por Estrela (2004, p. 94), em que se faz alusão ao “grande Lago, quase mar”, como solução para “salvar o Rio e o povo”. Esse tipo de entusiasmo partia de determinados grupos que, estejam em Brasília, nas bancadas do Congresso Nacional, estejam em empresas estatais, estejam em Salvador, no direcionamento das políticas estaduais, colocavam a região como objeto de sua responsabilidade. Nas cidades, eram representados por líderes locais, que foram condescendentes com as ações estabelecidas para remover o povo simples que tinha seu modo de vida tradicional e que teve todas as suas práticas enraizadas, desmanteladas, reviradas pelo avesso, para suprir os projetos do regime autoritário e da política desenvolvimentista em implementação no Brasil. Importante pensar que todas essas lideranças, especialmente as locais, mantinham redes de entrelaçamento, sobretudo pelo viés político, com o homem simples do campo, entretanto não hesitaram em apoiar sua desterritorialização e alocação em terras distantes.

2.6 A participação da Igreja

Com uma população marcadamente vinculada às práticas da religião católica, os municípios atingidos pela construção da barragem pertenciam à Diocese de Juazeiro que ocupava um vasto território e dispunha de poucos funcionários para fazer o acompanhamento das pastorais, como também dos serviços sociais em andamento na Diocese. Dadas as dificuldades de acesso aos povoados e comunidades rurais, o padre tinha dificuldade para atendimento rotineiro, conseguindo aparecer com mais frequência nos festejos dos padroeiros, realizando a celebração de boa parte dos sacramentos. No plano social já estava em andamento a Pastoral da Terra, que através de sua comissão teve participação significativa nas negociações com a CHESF e na mobilização das comunidades para fazerem frente aos desafios que iam aos poucos se impondo

Engana-se quem pensa que não houve resistência ao movimento pela retirada das populações ribeirinhas da região a ser inundada pelas águas do lago. De diversas formas, e com atitudes variadas, o pequeno morador das imediações do lago procurou evitar a mudança pleiteada, ora cedendo, ora voltando atrás, tudo a depender da circulação de informações e da proteção ou não de pessoas e entidades. Uma situação bem relevante, com diferentes posicionamentos e atitudes, diz respeito a ação da Igreja Católica, através de seus líderes e das

pastorais encarregadas de manter contato com as comunidades rurais, parece bastante categórica a afirmação de que:

As atitudes de resistência e inconformismo dos *riberinhos e beraderos* contaram com total estímulo e apoio da Igreja Católica⁹⁸. Aliás, a posição da Igreja em relação à construção da barragem e seus desdobramentos merecem esclarecimento à parte. Inicialmente favorável ao projeto, a instituição mudou radicalmente de posição, passando a questionar a atuação da CHESF, sobretudo no que diz respeito às indenizações e ao processo de relocação, colocando-se em defesa dos deslocados. (ESTRELA 2004. p. 100).

A nomeação de D. José Rodrigues de Souza, no ano de 1975, para ocupar o Bispado de Juazeiro da Bahia, que incluía a região atingida pela construção da barragem, deu um novo direcionamento às atividades pastorais da Diocese de Juazeiro, transformando-o em um dos protagonistas na defesa e auxílio dos povos atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho. Por muito tempo, o Bispo de Juazeiro foi taxado de comunista pelos defensores do regime militar instalado no Brasil. Em relação ao andamento das obras para instalação da hidrelétrica:

“O religioso percebia que o modelo de desenvolvimento que se visava implantar destruía as bases da pequena agricultura e, no mesmo diapasão, as relações sociais e culturais típicas das sociedades camponesas tradicionais; em suma, esse modelo destruía a “ética da subsistência camponesa” e tudo quanto a ela estava relacionado. A partir de 1975, os *ribeirinhos e beraderos* expropriados tiveram na Igreja Católica não somente uma aliada das mais comprometidas e atuantes, mas também uma importante mediadora. Para tanto, a Igreja utilizou de todos os meios disponíveis. Além do contato pessoal, lançou mão dos programas radiofônicos, transmitidos pela Rádio Emissora Rural — A voz do São Francisco (propriedade da Diocese de Petrolina) — e do *Boletim Caminhar Juntos*, publicado a partir de março de 1976” (Pereira, 1988, p. 39 in: ESTRELA.2004. P. 101).

Vale salientar a importância que uma liderança que se coloca em defesa dos lavradores oprimidos tem para o desenrolar das atividades de expropriação, indenização, e realocação dos ribeirinhos, beraderos e catingueiros. Referenciavam-se na pessoa do Bispo de Juazeiro, já que, até então, nenhuma autoridade regional ou liderança de qualquer natureza tinha se pronunciado e assumido uma postura de defesa dos expropriados, sobretudo no destino que estava sendo dado, forçados a mudarem para a região de Bom Jesus da Lapa, onde se construía o PEC/SR. Com efeito, de acordo com Estrela, 2004, p. 101),

não havia voz, ninguém falava sobre a população. Não havia nenhum sinal de defesa dos direitos da população. Então, quando ele entra no circuito é um choque para a sociedade regional inteira.

Como já colocado em momentos anteriores, diante da ausência de vozes em defesa dos expropriados, deixando-os à mercê da vontade dos agentes da Equipe Social e dos interlocutores locais, que buscavam tirar vantagem financeira no processo, o trabalho do Bispo passou a ter

um papel de muita relevância, pois suas atividades e atitudes, juntamente com todos os mecanismos criados pela equipe diocesana, “bulia com a política nacional. Ele levantou as questões a nível nacional. Ele foi ouvido a nível nacional e internacional” (Estrela, 2004, p 102).

O papel desempenhado pela Igreja se tornou relevante na resistência às imposições dos agentes governamentais, tanto na região de Sobradinho, como também na região do PEC/SR, uma vez que a ação do Bispo de Juazeiro transpôs os limites de sua diocese, e envolveu outras lideranças religiosas, como D. José Nicomedes Grossi, Bispo de Bom Jesus da Lapa, da qual faz parte a região de assentamento dos egressos, e que também passou por problemas semelhantes no momento de desapropriação dos residentes na região. As conexões entre as dioceses são materializadas em momentos posteriores, quando D. José Rodrigues, valendo-se de sua autoridade episcopal e pastoral, visitou o PEC/SR, com o propósito de verificar a estrutura do projeto e ouvir os clamores dos camponeses que antes fizeram parte de sua Diocese. A voz do Bispo de Juazeiro, ecoa para além dos limites da Bahia, encontrando apoio em outras autoridades religiosas, a exemplo de D. Avelar Brandão, uma voz que não se calou nos momentos mais difíceis da Ditadura Militar no Brasil.

Conexões entre diferentes agentes pastorais se fizeram continuamente, e foram consubstanciados pela mediação realizada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), sobretudo na região de Bom Jesus da Lapa, durante a instalação do PEC/SR e nos momentos seguintes de sua avaliação, elementos aos quais nos dedicaremos no terceiro capítulo deste trabalho.

2.7 A resistência, a propaganda e a mudança.

Imagem 12 – Mapa da trajetória das famílias de Sobradinho para Serra do Ramalho.



Fonte: (ESTRELA, 2004. Pg.108)

A inserção do mapa acima objetiva demonstrar a trajetória das famílias durante o percurso de deslocamento para o projeto situado na região de Bom Jesus da Lapa, deixando em evidência a longa distância a ser percorrida e a dimensão do território, quando se leva em conta a extensão territorial dentro do Estado da Bahia, para se fazer o caminho necessário até chegar ao lugar indicado. É interessante perceber a manutenção da proximidade com o Rio São Francisco, uma estratégia bem elaborada pelas equipes do governo para manter a aproximação identitária entre os grupos deslocados.

O desmantelamento provocado com as expropriações, indenizações, transferências compulsórias e ajustes aos novos ambientes, provocaram interações e conexões das mais variadas. Entretanto, embora não tenha havido total aceitação, algumas ações e manobras feitas pelos atingidos provocaram disputas e tensões nos momentos dos remanejamentos, tanto no espaço do Lago de Sobradinho, como na região do PEC/SR. Foi necessária uma intensa campanha, por parte dos órgãos responsáveis pela transferência das famílias, com o intuito de convencer os moradores da zona rural dos municípios, cujas áreas foram submersas com a elevação das águas, em função do represamento pela barragem. Tal convencimento também foi

necessário na retirada das famílias no projeto construído na região entre o Rio São Francisco e a Serra do Ramalho.

Acreditar ou não, na inundação da região, ou em obras faraônicas, como as previstas para as regiões envolvidas, parecia ser uma ideia bem distante da realidade vivida pelos camponeses sertanejos, dadas as formas como as notícias circulavam no período e as dificuldades de acesso aos meios de comunicação. Portanto,

Não havia no imaginário social camponês qualquer referência importante que tornasse possível uma compreensão efetiva do que seria de fato uma barragem”. Assim podemos entender que não era concebido no cotidiano das pessoas uma obra com tamanha estrutura e que provocasse mudanças bruscas na vida de tantas pessoas e comunidades, como poderiam imaginar que cidades e povoados seriam submersos? Uma experiência desse tipo só se ouvia falar muito vagamente nas notícias que corriam sobre a existência de barragens no Rio São Francisco em Três Marias, Estado de Minas Gerais, mesmo assim a distância não permitia maiores informações sobre uma obra dessa natureza. Para os ribeirinhos era inconcebível a ideia de se mexer em um Rio com as proporções do São Francisco, tanto que, quando começou a correr a notícia da construção da Barragem as pessoas faziam pouco caso, não dando crédito a tais conversas. (SIQUEIRA, 1992, p. 200).

Sendo o Rio um patrimônio integrado à vida de todos que viviam em seu entorno, constitui-se em um grande desafio, para os agentes do governo, convencer as populações, acerca das vantagens do advento da barragem e a mudança para regiões desconhecidas e incompatíveis com o seu modo de vida. Uma intensa rede de informação e manipulação foi montada com o propósito de seduzir os camponeses em torno das vantagens da ida para o PEC/SR.

Para organizar o processo de retirada das famílias da região, fez-se necessária a mobilização conjunta de alguns órgãos ligados ao governo federal, como CHESF- Companhia Hidrelétrica do São Francisco-, INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-, e outros ligados ao governo do Estado da Bahia, como a EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia. Cada órgão recebeu instruções, conforme sua capacidade de mobilização e atuação, ficando responsável pelo passo-a-passo da retirada das famílias. O desenvolvimento desse processo passava necessariamente pela aprovação dos técnicos ligados a CHESF, responsável pelo reembolso das despesas que fossem pertinentes com o processo de indenização dos bens avaliados e pelo planejamento da viagem realizadas pelos grupos deslocados.

Coube à EMATER fazer o cadastramento das famílias que iriam ser deslocadas para Serra do Ramalho. Inicialmente, a intenção dos órgãos era de cadastrar 4.500 famílias (CORDEIRO, 1982), fato que não ocorreu em função de um desconhecimento por parte dos principais interessados no destino que lhes era planejado, as diversas famílias de camponeses, com estilos e modos de vida que divergiam, a depender do lugar e recursos que eram

disponíveis. Frente às incertezas e falta de convicção, estabeleceu-se uma campanha para mostrar e sensibilizar os futuros moradores de Serra do Ramalho sobre as vantagens recebidas com a viagem. Também se contratou assistentes sociais para organizarem reuniões e convencerem seus interlocutores do que lhes esperava nas terras que lhes eram prometidas, em substituição ao que tinham ou faziam nas barrancas do Rio São Francisco ou na região de caatinga. A ideia corrente era mostrar que o PEC/SR representava todas as possibilidades de ascensão econômica e social para todos que fizessem o deslocamento e estabelecessem intercâmbios com outras centenas de famílias, que também foram alocadas no projeto.

Para ilustrar bem essa campanha de convencimento, vejamos algumas das frases mais comuns usadas pela propaganda dos agentes públicos envolvidos com a mudança dos ribeirinhos para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, cartazes com chamadas ilustram essa propaganda, a exemplo de “Faça logo sua opção. Procure os técnicos da EMATER-Ba nos escritórios de: Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado” (CORDEIRO. 1982, pg.23). Com distribuição gratuita o folheto tinha do outro lado a frase “Bom Jesus da Lapa a esperança que chegou”, ilustrado com o bem definido desenho de casas simetricamente construídas e cercadas de plantios exuberantes, manifestavam o claro desejo de convencer os expropriados. Como esclarecimento, esse tipo de propaganda não condiz com a realidade, já que a exuberância de plantas não condiz com a realidade, o que se tinha naquele momento eram casas espaçosamente distantes umas das outras (20 metros), com quintais sem nenhum tipo de cercamento, cuja vegetação é a nativa, naquele momento caracteriza por árvores e arbustos que não atendiam às necessidades de consumo das pessoas.

A recorrência ao termo Bom Jesus da Lapa, é uma estratégia de associação do projeto e região às práticas religiosas dos ribeirinhos, uma vez que a devoção ao Bom Jesus, fazia parte das tradições comunitárias, o que amenizava os efeitos negativos do projeto, podendo gerar um efeito de pertencimento e identidade entre os moradores do PEC/SR.

Ainda em relação à propaganda para convencimento das pessoas sobre os aspectos positivos do Projeto instalado em Bom Jesus da Lapa, um outro folheto tinha como texto principal, com letras bem destacadas a seguinte chamada: “Vá viver melhor com sua família nas agrovilas em Bom Jesus da Lapa” (CORDEIRO, 19982, pg.24). Essa frase está ilustrada com uma vista aérea do projeto de assentamento, mostrando as grandes estradas abertas e entrecortadas para todos os lados, com muitas possibilidades de acesso, além de revelar a exuberância da vegetação dominante na região. Logo abaixo, mais uma sugestão para que os interessados procurassem os técnicos da EMATER-BA ou do INCRA, a fim de se fazer o

cadastramento e a escolha da Agrovila a ser ocupada. Dos recursos utilizados nesse convencimento, também merece destaque a literatura de cordel, bastante popular no meio rural. Um poeta de nome Clodoaldo Duarte, compôs um conjunto de versos que foi amplamente divulgado entre as populações ribeirinhas, mostrando as vantagens da construção da barragem para o desenvolvimento do nordeste, bem como os benefícios concedidos aos produtores rurais que optarem pela ida para Serra do Ramalho. Merece destaque os seguintes versos:

Os moradores rurais/ Beneficiados serão,/Com uma casa e terreno/Que lhes dará a nação,/Em agrovilas fundadas/Com centenas de moradas/E de boa construção/ Para fazer a mudança/De suas populações/Medidas foram tomadas/E todas as precauções,/De modo a facilitar/A população se mudar/Sem haver alterações/Lá está o Bom Jesus/ Milagroso lhe esperando,/Confie nele e nos homens/Que agora estão governando/E observe este ditado/Tudo que fica parado/Depressa vai se acabando/Faça logo sua opção/Antes da água chegar/Seguro morreu de velho/Procure se segurar/Fique despreocupado/Vendo a água encher o lago/No sertão formando um mar .(CORDEIRO, 1982, p,28).

A fala do poeta e as ações dos órgãos encarregados da transferência das famílias, deixam em evidência as vantagens de se ir para as Agrovilas e de se confiar no que foi planejado pelos agentes do governo. Uma pressão pela mudança está associada ao fato de que as águas estavam chegando, logo a região inundará e como não havia estratégias definidas para alocação na região da represa, era urgente que todos se inscrevessem para a efetivação da mudança em direção ao projeto em Bom Jesus da Lapa. Não era dada muita opção aos moradores da região de Sobradinho, assim como não foi dada aos que foram expropriados também na área do PEC/SR.

No processo de convencimento das famílias, pode-se perceber a ausência de referências com relação a opinião dos principais interessados, não se tem dados de reuniões que retratem o que as famílias de cada uma das localidades desejam, permanecer nas bordas do lago, na beirada do Rio (caso dos moradores da região de Bom Jesus da Lapa) ou mudar-se para outras regiões, que mantivessem os padrões sociais em conformidade com o que se vivia na região de origem. Entre tantos recursos utilizados, pode-se salientar o uso de emissoras de rádio em Juazeiro e Petrolina, divulgando as vantagens do recém-criado projeto para os moradores do sertão nordestino. Além desses recursos auditivos e visuais, assistentes sociais foram colocados na região para o confronto direto com os moradores, procurando deixar claro em reuniões os propósitos do projeto e colocando frequentemente em xeque, a sobrevivência em torno das bordas do lago, cujas terras não tinham fertilidade, além da falta de apoio do governo na seção de terras, casas e suplementos e assistência técnica para condução das lavouras, o que seria facilmente encontrado nas agrovilas de Bom Jesus Lapa.



Fonte: (PEREIRA FILHO, 2013. Pg.46)

As expectativas em torno do projeto cresceram à medida que se aproximava o advento da inundação, bem como as pressões exercidas pelos órgãos interessados na mudança. Com o passar do tempo, a pouca procura pelo cadastramento fez com que fosse intensificada a campanha pela mudança, pois não interessava a CHESF ter que administrar conflitos sociais, nem instalar a população desalojada nas bordas do lago. A demonstração de que pouco se procurava os órgãos do governo para efetivação do cadastro, ressalta a resistência por parte dos moradores, além da incredulidade, frente ao que estava ocorrendo e o que poderia ocorrer. Deixar os espaços das bordas do lago, sem ocupação, fazia parte, como já salientado anteriormente, dos projetos de expansão da agricultura irrigada para a região, o que não incluía os moradores da zona rural da região alagada. Em relação a propaganda o uso de argumentos foi tão intenso que a

Equipe social tudo fazia para que os *beraderos* expropriados se cadastrassem no Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho. Para que o intento surtisse efeito, lançou mão, além das pressões e da propaganda, de uma campanha de descrédito da chamada “solução borda do lago” — que acabara se impondo —, criando um clima de tensão e de medo entre os *beraderos*. (ESTRELA, 2004, p.114).

Novamente nos deparamos com a clara intensão dos órgãos governamentais de persuadir os ribeirinhos e catingueiros sobre as negatividades em torno da solução “borda do lago”, e que, mesmo assim, a adesão para mudança não foi amplamente aceita, tendo como consequência um imbróglio que os agentes públicos, em aliança com as lideranças locais, precisaram resolver, já que muito já foi investido pelas agências financiadoras do PEC/SR, e não havia perspectivas de reconstrução dos vilarejos nas bordas do lago, destinada a outros

projetos do governo para a região. Só depois de muita peleja, pressão e propaganda de todo tipo para convencer sobre as vantagens de ir para Serra do Ramalho, percebendo o insucesso dessas empreitadas, frente às lutas,

“quando as resistências se fizeram notar, a estatal voltou atrás, afirmando que havia condições de criação de núcleos de reassentamentos na borda do lago, atendendo número limitado de pessoas” (ESTRELA, 2004, p.103).

A prioridade era continuar mobilizando para transferência, a fim de se atender ao projeto inicial. A questão era aguardar o andamento das obras na região de Bom Jesus da Lapa, que estavam atrasadas e não seguiam o mesmo ritmo das atividades de construção da barragem e desocupação da área atingida.

As “retiradas” estavam vinculadas não só à proximidade do início do enchimento do lago (início de 1977), mas também à construção das agrovilas. As três primeiras agrovilas foram construídas no primeiro trimestre de 1976. A primeira leva de “arretirados” partiu em março de 1976. (ESTELA, 2004, p.126)

Iniciado o processo de mudança das famílias, toda responsabilidade pela transferência era da CHESF e do INCRA, que alugaram ônibus para o transporte das pessoas e também barcos a vapor, que também levava utensílios e animais das famílias transportadas, demandando em uma longa viagem, o que provocou muitas desistências, após a propagação de notícias negativas em torno da mudança, mesmo assim os agentes governamentais persistiam no propósito de levar um número de famílias que pudessem preencher a ocupação das agrovilas. “A população partia para Serra do Ramalho empurrada “(ESTRELA, 2004, p. 129).

Muitas controvérsias giravam em torno dos números de pessoas cadastradas e dos que efetivamente realizaram a mudança. “O relatório do INCRA afirma que foram um mil e quatrocentas. Tudo indica que por volta de duas mil pessoas se cadastraram, mas um pouco mais de mil, efetivamente, partiram para as agrovilas.” (ESTRELA ,2004. pg.126). Considerando que a expectativa era de remoção de quatro mil e quinhentas famílias, e que, aproximadamente, duas mil fizeram o cadastro, as campanhas pela mudança das famílias não obtiveram os resultados esperados, o que demandou novas medidas para ocupação das agrovilas.

Para se evitar o retorno ou desistências no processo de transferência e chegada das famílias ao PEC/SR,

“a partida das “levas” era cercada de cuidados e de atenção. Contudo, chegando a Serra do Ramalho, os deslocados não eram recebidos com a mesma consideração. Todos reclamaram dos prejuízos com a mudança. Os pertences, quando não eram extraviados, chegavam avariados ou em mau estado. Francelino disse que teve enorme prejuízo na mudança (ESTRELA 2004, p.131).

Vemos que uma coisa eram os cuidados para o embarque e outra eram os cuidados durante o percurso e no momento da recepção e acolhimento das famílias nos primeiros dias de chegada ao projeto, como observado nos poemas populares que retratam aqueles momentos das experiências dos futuros colonos do PEC/SR.

E esse povo foi assim
 Na região instalado,
 Sem assistência devida
 Ou o necessário cuidado
 Gerando uma insegurança
 Que não deu bom resultado.

(Marcus Aurélio Fernandes Farias ²⁶, até onde nós iremos? s/d, p.11).

De longe agente chegou
 Trazendo nossas famílias
 E logo agente encontrou
 Muita dor nessa agrovila.

(Comissão Pastoral da Terra, Diocese de Bom Jesus da Lapa. p.55)

Imagem14 – Barca São Francisco. Tipo de embarcação utilizada no transporte dos egressos de sobradinho.



Fonte: Data e autoria desconhecidos (SILVA, 1987).

²⁶ Jovem poeta e escritor nascido no município de Igaporã, Bahia. Cresceu e estudou em Serra do Ramalho, onde iniciou sua vida como escritor. Está em destaque na divulgação e defesa da literatura popular a partir de São Paulo, onde reside e trabalha no ramo de publicações literárias.

3. A VIDA NAS AGROVILAS E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE OUTRAS REGIÕES

3.1 A difícil adaptação ao Projeto e reação do INCRA

De acordo com Estrela (2004), as primeiras famílias chegaram ao Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho em março de 1976. Em julho do mesmo ano chegaram outras levas. A maioria das famílias instaladas em Serra do Ramalho era dos povoados de Pau-a-Pique, Bem-Bom, Intãs e Barra da Cruz, todos situados no município de Casa Nova. Em função das resistências à transferência por parte das famílias residentes na região de Sobradinho, a questão de ocupação das agrovilas passou a ser repensada pelos técnicos do INCRA, dando novos rumos à política de ocupação e assentamento dos colonos:

A firme determinação da maioria dos camponeses em ficar na região, não se afastar do rio (lago), não sair pra “o desconhecido”, obriga a CHESF à construção – na caatinga, onde seria a borda do lago, às pressas, quase simultaneamente à transferência da população – dos chamados “núcleos de reassentamento”, outros além daqueles que já estavam sendo construídos para as 1.426 famílias, únicas até então “possíveis” de serem ali comportadas – perfazendo um total de 25 núcleos rurais (28). Desta maneira, a transferência para o novo local se deu também às pressas, sem que estivessem prontas casas, instalações públicas e condições de produção (Siqueira, 1992, p. 85).

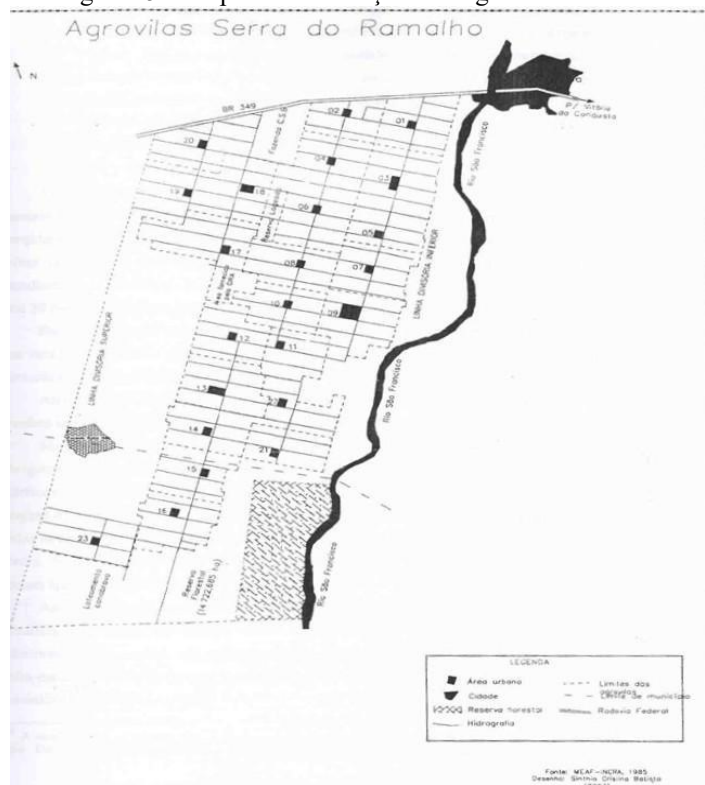
Notadamente, a ocupação, tanto das agrovilas quanto das bordas do Lago de Sobradinho, passou a fazer parte da pauta de discussão e organização dos agentes governamentais. Em primeiro lugar, havia a pressa em se efetivar a transferência, uma vez que as águas começavam a subir. Depois, a relutância dos ribeirinhos em permanecer na área da represa, o que implicou em planejamentos emergenciais para definir os pontos de assentamento que não incluíam as agrovilas de Bom Jesus da Lapa. A emergência de novas ações e definição de estratégias na realocação passou a ser parte da agenda, tanto da CHESF, responsável pela área da barragem, quanto do INCRA, responsável pelo assentamento no PEC/SR, uma vez que,

Posteriormente, começaram a voltar famílias que tinham ido para o PEC Serra do Ramalho, o que, aliás, contribuiu para que outras não fossem para lá, porque os que voltavam chegavam dizendo que lá era o “cativeiro”, “sujeição de agrovila”, como encontramos em alguns depoimentos. Deste modo, o número de famílias camponesas na borda do lago foi aumentando e atualmente pode estar em torno de 15.000 e o número de localidades também ultrapassou em muito o previsto e o querido e o permitido. (Siqueira, 1992, p.110).

Conforme o mapa abaixo, referente à distribuição das agrovilas no PEC/SR, apenas uma parte do Eixo Ímpar (Agrovila 01,03, 05, e 07) e parte do eixo Par (Agrovilas 02,04 e 06) foram

ocupadas por egressos de Sobradinho, sendo que ocorreram desistências quando da chegada das primeiras famílias, que optaram em retornar ao perímetro da borda do lago. Com isso, o processo de assentamento nas demais agrovilas precisou se prolongar em concomitância com a gestão das já ocupadas.

Imagem 15 – Mapa de distribuição das Agrovilas no PEC/SR



Fonte: (ESTRELA,2004, p.144).

A CHESF deveria resolver as questões pertinentes ao processo logístico em torno da execução do projeto de geração de energia elétrica, e conforme portaria governamental. Entretanto, sua atuação ficou restrita às áreas diretamente atingidas pela construção da barragem; logo o órgão buscou outras entidades governamentais que pudessem lidar com as áreas que estavam diretamente ligadas às consequências da construção de barragens, mas que não eram regiões de produção de energia. Assim, competiu ao INCRA realizar os ajustes relativos ao deslocamento e assentamento dos egressos, ficando o PEC/SR submetido à autoridade do órgão:

O relatório do INCRA de 1994 afirma que o compromisso de prestar assistência à população atingida pelas obras da barragem de Sobradinho, foi assumido pela Chesf quando contraiu empréstimo junto ao Banco Mundial para a construção da quarta etapa da Usina de Paulo Afonso. Esta Companhia entrou em entendimento com o INCRA para que ele “assumissem a responsabilidade de promover a identificação, seleção, o reassentamento e prestar Assistência Técnica às famílias de agricultores, que se encontravam na cota de inundação do futuro Lago de Sobradinho. (ESTRELA, 2004 p.186).

Nos quase duzentas e cinquenta e oito mil hectares estão distribuídas as 23 agrovilas do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, limitando-se, por um lado, com o Rio São Francisco, no outro extremo a Serra do Ramalho, na altura do Riacho da Pedra Branca²⁷, que segue até a BR 349, limite Norte do projeto. Ao Sul, uma estrada vicinal, próxima ao Riacho João de Deus, corta o Projeto da Serra até o Rio São Francisco. Temos um conjunto de estradas constituindo-se em um total de 4 eixos, três deles partindo da BR 349 em direção às agrovilas e mais um eixo, que parte da Agrovila 12 e vai até a Agrovila 16. As estradas são chamadas de eixos por fazerem a conexão entre as agrovilas, serem mais largas que as secundárias e por terem recebido beneficiamento com o encascalhamento, a fim de facilitar a locomoção durante os períodos das chuvas. Em linha reta, o Eixo Um conecta as Agrovilas 01, 03, 05, 07 e 09, por isso passou a ser chamado de Eixo Ímpar, sendo, por muito tempo, via principal de idas e vindas das pessoas, tanto para acessar Bom Jesus da Lapa, cidade mais próxima do projeto, como no ir e vir das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos a serviço dos órgãos governamentais situados na região. Vale lembrar também que a administração do PEC/SR teve como sede, primeiramente a Agrovila 03, uma das primeiras a ser povoada pelos egressos da região de Sobradinho. Depois, com a construção da infraestrutura adequada, a Agrovila 09 passou a sediar o projeto. O Eixo Dois faz a ligação entre as agrovilas 02, 04, 06, 08, 10 e 11. Esse eixo é conectado ao Eixo Um por uma estrada principal, ligando a Agrovila 09 à Agrovila 10. Mais adiante, na BR 349, temos um terceiro eixo ligando as Agrovilas 20, 19, 18, 17, estando numa linha paralela ao Eixo Dois. Paralelo com a Serra do Ramalho, um outro eixo faz a ligação entre as Agrovilas 12, 13, 14 e 15, que também fica ligada a Agrovila 16 por uma outra estrada. As agrovilas 21 e 22, paralelas com o Rio São Francisco, são ligadas por estradas até Agrovila 13. Temos, assim, uma rede viária que tem como ramificação as chamadas estradas vicinais, chamadas também de estradas secundárias, desempenhando o papel de articulação entre as estradas principais e servindo como via de acesso para os lotes rurais, necessárias para a locomoção dos colonos em sua labuta diária. A média de deslocamento de uma agrovila até os últimos lotes a ela conectada, variou entre 3 e 4 quilômetros, a depender da quantidade de casas construídas em uma agrovila, lembrando que as primeiras agrovilas construídas foram as com maior quantidade de casas, dada a urgência de atendimento aos egressos de Sobradinho.

Como se vê, os recortes lineares das agrovilas, fogem aos padrões de deslocamento até então experienciado pelos moradores advindos das várias regiões, acostumados a estradas que facilitavam a identificação, tanto pelos nomes dados, quanto pelos acidentes geográficos em

²⁷ Trata-se de Riachos intermitentes, com fluxo de água no período das chuvas.

seu percurso. Essa nova configuração geográfica, alterou o modo como as famílias se locomoviam, precisando se ajustar a esse novo cenário. Essa foi somente mais uma dificuldade emergida, a partir da chegada ao projeto. Em relatório divulgado, abordando a não aceitação do PEC/SR, sobretudo pelos egressos da região de Sobradinho, o INCRA afirma que, nos primeiros anos do projeto, 599 pessoas originárias da área de Sobradinho deixaram as agrovilas. A percepção dos entrevistados, tanto em Serra do Ramalho como nos “núcleos²⁸” de Bem-Bom, Barra da Cruz e Pau-a-Pique, é que “a diáspora envolveu maior número de pessoas e que o número do INCRA não reflete a realidade”. (ESTRELA, 2004, p.193). Começa-se a se desenhar a rejeição mais contundente às agrovilas, uma coisa era alguém da região, tomada pelas águas da barragem, não vir, outra, bem diferente, foi o retorno de muitas famílias, alardeando a ideia da inadequação das agrovilas para o modo de vida pretendido pelos camponeses. Muitas são as razões que levaram as famílias a evadirem do PEC/SR:

As justificativas para o abandono das agrovilas são recorrentes: inadaptação, violência, sensação de “cativeiro”²⁹ e *paixão* provocada, principalmente, pela falta do rio, todas relacionadas à situação interna do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho. Há, contudo, fatores externos que ajudam a esclarecer a diáspora dos *arrepentidos*. (ESTRELA, 2004, p. 199).

Entre os muitos motivos que contribuíram nesse processo de adaptação, tomemos como exemplo as moradas destinadas aos colonos, sejam eles oriundos da região da barragem, sejam eles ex-moradores da região de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha ou das proximidades da serra. O modelo de casa construído pelo INCRA, através das empresas encarregadas por suas obras, demonstra que não foi considerado o tipo de família dominante nas populações campesinas, suas reais necessidades e como viviam antes da chegada do PEC/SR. A figura abaixo, representa uma das casas entregues às famílias que foram selecionadas para se tornarem colonos. Localizadas nas agrovilas, distante do lote rural, essas casas contavam com um quarto de 12 metros quadrados, uma pequena sala e uma área aberta para a cozinha, tendo um alpendre de dois metros de largura por oito metros de frente. Não havia banheiro na residência, somente um pequeno cômodo, a dez metros da casa, onde se banhava e realizava necessidades fisiológicas, sem que houvesse uma fossa para retenção dos detritos. Esse modelo de casa predominou na maioria das agrovilas, sendo exceção nas agrovilas, 17,18,19, 20, 21 e 22, quando se tornaram bem menores com a redução do alpendre.

Imagem 16 – Casa localizada na Agrovila 15, de uma série construída pelo INCRA, que ainda se encontra nos padrões originais.

²⁸ Os antigos povoados inundados, cuja população resistiu à migração compulsória ou retornaram do PEC foram redefinidos, passando a se chamar núcleos de reassentamento.

²⁹ O controle das idas e vindas, a ausência de opções na chegada ao PEC/SR, proibições no trato com a terra, mandonismo dos agentes públicos, tudo corrobora com a sensação de cativeiro.



Fonte: (Estrela, 2004, p.156)

Nem todas as famílias ficaram satisfeitas com o tipo de moradia oferecido. A questão mais imediata era como acomodar todos os membros em espaços tão diminutos, e, ainda, a dificuldade de acesso aos serviços básicos como luz, água e esgoto, tornavam o ambiente inadequado para satisfazer as necessidades mínimas de um cidadão.

Por essa e por outras razões é possível entender a colocação de Estrela (2004), quando afirma que a maioria dos *arrepentidos* abandonou o projeto, contando somente com a “cara e a coragem”, remetendo-se ao fato da total ausência de auxílio a quem desistisse da permanência no projeto, isso vale tanto para os que pretendiam voltar à região do lago, quanto para os que tentaram se realocar nas margens do Rio São Francisco ou em outras regiões da Bahia ou do restante do país. Como já abordado anteriormente, muitos deixaram de vir para ficarem nas comunidades de origem. Dos que vieram muitos voltaram após desistência, sendo que os prejuízos se somaram, já que ninguém era ressarcido pelas despesas da transferência, dos bens adquiridos ou serviços realizados, tanto no lote rural, quanto na casa sediada na agrovila. Segundo Bursztyrn (1988, p. 24), “Muito do que havia sido prometido não foi encontrado por ocasião da chegada no PEC-SR”. Em função disso, a rejeição expressiva e o vácuo gerado pela ausência de centenas de famílias pode ser mais bem reforçada quando observamos o trecho abaixo:

A perspectiva de fracasso total do projeto obrigou o Incra a redirecionar sua política em relação ao mesmo; famílias de sem-terra vindas de diferentes pontos da Bahia, do

Nordeste e até do Centro-Sul do país receberam lotes e se estabeleceram nas agrovilas ociosas. Em razão da demanda, novas agrovilas foram criadas e o Projeto de Serra do Ramalho se “descaracterizou”, tornando-se uma válvula de escape do Incra e, em consequência, um cadinho de indivíduos provenientes de diferentes pontos do Brasil. (ESTRELA, 2004, p.22).

Começa-se a entender aqui a composição final do PEC/SR, onde se pode inferir, a partir da citação acima, que pernambucanos, paraibanos, alagoanos, sergipanos, gaúchos, baianos de muitos outros lugares, entre outros grupos humanos, se dirigiram para essas bandas da margem esquerda do Rio São Francisco, atraídos por uma intensa propaganda realizada pelo INCRA, e que, desta vez, não foi dirigida às populações da região de Sobradinho, pois os seus moradores já tinham sido impactados pela tentativa de mobilização e reagiram negativamente à proposta de mudança em massa. O que se quer agora é preencher as demais agrovilas, já que muito se investiu na construção e organização do Projeto. O número de agrovilas ocupadas pelos egressos da barragem e da região de Bom Jesus da Lapa e adjacências foi pouco mais da metade das disponíveis, sendo a 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 povoadas por egressos de Sobradinho, enquanto a 10, 11, 21 e 22, ocupadas, em parte, pelas famílias que já moravam na região antes da desapropriação.

A necessidade de preenchimento das agrovilas, fez com que o INCRA agisse, utilizando diversos recursos, de tal forma que “a propaganda atingiu uma dimensão tal, que Serra do Ramalho recebeu milhares de sem-terra de todas as regiões da Bahia”. (ESTRELA, 2004, p. 164). O contingente populacional, que se deslocou em tempos posteriores à instalação das famílias de Sobradinho e da região de bom Jesus da Lapa, aprofundou os problemas sociais do Projeto, e, mesmo assim, continuava-se a arregimentar famílias e a construir novas agrovilas. A situação se agravou a tal ponto que muitas agrovilas, a exemplo das 16, 18 e 23, foram invadidas sem que houvesse o controle por parte dos agentes públicos que deveriam regulamentar a posse e prover com documentação legal os contemplados com os lotes e as casas nas agrovilas.

Continuando na análise da estrutura pensada a partir do que se foi planejado pelos órgãos públicos, no que se refere à delimitação das áreas a serem utilizadas no Projeto, havia um lote rural e uma casa na agrovila, sendo que cada agrovila dispunha de uma reserva legal, utilizada comunitariamente por todos os moradores para colocarem seus animais nos momentos de descanso e nos finais de semana, podendo retirar da área a madeira necessária ao uso doméstico. Essa área correspondia ao tamanho ocupado pelo perímetro urbano de cada agrovila. Havia também reservas naturais, em todas as regiões do PEC/SR, sendo a mais expressiva a faixa de terra entre as agrovilas e o Rio São Francisco, correspondendo a terras de alagadiço, lagoas,

matas nativas e toda margem sanfranciscana, naturalmente ocupada em algumas partes pelos ribeirinhos, residentes nas barrancas do Rio São Francisco. Havia considerável área de reserva entre os limites dos lotes rurais e as regiões serranas, ficando esses espaços desabitados e incluídos como área de preservação ambiental. O que parecia ser uma excelente ideia, logo se tornará um problema, em função da exploração predatória dos recursos naturais e das ocupações ilegais nas reservas. Extensas áreas, localizadas no perímetro da Serra foram ocupadas deliberadamente, dando lugar à exploração predatória de madeiras, comercializadas para diversas partes do país, como também à produção de carvão vegetal.

Em sequência, foi planejado também a criação de uma reserva para criação de animais, sobretudo o rebanho bovino. Como não era recomendado a criação de gado nos lotes rurais, uma vez que o ideal era o cultivo de lavouras, e como também muitos lotes rurais não contavam com cercas, para impedimento da circulação dos animais, o INCRA organizou um espaço exclusivo para esse fim:

As áreas de propriedade coletiva tinham duas finalidades: a preservação ambiental e a criação extensiva, uma vez que a prática da pecuária extensiva era desaconselhada. A chamada Reserva de Expansão estava localizada no município de Carinhanha e a chamada Fazenda CSB (área destinada à criação extensiva dos primeiros reassentados) ficava situada em Bom Jesus da Lapa (próxima à BR 349/Brasília-Ilhéus). (ESTRELA, 2004, p.141).

Há que se considerar que os beneficiados com essas propriedades coletivas foram os moradores das agrovilas mais próximas, a saber a Agrovila 02, 04 e 20, com acesso mais rápido à Fazenda CSB. As Agrovilas 15, 16 e 23 com acesso mais fácil à reserva localizada no município de Carinhanha. Os criadores das demais agrovilas precisavam realizar longos deslocamentos para acompanhamento do rebanho, demandando jornadas enfadonhas. De acordo com Estrela (2004), era muito comum a perda de animais, seja por causa de acidentes naturais, seja pelo furto, já que muitas pessoas transitavam nesses espaços, todavia, não se pode deixar de mencionar que o INCRA contratou um vaqueiro para cuidar de cada uma dessas reservas, o que amenizava o trabalho dos criadores, mas os contratados não eram suficientes para tanto trabalho e cobertura de áreas tão extensas.

Pouco a pouco essas propriedades coletivas foram invadidas, tornando-se parte do projeto de expansão e ocupação, por dezenas de famílias que, os poucos, passaram a ter o direito à posse reconhecido pelo INCRA. A área da CSB ainda é hoje reconhecida por esse nome, sendo um povoado de intensa atividade agrícola, sobretudo com a implantação de projetos de irrigação na região, resultado da intensificação do uso das águas do Rio Corrente, no Projeto Formoso, importante centro produtor de frutas no Estado da Bahia, sobretudo a banana, que

conta com uma participação significativa na economia daquela localidade. A propriedade situada no município de Carinhanha passou a integrar assentamentos rurais da Canabrava e adjacências, contando com a participação do órgão de regulação fundiária, nesse caso, o INCRA.

3.2 Deslocamento

Descritas as condições de assentamento dos colonos do PEC/SR e já sabendo das condições precárias da maioria, no momento da chegada no Projeto, um problema que se impôs, refere-se ao ir e vir, entre a casa e o lote rural, muitas vezes com uma distância de até cinco quilômetros. O deslocamento até o Rio ou também para as lagoas, onde eram realizadas atividades pesqueiras ou de cultivo irrigado. As visitas às propriedades coletivas de pastoreio, que deveriam ser realizadas com frequência, assim como o transporte entre uma agrovila e outra, se constituíram em problemas para os residentes das agrovilas, sobretudo quando se precisava ir a Bom Jesus da Lapa, uma necessidade constante para os colonos, já que era lá que se resolvia tudo, desde as compras de equipamentos até as questões de saúde, quando não se resolvia nos postos de saúde da comunidade. Somente uma linha da empresa Novo Horizonte fazia a cobertura entre a Agrovila 09 e Bom Jesus da Lapa, havendo também uma outra linha que partia da Agrovila 16 em direção a mesma cidade. O que se tornava um problema no deslocamento dos colonos, eram as condições precárias das estradas e a qualidade dos ônibus, muitas vezes em péssimas situações de conservação, podia não passar um dia, como também podia “dar o prego”³⁰ na estrada, deixando os usuários à mercê da própria sorte. Essa situação é evidenciada quando se diz que “segundo os colonos, o ônibus fica mais de um mês sem aparecer em certas agrovilas, como na 15, por exemplo, e quando aparece é todo cheio de defeito, de tal maneira que a viagem é uma aventura de chegar ou ficar na estrada” (CORDEIRO. 1982. p.40). Ainda em observação ao relatório produzido conclui-se que

Internamente, nas agrovilas, e delas para os lotes, os colonos costumavam usar outros meios de transportes, principalmente o cavalo, a bicicleta e carroça. São estas na verdade as únicas linhas garantidas, são as únicas que não deixam os colonos na mão, pois são controladas por eles. O ônibus fica por conta da sorte, para quem acredita nela, ou por conta do acaso e da vontade da empresa que controla a linha. (CORDEIRO, 1982. p 40).

³⁰ Expressão que designa o ato de um automóvel ou qualquer objeto para repentinamente de funcionar, o que era corriqueiro, em se tratando dos ônibus disponibilizados pela empresa com concessão para a região.

Ao se programar um projeto com essa envergadura, com uma rede de estradas para atendimento a centenas de famílias, distribuídas em diferentes centros comunitários, nesses acasos, as agrovilas, a ausência de um meio de transporte mais eficaz provocou muitos atrasos nas atividades laborais, pois era necessário todo um dia para se resolver alguma pendência ou realizar algumas compras em Bom Jesus da Lapa, sem contar que os carros, fosse ônibus ou transportes particulares de colonos que possuíam camionetes, deixavam seus passageiros nas margens do Rio São Francisco, no povoado chamado de Barrinha, que se expandiu em função da existência das agrovilas. Da Barrinha as pessoas pegavam embarcações que faziam a travessia do Rio, o que também implicava em riscos, sobretudo no período das grandes cheias e durante a noite. Somente em 1992, quando se construiu a ponte sobre o Rio São Francisco, amenizou-se esse processo de deslocamento dos cidadãos que moravam em Serra do Ramalho. Curioso lembrar que a Barrinha era ponto de encontro de todos que se dirigiam à Lapa. Os automóveis, que também faziam a travessia em balsas empurradas por barcos a motores bem potentes, eram deixados no cais da cidade.

Por muito tempo essa foi a realidade experienciada pelos colonos de Serra do Ramalho, cujo deslocamento estava em sua maioria das vezes sob o controle de elementos externos ao seu cotidiano, com exceção é claro, como bem afirmado na citação da CPT, nos momentos que ele próprio produzia sua locomoção internamente, com os meios a que tinha acesso e conseguia manter. Pautado ainda na exploração a que os colonos estavam expostos, nos momentos em que se tinha uma urgência, “os moradores são obrigados a fretar carros, pagando entre 8 e 10 mil cruzeiros para irem a Bom Jesus da Lapa (CORDEIRO,1982. p. 40). Essas situações contradizem o projeto civilizatório e desenvolvimentista, pensado para a região, sem que se tenha registros de intervenções por parte do órgão administrador, através de seus representantes, que pudessem auxiliar melhor os colonos em sua jornada no PEC/SR, já que muito havia sido prometido. Cabe ainda registrar que a localidade da Barrinha foi tão importante para os moradores de Serra do Ramalho, que lá se estabeleceram inúmeros “butecos³¹”, onde se vendiam o necessário para alimentar e divertir os que ficavam à espera de transportes. Chegou-se até a ter um posto de gasolina, que foi desativado após a construção da ponte. Hoje o povoado é ponto de entretenimento para os turistas e moradores da região.

Frente aos obstáculos de deslocamento para efetivação das atividades laborais, que conectavam o colono entre a agrovila onde residia e sua casa de morada, onde com frequência

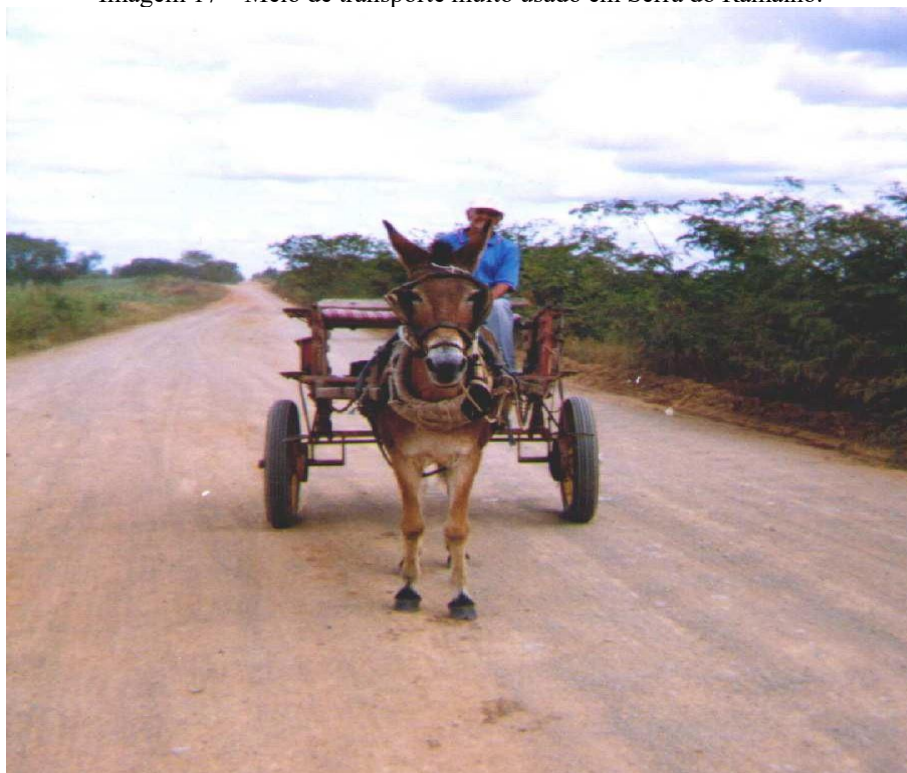
³¹ Termo utilizado ainda hoje para fazer referências aos pequenos estabelecimentos que comercializavam bebidas alcoólicas a varejo.

se precisava carregar utensílios e ferramentas, que não dava para serem transportados no lombo dos animais de carga ou no ombro dos trabalhadores. Como também, os pequenos lavradores não dispunham de recurso para efetivarem a aquisição de um meio de transporte que pudesse tornar mais eficaz sua labuta diária, entra em ação, o plano de atendimento ao colono, que

Para minorar a insatisfação dos moradores, a Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Serra do Ramalho (CIRA) dos produtores de Serra do Ramalho buscou, através do Banco do Brasil, crédito para a compra de carroças e charretes, visando atender os reassentados. Ainda hoje, as charretes são o meio de transporte mais utilizado pelos habitantes de Serra do Ramalho (ESTRELA, 2004, p.168)

No que se refere à CIRA,³² cujo papel abordaremos adiante, a iniciativa de intermediar a aquisição das carroças³³ e charretes³⁴ viabilizou mais conforto aos colonos, uma vez que se podia conduzir materiais e pessoas de uma só vez para ir e vir de casa até o lote, de uma agrovila para outra, para as atividades de pesca nas lagoas e também nas margens do Rio São Francisco, como também nos plantios de lameiros, após as cheias do Rio, que deixavam as terras úmidas e férteis próprias para o plantio de feijão, milho, batata, mandioca e abóbora.

Imagem 17 – Meio de transporte muito usado em Serra do Ramalho.



Fonte: (Estrela, 2004, p.155)

³² CIRA-SR – Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Serra do Ramalho. Funcionou na Agrovila 09, tendo depósitos e galpões para venda e recepção de produtos aos colonos.

³³ Meio de transporte largamente utilizado, de tração animal, mais usado para transporte da produção obtida na lavoura e os familiares do colono.

³⁴ Meio transporte utilizado exclusivamente na condução das pessoas. Com pouca predominância, por não ter espaço para carga.

O procedimento para aquisição era mediado pela CIRA, que tinha acesso direto ao capital disponibilizado pelo Banco, mas cuja conta da compra ia diretamente para o colono, que muitas vezes não tinha conhecimento dos trâmites legais necessários à efetivação da compra. Necessário enfatizar que a presença de carroças e charretes encheu as ruas e estradas das agrovilas, entre as manhãs e ao entardecer, dando maior animação aos trabalhadores e possibilitando mais agilidade em seus negócios e atividades.

Em poema, sem autoria, encontrado no dossiê, Agrovilas, que solução é essa? (CORDEIRO, 1982. P.40) produzido pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), tem-se a ideia da visão popular em torno da questão do transporte no PEC/SR

Carroça, cavalo e bicicleta

São dos transportes seguros

A realidade é essa

Poe isso eu até juro

Quando a gente pega o ônibus

Não sabe se chega ao destino

Nem quanto tempo a gente leva

Quando tá indo ou tá vindo

3.3 Ocupação desordenada: o caso dos gaúchos e paraibanos

A população de Serra do Ramalho, no presente, desconhece a tentativa de povoamento de agrovilas por outros contingentes populacionais que não fossem os egressos de Sobradinho e os próprios moradores da região entre Bom Jesus da Lapa e Carinhanha. Entretanto, estudos e pesquisas apontam que as agrovilas não foram totalmente ocupadas unicamente por esses segmentos populacionais e que foi preciso mobilizar famílias de lavradores sem-terra de outras localidades para se preencher o espaço deixado pelos que rejeitaram as agrovilas, daí a importância de se abordar essas outras ocupações. Como já discutido anteriormente, o PEC/SR tornou-se válvula de escape para muitos conflitos fundiários, ocorridos na imensidão desse país, cabendo ao INCRA identificar e alocar os grupos que fossem de interesse do órgão. Serra do Ramalho foi receptáculo no atendimento das demandas que iam surgindo no campo, sobretudo nos lugares onde o conflito pela posse da terra era mais latente, ou onde também estivessem acontecendo desapropriações em função das políticas econômicas em vigência no país.

Uma questão bem inusitada foi a alocação dos trabalhadores oriundos da região sul e sudeste, alocados em áreas que já haviam sido escolhidas pelos desalojados locais, conforme registro no relatório da Comissão Pastoral da Terra:

O INCRA deu aos pequenos proprietários, posseiros e agregados, o direito de ficar nas agrovilas, mas não respeitou a escolha deles, que se inscreveram para morar na 15 e 16, que ficam próximas de suas áreas de origens. O INCRA não atendeu a essa reivindicação e colocou na agrovila 15 e 16 o pessoal de ITAIPU, e guardou a 16 para o pessoal de RONDA ALTA, no Rio Grande do Sul. (CORDEIRO, 1982, p.17).

É bem perceptível que os acordos estabelecidos entre o INCRA e os trabalhadores radicados na região do PEC/SR não foi cumprido, uma vez que a promessa de que eles tinham a liberdade de escolher os lugares de morada foi negada, sendo o órgão o único ente a resolver, de acordo com as conveniências administrativas, o destino das famílias atingidas com a desapropriação. Observando atentamente o mapa das Agrovilas, percebemos que a Agrovila 15 e 16 estão bem distantes da sede do projeto, porém sua área é constituída por terras cuja cobertura vegetal é bastante exuberante, com terras férteis, propícias ao desenvolvimento da agricultura e criação de rebanhos, sendo esse último item o mais explorado atualmente. Negar as terras aos que ali já estavam estabelecidos e direcioná-las a contingentes de outros lugares foi uma estratégia de ocupação planejada e executada, que novamente afeta o modo de vida dos trabalhadores já situados na região, o que provocou a saída de muitas famílias para a região serrana ou para as agrovilas disponibilizadas. Quando retornamos às situações de desapropriações e de migrações impostas aos egressos de regiões do sertão nordestino, como os dois casos abordados, a saber, os trabalhadores de Sobradinho e da região de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, perceberemos um tratamento desigual em processos muito parecidos, como desapropriação e assistência aos atingido pelas mudanças impostas.

As famílias desapropriadas na área de Itaipu³⁵, e que vieram para a Agrovila 15, somavam 78. “Todas elas estavam dispostas a cobrar do INCRA tudo o que foi prometido quando elas ainda estavam no Paraná” (CORDEIRO, 1982, p.50). De acordo com o relatório da CPT, pode-se perceber que esses trabalhadores tinham em comum com os da região de Sobradinho a experiência com a desapropriação, por conta dos programas de atendimento à expansão energética em desenvolvimento durante a ditadura militar, assim como o uso de propaganda e promessas para que as referidas famílias aceitassem as propostas de mudanças

³⁵ Hidrelétrica construída no rio Paraná para produção de energia. Iniciada em 1975, foi inaugurada em 1984, espaço de tempo coincidente com a Barragem de Sobradinho e o PEC/SR.

elaboradas pelos órgãos gerenciadores das políticas públicas do país. Com estas, vinham também trabalhadores sem-terra, ocupantes de áreas de conflito agrário no Estado do Rio Grande do Sul. Observar a distância entre a região de origem e a região de destino desses trabalhadores, nos leva a perceber a conexão e o diálogo entre os órgãos de governo, assim como o interesse em subtrair populações de um determinado lugar para amenizar os problemas agrários que iam aflorando pelo Brasil afora. Diferente do tratamento dado aos oriundos da região de Sobradinho,

ofereceram ônibus para viagem, com lotação incompleta para que não houvesse desconforto, ofereceram caminhões para levar a mudança, enfim, cercaram os desapropriados de todos os cuidados possíveis, e fizeram muitas promessas (CORDEIRO, 1982, p 50).

A experiência anterior com a mudança dos ocupantes das primeiras agrovilas, fez com que o INCRA agisse com o propósito de evitar desistências e abandonos antes e durante a viagem. Ainda de acordo com a CPT (CORDEIRO, p. 50) “ao chegarem no Projeto, foram recepcionados com o almoço na Agrovila 09 e, logo em seguida, foram levados para a 15”. A análise da eficácia do PEC/SR, não poderia ser feita a partir da Agrovila 09, considerando a infraestrutura ali existente e os serviços também oferecidos, já que concentrava a presença de todos os órgãos membros do projeto e dos funcionários especializados em funções diversificadas. Com efeito, uma coisa era estar na Agrovila 09, participar de uma recepção festiva e demonstração da grandeza e dos serviços do projeto, outra coisa bem diferente era adentrar pelas demais agrovilas. Assim, “logo na estrada da Agrovila 09 para Agrovila 15, eles já começaram a sentir a diferença entre o que foi prometido e a realidade” (CORDEIRO, 1982, p.50). Todas essas diferenças foram se acentuando. As Agrovilas não estavam totalmente prontas, as casas estavam tomadas pelo mato, não havia água encanada, nem energia instalada. Ao chegarem, os novos colonos destinados às agrovilas 15 e 16 viram que o modelo de casa e a estrutura da agrovila e dos lotes rurais prometidos não condiziam com as imagens fotográficas utilizadas como demonstração no momento da propaganda de convencimento. Uma reação se estabeleceu, provocando mobilizações e cobranças por parte desses novos membros do PEC/SR e levando o INCRA à implantação de serviços básicos que tinha oferecido no momento da campanha pela mudança. Tal comportamento coletivo não foi percebido no trato das demais categorias que foram deslocadas para a região do projeto. Entretanto, não temos registro da expansão dessas lutas para as agrovilas habitadas pelos moradores oriundos das regiões de Sobradinho, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, a não ser no momento da criação das associações por agrovilas, abordada posteriormente.

Quando pensamos nos motivos de assentamento de trabalhadores advindos da região sul, encontramos também argumentos que afirmam a superioridade desses trabalhadores com relação à capacidade de organização e exploração racional da terra, podendo tirar mais proveito de sua fertilidade e utilizar mais recursos para viabilizar a produtividade, o que não era visto nos trabalhadores que moravam nas barrancas do Rio São Francisco e na região de caatinga. O próprio Incra afirmava em relatório de transferência

que essa população não pode sequer ser classificada como dedicada à exploração de lavoura de subsistência, constituindo-se na realidade em sua maioria, de pescadores, que plantavam um mínimo de mandioca, milho e feijão, para complemento de sua alimentação (CPT, 1982, p.22).

Essa referência aos trabalhadores ribeirinhos, demonstra a concepção de trabalhador rural que permeava o campo das ideias presentes nos agentes públicos que representavam o estado brasileiro, o que pareceu justificar a busca de trabalhadores que fossem egressos da Região Sul, á que de acordo com (ESTRELA, 2004), esses trabalhadores tinham mais familiaridade com o trabalho no campo e saberiam tirar proveito econômico das terras que foram disponibilizadas. É sabido por todos que atualmente habitam a região, que a Agrovila 15, foi e continua sendo próspera, quando comparada com o desenvolvimento das demais, entretanto o motivo estar mais atrelado à qualidade de suas terras, e dos recursos hídricos da bacia do Riacho da Pituba, uma vez que sua ocupação teve metade dos colonos ligados às famílias dos pequenos proprietários da região, em função da baixa ocupação dos trabalhadores rurais com origem na região Sul e Sudeste.

Os Paraibanos

Como uma região pode ser ocupada por gente de tão diferentes naturalidades? Como se deram as assimilações no cotidiano das pessoas residentes nas agrovilas? De que forma foi superado o “estranhamento” durante o processo de construção da identidade e pertencimento de homens e mulheres que se deslocaram ou já estavam na região de Serra do Ramalho? Essas são questões que permanentemente estão presentes nas discussões dos educadores e estudantes pertencentes ao município. Já nos referimos à participação de vários grupos e sua contribuição na definição do perfil do cidadão residente em Serra do Ramalho. Tanta gente, de tantos lugares; diferentes crenças e manifestações que não daria para pormenorizar cada uma, dada a quantidade de grupos que por aqui chegaram e passaram. Assim, vamos nos deter nos sertanejos da Paraíba que ocuparam algumas casas na Agrovila 16, na Agrovila 13 e alguns domicílios na Agrovila 09, sede do PEC/SR e do novo município após sua emancipação política. Seja quem fosse, independente da origem e da prática social anterior à chega ao PEC/SR, o tratamento e

as condições eram similares, já que todos chegavam como egressos de algum lugar que precisavam passar pelo caminho da readaptação ao novo modelo apregoado pelo INCRA. Logo, de acordo com Siqueira (1992, p.146):

Reassentar os desalojados em condições precárias, restringindo os meios de subsistência, é comparado a “enterrar vivo”, o que, além de não ser direito, desmascara a intenção apregoada de beneficiar, apoiar a população da região.

A primeira participação dos paraibanos reside na construção e administração do PEC/SR, uma vez que o primeiro administrador indicado para gerenciar as agrovilas tem sua origem no Estado da Paraíba. Nos relatórios expedidos pelo INCRA, nos contos de literatura de cordel, muito comum hoje no município, encontram-se algumas informações sobre esses primeiros paraibanos que chegaram em Serra do Ramalho. O primeiro executor do projeto, o senhor Boileau Dantas Vanderley Filho, engenheiro agrônomo, desempenhava sua função em áreas de assentamento no Estado Maranhão. Foi indicado para chefiar o INCRA do PEC/SR, acrescido de outros paraibanos para ocupar os cargos mais significativos do projeto, a exemplo do Diretor da Cooperativa (CIRA), que será abordada logo mais, o engenheiro civil do projeto, o odontologista, o responsável pela segurança; todos carregavam o título de “doutor” e, se não fossem por formação, eram pelo tratamento a eles dispensado. As residências dos funcionários de primeiro escalão contavam com uma estrutura de excelente qualidade: casas de três quartos, dois banheiros, forro e piso em madeira, quarto para empregada ou empregado, muito diferentes das destinadas aos colonos.

A estrutura administrativa do projeto contava ainda com muitos paraibanos nos serviços educacionais. A primeira coordenadora geral de educação do PEC/SR era paraibana, tendo vínculos de origem territorial com o executor. Muitos professores, colonos e servidores de outras escalas também vieram do mesmo estado; por isso, não se pode deixar de analisar a influência que esse grupo desempenhou durante a existência do projeto e do município, como exemplo, o primeiro executor, foi também o primeiro prefeito, sendo sucedido por um outro paraibano, sobrinho do anterior. A casa legislativa sempre teve representantes nascidos na Paraíba. O diferencial está nos motivos para essa migração, já que boa parte chegou aqui com uma situação social bem definida, quer seja como funcionário, quer seja como colono, e puderam ocupar a Agrovila 09. Temos hoje, na cidade de Serra do Ramalho, uma rua com o nome de Paraíba, em referência ao conjunto de colonos paraibanos que nela residiam, sendo seus lotes mais bem situados, quando comparados aos dos demais colonos. De acordo com relatório elaborado pela CPT, esses grupos que migraram para o PEC/SR “não eram só protegidos do Executor Boileau Dantas Wanderley, mas agregados nas fazendas de seus

familiares” (ESTRELA, 2004, p.186). Muitos dos que vieram têm sua origem no mesmo município da família Wanderley, que exerceu e ainda exerce influência política em Malta, cidade situada no sertão das espinharas, no Estado da Paraíba.

Para os muitos migrantes que chegaram em diversos momentos, e por diversos motivos, ao Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, o estranhamento era o primeiro desafio que se impôs, sobretudo o olhar de desconfiança lançado sobre os paraibanos, tratados de forma diferente pelo executor e sua equipe, motivo para o descontentamento com o tratamento diferenciado. Para os paraibanos, um ambiente acolhedor que se aproximava do seu universo de relações construídas no lugar de origem, que eram anteriores à migração, não anulava o espanto e o sentimento de estranhamento em relação ao novo espaço, aos costumes, às manifestações culturais e sociais, bem como aos padrões de vida com os quais tiveram que se adaptar e conviver a partir do momento que se tornavam um colono, nomenclatura que homogeneizava todos os assentados, independente da origem territorial ou dos motivos que impulsionaram o seu deslocamento. Como todo migrante, esse universo com o qual ainda não estavam familiarizados provocava inquietações que, quase sempre, desorientavam suas ações. Isso parece bastante comum, quando se é exposto a processos de desterritorialização e posterior retorritorialização, com estabelecimento de novas conexões e interações culturais.

Em relação aos colonos que chegaram ao projeto e que foram direcionados à Agrovila 13, tratava-se de famílias que tinham estreitos laços de relações e convivências ‘e que faziam parte de um grupo que migrou junto e que continuou junto, vindo da região de Conceição do Piancó. Possivelmente, esse fator tenha facilitado o fortalecimento dessas relações entre as famílias. Isso fez com que, por eles já terem convivido durante muito tempo no lugar de origem, houvesse um fortalecimento das relações de solidariedade, de compadrio e de interação entre os seus membros. É preciso destacar que os motivos da migração desse grupo de paraibanos não se enquadram nos mesmos parâmetros alegados para os que tinham algum vínculo com a equipe administrativa. A situação era de busca por terra que fosse mais produtiva e pudesse tornar seu usuário um proprietário rural, objetivo de muitos sertanejos sem-terra nesse imenso sertão nordestino. Assim:

O sentimento de estranheza sentido pelos colonos diante das diferenças encontradas no Projeto de Colonização, para além das contradições, revela o profundo sentimento de pertencimento do migrante a sua cultura de origem. Por mais que ele já esteja integrado, vivendo outra situação, ele permanece fiel às suas origens e traz na memória as lembranças de suas raízes. Dessa forma, ele vive “a aparente dissociação entre estar aqui e sentir-se pertencendo a outro lugar (MENEZES, 2007, p. in: Xavier, 2007, p. 98).

Serra do Ramalho tem sido palco desses encontros, ajustes e assimilações, o que provocou a constante metamorfose nos aspectos sociais e culturais desse povo de origem tão diversa. Essas fases de adaptações são precedidas pelo estranhamento, sobretudo nas fases iniciais de convivência, fazendo com que os sujeitos sociais recorram às suas raízes e as tomem como referência durante o processo de acomodação, adaptação e conexão com as demais experiências culturais estabelecidas na nova região.

O fortalecimento das interações sociais e a sucessão de conexões que viabilizavam a sobrevivência e adaptação em novos ambientes tiveram nas relações já existentes nas comunidades de origem um instrumento de grande importância para superação dos desafios e dificuldades encontradas no momento da migração e chegada em Serra do Ramalho, por parte dos migrantes paraibanos. Nesse caso destaca-se as relações de compadrio, um costume enraizado que se perpetuou no interior nordestino, sobretudo entre as famílias vinculadas à tradição católica, caso dos migrantes que vieram para o Projeto Serra do Ramalho. Segundo Xavier (2007, p, 91):

A ocorrência dessas relações foi comum nas agrovilas. Muitos entrevistados fazem referências em suas narrativas aos muitos “compadres” e “comadres” que têm em sua rede de sociabilidade.

Pode-se afirmar que “entre as décadas de 1950 e 1970, o compadrio aparece como uma instituição profundamente enraizada nas tradições rurais, mas com múltiplos significados” (SANTANA, 1998. In: XAVIER, 2007, p.92), sendo, talvez, o elemento mais abrangente e gerador de vínculos profundos e consistentes. Sabe-se que essa prática remonta ao período colonial e que nas famílias das pequenas cidades e de zona rural é mais contundente e presente no cotidiano das pessoas.

Normalmente, é de competência do padrinho³⁶ e da madrinha, considerando os ensinamentos costumeiros na catequese católica, assumirem, juntamente com os pais, a orientação do afilhado, dando o suporte necessário, especialmente na ausência dos pais. Trata-se de um código de conduta que se perpetuou e motivou a busca por apoio mútuo dos migrantes no processo de adaptação ao Projeto de Colonização e na superação das dificuldades que iam se impondo. Conceder a um parente, o filho ou filha para batizar, significava estabelecer laços indissociáveis, pois os compadres e comadres passaram a se visitar e a se ajudarem mutuamente

³⁶ Padrinhos e madrinhas são escolhidos a partir das relações sociais estabelecidas, batizando-se a criança dentro das tradições católicas.

conforme as demandas do dia a dia. Aos afilhados, dirigir-se permanentemente ao padrinho ou à madrinha, recebendo destes as bênçãos, implica no reforço dos laços de fraternidade.

O legado da experiência cultural oriunda dos paraibanos é bastante sentido no município de Serra do Ramalho, e desde a década de 80 do século passado, quando aqui chegaram, vêm se consolidando dentro das práticas culturais e dos festejos. Um desses costumes se refere às festas de vaquejada. Câmara Cascudo (2001, p. 783-784) a define como

Reunião de gado, nos fins do inverno, para o beneficiamento, castração, ferra, tratamento de feridas etc. Outrora, o gado do Nordeste era criado, como no Sul, nos campos e pastagens indivisas. A reunião anunciava a divisão, entrega das reses aos seus proprietários, a apartação. Uma certa parte do gado era guardada ou reservada para a derrubada, a vaquejada propriamente dita, o folguedo de derrubar o animal, puxando-o bruscamente pela cauda, indo o vaqueiro a cavalo. Correm sempre dois cavaleiros e o colocado à esquerda é a esteira, para conservar o animal em determinada direção. Emparelhado o cavaleiro com o novilho, touro, boi ou vaca, aproximado o cavalo, o vaqueiro segura a cauda do animal dando um forte puxão e, no mesmo minuto, afastando o cavalo. É a mucica ou saiada. Desequilibrado, o touro cai espetacularmente, patas para o ar, mocotó passou! Se não o derruba e o novilho alcança livrar-se, botou o boi no mato, e há uma vaia estrepitosa. A vaquejada é festa popularíssima no sertão e reúne grande número de curiosos. (CASCUDO, 2001, p. 783-784).

A vocação para a cultura de criação de gado bovino foi aos poucos ganhando espaço na região, sobretudo com a crise na produção da lavoura do algodão, em função da presença do “bicudo”.³⁷ Gradativamente, o gado se tornou a principal fonte de subsistência. Com a chegada dos sertanejos egressos de outros estados nordestino foram-se intensificando os torneios de derrubada de bois, tendo suas origens na Agrovila 13, onde foi construído um dos primeiros parques ³⁸ dedicados a essa atividade.

A vaquejada é uma prática bastante comum na cultura do povo nordestino. Quase todas as cidades, vilas e propriedades rurais possuem um parque devotado a tal atividade. Foram os nordestinos os responsáveis pela consolidação dessa tradição em Serra do Ramalho, com ênfase no grupo de paraibanos vindo para o Projeto de Colonização durante o ano de 1980. Essa festa se tornou tão popular que está presente em quase todas as agrovilas, onde alguns criadores construíram espaços específicos para esse fim. Atualmente, é a principal festa da cidade, onde o município conta com um parque bem equipado, expandido com espaços para exposição de animais, pista de dança e um imenso palco para a realização de grandes eventos. Além do parque público, a cidade tem no seu entorno outros dois parques particulares, onde se fazem

³⁷ O bicudo é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. Sua proliferação na região das agrovilas, pôs fim ao cultivo lucrativo da lavoura do algodão.

³⁸ São chamados de parques os espaços destinados às festas de vaquejada, não importando a dimensão de sua estrutura ou material empregado em sua construção.

torneios todo ano. Na maioria das agrovilas tem-se parques destinados a esse fim, com destaque para as agrovilas 07, 13, 14, 03. A imagem a seguir ilustra bem essa atividade desempenhada pelos vaqueiros da região de Serra do Ramalho e de tantas outras regiões.

Imagem 18 – Corrida de vaquejada no Parque Joaquim Machado.



Fonte: Jerri Ferreira Costa, realizada em 13 de junho de 2009, Agrovila 09. (XAVIER.2007. p. 117).

A “pega de boi” é uma outra atividade ligada ao rebanho bovino e que também ocorre no interior do município, tendo vínculo com as tradições dos sertanejos oriundos da Paraíba e de Pernambuco. É um ritual que ocorre no meio da vegetação mais rústica e envolve menos pessoas, já que seu acompanhamento é mais difícil e se exige deslocamentos inesperados durante sua execução. Nessa atividade não se tem um espaço específico, só é necessário encontrar os sujeitos que participarão e remover os animais necessários às disputas pleiteadas, fora que é bastante agressiva aos corpos que se embrenham na caatinga, expondo os concorrentes a embates, muitas vezes ocasionadores de lesões. Nessa disputa, o animal é colocado em condições superiores aos seus caçadores, já que fica totalmente livre nas matas, podendo escapar com mais facilidade, o que se diferencia da vaquejada, onde os animais ficam aprisionados, podendo ter como desfecho ferimentos muitas vezes bem grave, como a quebra das patas ou da calda do animal. O elementar é se vestir com os paramentos condizentes com a vestimenta de um vaqueiro, a fim de garantir a segurança física do montador e de seu animal. Na sequência, após soltar o animal e lhe dar um tempo de fuga, põe-se a caçá-lo e reconduzi-lo ao local de origem. Veja a ilustração que realça tal atividade.

Imagem 19 – Pega do Boi³⁹.

³⁹ Atividade de captura de gado bovino no meio da caatinga, quando o vaqueiro tem que laçar e conduzir o animal a um ponto determinado, em meio às adversidades da paisagem. Uma prática introduzida pelos sertanejos de origem pernambucana residentes nas agrovilas.



Fonte: COORDENAÇÃO DE ENSINO DE SERRA DO RAMALHO. 2023 p.83

A contribuição dos paraibanos, como a de muitos outros grupos que se deslocaram para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, seja voluntariamente, seja compulsoriamente, ajudou a construir a identidade cultural e a definir as relações de pertencimento em relação à nova terra, conservando histórias e memórias que se misturam, perpetuando a tradição do município de Serra do Ramalho. Uma outra contribuição diz respeito à culinária. Muitas culturas são identificadas em suas particularidades, quando se leva em conta os hábitos alimentares e os “pratos”⁴⁰ que surgem, a partir das experiências de cada comunidade, dos produtos regionais que são cultivados ou encontrados nos ambientes naturais. A culinária, assim como tantos outros elementos, ajuda a identificar as especificidades de determinado grupo, por exemplo os egressos de Sobradinho chegaram ao Projeto trazendo o gosto pelos derivados da mandioca, da carne de caprinos e com muita predominância, a utilização dos peixes encontrados no Rio São Francisco. Características parecidas são encontradas também nos ribeirinhos da região de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, acrescentando-se a caça e coleta de produtos vegetais disponíveis na região.

Os paraibanos trouxeram de suas terras distantes, o gosto pela carne seca, derivados de porco, e o “rubacão”⁴¹, largamente utilizado nos encontros entre famílias, tornou-se uma iguaria aqui nas bandas da Bahia, pela forma como é preparado e pelos itens que lhes são

⁴⁰ Nome dado a determinado alimento, formulado a partir de receitas produzidas em espaços culturais específicos.

⁴¹ Mais conhecido por “baião de dois” por ter como ingredientes básicos o feijão e o arroz, entretanto é acrescido de carnes e outros itens, a depender da região em que é preparado.

acrescentados durante sua elaboração. Servido como refeição única nas mesas do paraibano, passou a ser parte da culinária do município, como mais um, entre tantos outros pratos produzidos pelos diversos segmentos sociais que ajudaram a compor o perfil dos habitantes de Serra do Ramalho. O posicionamento de Vainfas (2001, p.151), afirmando que “a culinária é um dos aspectos fundamentais para se compreender a diversidade das culturas e povos” vem consolidar o argumento da importância que a culinária tem para definir a identidade dos povos e construir as relações de pertencimento e interação que vão se sobrepondo, quando determinado grupo migra e encontra outros grupos, viabilizando a troca de saberes, experiências e costumes, metamorfoseados em uma nova realidade, mais não muito distante das encontradas no seu formato original.

Evidenciado de forma bem clara, o trabalho de pesquisa realizado sobre a origem e uso de um dos pratos mais difundidos na Paraíba aponta a importância que o rubacão desempenha na mesa dos paraibanos que se deslocaram para o projeto de Serra do Ramalho. Em entrevista, D. Maria Ivonete, residente da Agrovila 13, revela:

É um prato típico da culinária paraibana que teve sua preservação garantida, pois os filhos dos colonos aprenderam a fazê-lo, mantendo viva a tradição. Eles fazem questão de preparar o rubacão, principalmente nas ocasiões em que se reúne toda a família, como forma de se sentirem mais próximos de sua terra de origem, isso porque “comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização. (XAVIER, 2007, p.99).

A culinária, com suas especificidades, se constitui parte indissociável na definição do perfil de um povo. No caso do Projeto Serra do Ramalho, o encontro de egressos de Sobradinho, colonos da região sul, paraibanos, e tantos outros que se dirigiram para essa região, nos anos que antecederam a existência do PEC/SR, até o momento do estabelecimento do processo de emancipação política, que deu origem ao município de Serra do Ramalho em 1989, reflete diretamente a forma como as pessoas de hoje celebram suas vidas, através das refeições e festividades inerentes aos costumes. Aqui se somaram peixes, caprinos, suínos, mandioca, milho, feijão, arroz, leite e seus derivados, dando a tônica que se fez e se faz presente no cotidiano do homem e mulher que habita a região de Serra do Ramalho.

Entre tantos episódios que afetaram as populações que se deslocaram para Serra do Ramalho, merece atenção um feito bem perturbador que, atualmente, não tem sido discutido nas escolas, assim como não esteve presente nas discussões nos anos de sua ocorrência. Tal episódio nos remete também aos paraibanos e está relacionado com o bem estar, não só desse segmento, mas de todos os colonos estabelecidos no PEC/SR. Trata-se da questão de saúde pública e das políticas direcionadas a esses moradores, tanto pelo órgão responsável, a

Fundação SESP⁴², como também às prefeituras da região, sobretudo a de Bom Jesus da Lapa, para onde se dirigiam os colonos em sua maioria e também constituía o colégio eleitoral que incluía o PEC/SR na mira dos políticos, durante os processos eleitorais. Os números estarrecedores, levantados pela CPT, e já discutidos anteriormente, aborda e denuncia o caso da elevada taxa de mortandade infantil ocorrida na Agrovila 13, atingindo algumas famílias da já citada comunidade e chamando a atenção das autoridades constituídas:

As mortes das crianças na Agrovila 13 se deram num período de três meses, entre novembro de 1980 e janeiro de 1981. Eram crianças de famílias recém-chegadas ao Projeto de Colonização, originárias de várias regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, e tinham entre zero e quatro anos de idade. Os dados denunciam ainda a falta de ajuda financeira por parte do INCRA a essas famílias nos momentos em que elas passavam por necessidades básicas, como a escassez de alimentos, já que os poucos recursos que elas (XAVIER, 2007, p.87).

Havia a clara falta de autoridade estratégica das prefeituras sobre o perímetro de abrangência do PEC/SR. Sob a alegação de suposta autonomia administrativa do Projeto, os gestores municipais lavavam as mãos diante da precariedade dos serviços de saúde. O conjunto de elementos e componentes que contribuíram para ceifar as 45 vidas das crianças em tão pouco tempo e sob as mesmas condições, sem que ninguém assumisse a responsabilidade pela negligência em relação a esses filhos de colonos que, supostamente, estavam tendo toda a assistência necessária ao seu pleno desenvolvimento, continuou por muito tempo uma incógnita, sem que nenhuma autoridade ou órgão assumisse a responsabilidade pelo desastre na saúde pública do PEC/SR. Pela narrativa acima, não somente os filhos de paraibanos foram atingidos, até porque a Agrovila 13 não era povoada somente por eles, mas, também, por outros colonos oriundos de outros cantos do Nordeste e que foram assolados por essa calamidade. A particularidade aqui, é a coincidência da chegada desses colonos ao Projeto. Sem receberem a devida orientação e assistência do INCRA, foram instalados em condições sub-humanas, cujas moradias não dispunham de água encanada e a disponibilizada, que era retirada do subsolo, através de poços artesianos, não passou por nenhum processo de tratamento, assim como era carregada de sais, que a deixava muito salobra⁴³, em função da presença elevada de rocha calcária no subsolo da região. Tal arbitrariedade não foi aplicada somente aos moradores da Agrovila 13, mas a cada uma das agrovilas. Mesmo tendo retirado centenas de famílias das

⁴² Órgão público pertencente ao Governo Federal que tinha a responsabilidade pelo atendimento nos postos de saúde construídos no PEC/SR.

⁴³ Termo usado pelos colonos para fazer referência ao sabor da água do subsolo, carregada de calcário e sem nenhum tipo de tratamento.

bordas do Rio São Francisco, cujas águas, naquele momento era, e ainda é, de qualidade superior e sabor indescritível quando comparadas às águas subterrâneas da região.

A fome, em função da falta de recursos materiais, também é fator que coloca os agentes governamentais na mira das entidades que denunciavam e combatiam as injustiças cometidas contra esses novos colonos que chegaram ao Projeto. Muitas famílias chegaram no período posterior à temporada de chuvas, em que se costumava realizar os plantios, tendo que trabalhar permanentemente na preparação de suas terras. Diferente das levas de trabalhadores da região de Sobradinho e dos que também se estabeleceram na Agrovila 15, os colonos subsequentes, incluíam-se aí os paraibanos, não contaram com apoio para alimentação e transporte durante a mudança, nem com assistência financeira nos primeiros meses para investirem na terra e alimentarem suas famílias no período entre safras. De acordo com Estrela (2004), tanto o INCRA, através de seu diretor executor, quanto a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa minimizaram essas mortandades, tirando de seus respectivos órgãos de comando a responsabilidade pelo ocorrido, apesar das incessantes denúncias do Bispo de Bom Jesus da Lapa, D. José Nicomedes Grossi ⁴⁴, em informativos e na Rádio Bom Jesus, de propriedade da Diocese. Os agentes pastorais, especialmente os membros da CPT, não deixaram de chamar a atenção em seus relatórios para o caos do tratamento dispensado aos colonos e os resultados alcançados com a negligência nos serviços oferecidos.

3.4 Estrutura e funcionamento do PEC/SR

Compete agora dar uma observada na forma como eram conduzidas algumas atividades no PEC/SR, com atenção às questões de educação, economia, saúde e administração, elementos considerados imprescindíveis ao bom funcionamento do projeto e a sua consequente emancipação. Compreender os sucessos e insucessos dessa imensa empreitada requer a percepção de que:

Em termos administrativos, o Projeto trazia também uma inovação. Sua administração estava a cargo do gerente-executor, nomeado pelo INCRA. Ao executor cabia coordenar as atividades de todas as instituições que atuavam na área, tais como Superintendência de Combate à Malária (SUCAM), Fundação de Serviço de Saúde Pública (FSESP), COBAL, Empresa de Terra (EMATER-BA), Fundação Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), etc. Também cabia ao gerente-executor escolher entre os técnicos agrícolas ou sociólogos um representante, espécie

44 Primeiro Bispo da Diocese de Bom Jesus da Lapa. Exerceu o episcopado de 1962 a 1990.

de subprefeito, que faria a mediação entre os reassentados, o gerente-executor e os prefeitos municipais (ESTRELA, 2004, p.142).

A Competência do executor era de coordenar os órgãos auxiliares, sendo o INCRA o responsável principal pela condução das políticas de atendimento aos colonos. Por ainda estarmos no período anterior à Constituição de 1988, onde o ingresso no serviço público era feito sem a utilização de concurso público e para atender a demanda de preenchimento, muitas das funções ocupadas foram delegadas a filhos de colonos ou também parentes destes, sendo necessário o preenchimento do requisito de qualificação profissional. Os órgãos com maior presença de signatários dos colonos foram no setor de educação e na COBAL, já que em cada agrovila foi instalada uma escola e, também, um prédio destinado ao comércio, gerenciado pela COBAL. Toda estrutura do PEC/SR é pensada a partir dos parâmetros do projeto desenvolvimentista em vigência no Brasil. Tinha-se a perspectiva de que o colono, oriundo dos sertões e em condições sociais consideradas inadequadas, deveria ser assistido, conduzido e orientado por entidades e a partir de diretrizes compatíveis com o novo projeto econômico e social aplicado ao país e que trazem embutidas “uma concepção de cultura camponesa que deve ser substituída por outra cultura, centrada na técnica e nos conhecimentos científicos.” (ESTRELA, 2004, p.152).

3.5 A Educação no PEC/SR

A crença de que a educação é o fio condutor das transformações sociais ocorridas em uma dada sociedade, nos impele a entender a dinâmica de funcionamento das escolas criadas para atender aos estudantes do PEC/SR, uma vez que o projeto civilizatório e desenvolvimentista não seria alcançado, se não se oferecesse uma educação elementar aos filhos dos colonos residentes no Projeto. Cada uma das agrovilas dispunha de uma escola que oferecia o ensino de primeira à quarta série do primeiro grau, primeira fase do que hoje chamamos de ensino fundamental. O ensino de quinta a oitava série do primeiro grau era oferecido somente na sede do Projeto, a Agrovila 09, sendo os estudantes transportados em caminhões pertencentes ao INCRA. O transporte só era oferecido aos filhos de colonos das agrovilas situadas no Eixo Ímpar e Eixo Par, incluindo-se aí as agrovilas 01, 03, 05, 07, 02, 04, 06, 08, 10,11,12, 13, 14 e 15, ficando as demais agrovilas sem acesso a esse tipo de serviço, o que se deduz que houve uma exclusão dos processos seguintes de formação na educação básica, como a compreendemos atualmente.

Na composição da matriz curricular a ser oferecida aos estudantes, considerando os arquivos existentes na Escola de 1º Grau Castro Alves⁴⁵, única a oferecer o ensino de quinta a oitava série, constata-se a manutenção dos componentes alinhados com o prescrito na legislação em vigência, mantendo-se na primeira à quarta série português, matemática, ciências e estudos sociais, sendo, nas séries subsequentes, inseridos os componentes de história, geografia, artes, inglês, educação física e dois componentes regionais, a saber, técnicas agrícolas, horticultura, lavouras regionais e agropecuária, oferecidas cada uma em uma série diferente do ensino de quinta a oitava série, além de um componente denominado Educação Para o Lar, oferecido a todas as séries. Ainda em observação aos arquivos da Escola citada, no ano letivo de 1982, nas médias para aprovação utilizadas, foi adotado o sistema de conceitos, sendo AI (aprovação inferior), com equivalência de 0 (zero) a 4,9 (quatro vírgula nove), AM (aprovação média), com equivalência de 5 a 6,9 (cinco a seis vírgula nove) e AS (aprovação superior), com equivalência de 7 a 10 (sete a dez). Esse modelo de registro do desempenho acadêmico dos estudantes representa uma inovação na região, uma vez que o mais comum era a utilização de algarismos numéricos na definição das médias. Nesse sistema, a aprovação era obtida quando se atingia uma média por componente igual ou superior a AM. De acordo com os mapas de notas do período o índice de aprovação era consideravelmente baixo, em um ano observado (1982), menos de 50% dos alunos conseguiram lograr resultado satisfatório, sendo os dados da evasão escolar alarmantes para o período.

Com relação à estrutura administrativa do sistema educacional, pode-se observar que:

A escola funciona através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa e o INCRA, sendo que no convênio cabe ao INCRA o pagamento e contratação dos professores, e ao prefeito, apenas a assinatura na folha de pagamento. Quem afirma isso é o Vice-prefeito de Bom Jesus da Lapa, Sr. Jair Soares dos Santos. (CORDEIRO. 1982.p.34).

Não havia vínculo empregatício entre os servidores da educação do PEC/SR e o INCRA. Entretanto, tudo dependia das decisões tomadas pelo órgão administrador do Projeto, uma vez que toda a logística e repasse de recursos eram de sua competência, sendo a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, somente prestadora de sua Pessoa Jurídica, responsável pelo pagamento da folha de servidores a cada mês. Muito comum eram os atrasos no pagamento dos professores, pois era necessário esperar a superação dos trâmites burocráticos, uma característica bem comum no modelo de administração exercido no PEC/SR. A admissão dos docentes era de

⁴⁵ A Escola de 1º Grau Castro Alves foi protagonista do ensino de 5ª a 8ª série, assim como do ensino de segundo grau após a emancipação política do Projeto. Atualmente é a única a oferecer o ensino de 6º ao 9º ano na sede do município de Serra do Ramalho.

responsabilidade da equipe delegada pelo INCRA. Em pesquisa nos arquivos da Secretaria de Educação de Serra do Ramalho, observa-se que o grupo de docentes que atuavam na rede de ensino do Projeto tinha estudado o magistério em nível de segundo grau⁴⁶, atuando em todos os níveis de ensino existentes. Com relação à origem desses servidores, constata-se que em sua maioria vieram dos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Paratinga, onde, naquele período, pode-se verificar pela documentação dos contratados a existência da oferta dessa modalidade de formação de professores. Curiosamente, no ano de 1982, somente um professor dispunha de licenciatura plena, atuando em conformidade com a formação em geografia, na Escola de 1º Grau Castro Alves. A mediação e resolução de pendências administrativas era delegada a um escritório localizado em Bom Jesus da Lapa, cujos funcionários se reportavam ao Executor e Coordenação de Ensino, visando intermediar as demandas próprias das relações com a Prefeitura, já que havia um convênio celebrado entre as partes.

Em educação, as demandas não se limitam somente ao cotidiano da sala de aula, materiais, ajustes das unidades escolares, transportes, entre outras necessidades, são partes do dia a dia de uma comunidade escolar, além é claro, de se precisar suprir com uma refeição, já que os alunos saíam muito cedo de suas casas e terminavam por chegar fora dos horários, que estivessem em conformidade com as refeições servidas em seus lares. Nesse sentido, eram utilizados os alimentos oriundos da merenda escolar, cujos produtos vinham diretamente para a o PEC/SR, ficando a equipe de coordenação responsável por sua distribuição. A esse respeito encontra-se no relatório da CPT (CORDEIRO.1982 p.35) a argumentação de que “a merenda escolar deveria ser distribuída entre os alunos gratuitamente”, mesmo assim, registra-se a partir da escuta dos colonos a situação de “desvio da merenda para o comércio” (CORDEIRO. 1982 p.35), o que deixa falhas no fornecimento dos itens necessários à alimentação dos estudantes. Como alternativa para complementação da alimentação escolar, eram cultivados inúmeros produtos da horticultura, em espaço reservado para esse fim e com a utilização da mão de obra dos estudantes, normalmente envolvendo os componentes curriculares da parte diversificada do currículo escolar.

Frente ao exposto, percebe-se uma articulação entre os poderes estabelecidos na região para atendimento das demandas relativas à educação, porém a exclusão de muitos filhos de colonos também era uma realidade, dada as condições geográficas do Projeto e das dificuldades

⁴⁶ A formação de professores em nível de segundo grau, para atuar legalmente no ensino de 1ª a 4ª série, era única oferecida em toda a região, entretanto esses profissionais atuavam em todas as modalidades de ensino, incluindo-se o segundo grau.

de acesso à Agrovila 09. Também não é percebida nenhuma política de formação dos docentes para atendimento da clientela com características específicas de pertencerem a uma área com predominância de atividades agrícolas de subsistência, sem contar a total ausência de assistência aos jovens concluintes de primeiro grau que desejassem prosseguir em seus estudos no segundo grau. Nesse caso, as famílias passavam a ser as únicas responsáveis pela manutenção dos estudantes que se aventuravam a estudar em outros municípios, o que, naturalmente, gerou exclusões e um contraponto de contradição com os propósitos do PEC/SR, que era viabilizar o ajuste social e econômico dos trabalhadores rurais do interior do país.

3.6 Produção e economia

Eu só queria saber

A finalidade da COBAL

Se é alimento fornecer

Ou se ela é uma empresa normal.

(CORDEIRO, 1982, p. 46).

O poema popular, de autoria anônima, encontrado na documentação da CPT, começa por deixar dúvidas acerca do papel desempenhado pelos postos da COBAL, distribuídos nas agrovilas. Como parte de um programa governamental, o órgão era o responsável pela venda dos itens da cesta básica aos colonos, sendo que os referidos produtos deveriam ser oferecidos a preços que estivessem abaixo dos encontrados nas pequenas vendas localizadas em algumas agrovilas, assim como dos mercados existentes na vizinha Bom Jesus da Lapa, de onde vinham muitas mercadorias que abasteciam as agrovilas. As queixas e descréditos em torno do órgão era resultado da frequente falta de estoque a incapacidade de concorrer com mercado externo ao Projeto. “Os postos da COBAL vendem os estoques para os comerciantes da Lapa e das agrovilas” (CORDEIRO, 1982, p. 46). Isso é mais uma demonstração de que as diferenças entre o planejado e o executado se tornam evidentes e colocam em risco os propósitos iniciais definidos pelo INCRA.

A imagem a seguir revela a grandeza das edificações destinadas à COBAL. Foi um dos últimos a ser construído no Projeto e teve pouco tempo de uso. Fotografia de Maria Regina de Souza Xavier, de 2011.

Imagem 20 – Prédio da COBAL na Agrovila 22.



(Fonte: Xavier, 211. p.37).

O propósito da existência da COBAL no Projeto consistia em oferecer as condições de acessos aos produtos da cesta básica para todos os colonos, uma vez que na estrutura urbana das agrovilas não havia edificações voltadas para o comércio e abastecimento das famílias. Cada agrovila contava com um posto, que recebia os itens para venda na sede administrativa, que ficava na Agrovila 09. Ali, naquele estabelecimento, os colonos seriam supridos de suas necessidades, só que eram grandes as diferenças entre o planejado e o executado: a COBAL não conseguia suprir as necessidades dos moradores das agrovilas, sofria constantemente com a falta de estoque, além de ser acusada de desviar produtos para atender a comerciantes de Bom Jesus da Lapa e das próprias agrovilas.

Conforme relatório da CPT (CORDEIRO,1982) parte do atendimento dos colonos era feito por comerciantes, proprietários de armazéns⁴⁷ situados em Bom Jesus da Lapa. Os colonos se dirigiam à cidade, onde efetivavam suas compras, ou adquiriam os produtos nos caminhões dos cerealistas que faziam, periodicamente, o percurso nas agrovilas, entregando mercadorias e registrando novos pedidos, que seriam entregues na viagem seguinte. A vantagem dessa relação comercial era o acesso ao produto sem deslocamento e a possibilidade de venda a crédito. A desvantagem estava associada à dependência do produtor rural em relação a determinado comerciante, o que gerava um ciclo contínuo, com poucas possibilidades de quitação, já que ao efetuar um pagamento anterior a família adquiria novos itens, contraindo

⁴⁷ Eram assim chamados os estabelecimentos que vendiam cereais, sementes e outros itens da cesta básica, vendendo a varejo e atacado.

novas dívidas. Outra questão eram os preços. Como a COBAL, que deveria oferecer os produtos a preços abaixo dos disponibilizados pelo comércio alternativo, não dava conta de manter os estoques para abastecimento do mercado interno, as famílias tinham que fazer suas aquisições a preços exorbitantes, muitas vezes tendo que se deslocar para Bom Jesus da Lapa, o que aumentava o custo de vida, em função das passagens cobradas em sua condução.

Uma das vantagens da existência de estabelecimentos como COBAL nas agrovilas foi a disponibilização de vagas de trabalho para alguns colonos ou para seus filhos. Como havia um posto em funcionamento em cada agrovila, necessitava-se de atendentes, pessoal para limpeza, vigilantes e repositores de mercadorias. Todas essas funções contavam com contratos que atendiam às exigências mercado e de acordo com a legislação trabalhista vigente. O dilema no funcionamento dessa estrutura estava relacionado às poucas vendas, por falta de mercadorias, tendo como consequência, operação negativa.

Como a COBAL só realizava suas vendas à vista, e como muitos colonos não dispunham de dinheiro em mãos permanentemente por estarem dependentes dos ciclos da produção na agricultura, tornou-se mais comum a relação com os comerciantes da Lapa e, posteriormente, com os pequenos estabelecimentos que foram surgindo nas agrovilas. que, criando as condições de venda a prazo, resultava numa relação de dependência e exploração dos colonos. O INCRA não interveio nessas questões, deixando que as famílias dos pequenos produtores se tornassem vítimas da especulação comercial no Projeto.

Merece muita atenção também a atuação da CIRA-SR – Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Serra do Ramalho, órgão encarregado de organizar as demandas relacionadas aos mecanismos de acesso aos recursos e itens que viabilizassem os processos de produção, bem como ao destino dado ao que se produzia em cada agrovila.

A atividade de cooperativismo é algo relativamente frequente na sociedade, podendo ser caracterizada como “um movimento que visa o desenvolvimento social e econômico para um grupo de pessoas baseado na honestidade, equidade, solidariedade e transparência. O modelo de negócio tem mais de 170 anos” (Sicoob, 2024). A partir da compreensão do cooperativismo como uma atividade que visa o bem comum, é preciso fazer uma descrição das atividades desenvolvidas pela CIRA em Serra do Ramalho, a fim de se avaliar sua função no seio da sociedade dos pequenos produtores rurais que compunham o PEC/SR.

Para início da compreensão das atividades desenvolvidas e do poder econômico da Cooperativa, torna-se necessário fazer uma descrição da quantidade de imóveis que estavam sob controle do órgão e suas funções dentro do Projeto, bem como sua estrutura administrativa, que contava com um aparato de funcionários, boa parte deles escolhidos entre as famílias dos

colonos, sobretudo os filhos dos colonos que eram conselheiros e faziam parte da estrutura de tomada de decisões. A indicação para administração do órgão era de responsabilidade do Executor do Projeto, assim o Presidente da CIRA escolhido, por muito tempo foi também de origem paraibana, o que se explica pelo fato de muitos cargos de cúpula no Projeto, estarem sob a coordenação de agentes com origem na Paraíba, uma coincidência relacionada ao fato do executor também ser paraibano.

Fisicamente, a Cooperativa contava com um aparato patrimonial único na região, a começar pelos enormes galpões construídos. No que hoje é conhecida como Rua Paraíba podemos encontrar um enorme prédio construído em alvenaria, com uma fachada de 80 metros de frente por 80 metros de fundo, com altura suficiente para adentrar as grandes máquinas e guardar os estoques adquiridos. Com a emancipação do Projeto e falência da Cooperativa, o galpão foi transferido para o novo município pelo INCRA, entretanto continuava sem uso, em função dos odores desagradáveis, causados pela estocagem de inseticidas durante os anos de funcionamento da CIRA.

Temos, do outro lado da rua do galpão já citado, um conjunto de salas e escritórios, reservados à administração da CIRA, sendo ponto de suporte ao conjunto de ações da diretoria. Sua importância física é de destaque, já que foi reaproveitada pelo jovem município para sediar o primeiro hospital público em funcionamento nos dez primeiros anos de existência do Município de Serra do Ramalho. Já do outro lado do escritório, foram construídos dois enormes galpões de estrutura metálica, destinados ao armazenamento da produção de grãos e do algodão, item que encontrou ambiente propício a sua produção, tornando o PEC/SR referência na produção algodoeira e um dos grandes abastecedores das usinas de beneficiamento de algodão na região de Guanambi, município baiano, situado a 200 quilômetros do Projeto. Com a queda da produção de algodão e, posteriormente, a falência da Cooperativa, os galpões metálicos desapareceram, sem que se encontrassem registros do seu destino.

Ainda tratando do patrimônio da CIRA, no outro extremo da Agrovila 09, foram implementados dois investimentos, o primeiro ainda funcionando de forma precária, foi a criação de uma grande serraria, denominada de PRODARTE⁴⁸, cuja atribuição estava relacionada ao beneficiamento da madeira recolhida com o desmatamento dos perímetros urbanos das agrovilas e de dois hectares de cada lote rural destinados aos colonos. Muitas cargas

⁴⁸ O PRODARTE foi por muito tempo uma referência de beneficiamento da madeira, produzindo móveis, tábuas e madeira para construção. No auge do Projeto, era administrada por servidor da Cooperativa, que cooptava mão de obra entre os colonos com aptidão para o trabalho com madeira. Com a emancipação passou às mãos de uma associação criada para gerenciá-lo.

de tábuas foram vendidas a partir da madeira recolhida. A Cooperativa chegou a ter em sua propriedade, conforme registros e relatórios, 3 caminhões que realizavam o transporte de madeiras para os destinos dos compradores:

Até fins de 1980, os caminhões partiam de Serra do Ramalho lotados de madeira-de-lei para Salvador e várias outras regiões do estado da Bahia e de Minas Gerais. Consta que amadeira utilizada na construção do Hotel Méditerranée, localizado na Ilha de Itaparica, teria sido retirada de Serra do Ramalho (Bursztyn, apud: Estrela, 2004, p.167).

A abundância da madeira de primeira qualidade como aroeira, pau-d'arco, jatobá, Ipê, jatobá, entre outros, atraiu muitos compradores, o que estimulou a exploração predatória e uma das atividades de sobrevivência dos colonos, com a lapidação de lascas⁴⁹ de aroeira para suprir o cercamento de propriedades longínquas do Projeto. Tanto a CIRA como também o INCRA não tinha uma política de contenção dessas atividades, o que possibilitou o desmatamento e esgotamento da madeira de qualidade em pouco tempo. A rua onde está situado o PRODARTE recebeu também o seu nome, continuando a funcionar de forma precária, pela escassez da madeira e dificuldades na manutenção das máquinas, já que passou às mãos de uma associação formada pelos profissionais que atuam no ramo de confecção de móveis e beneficiamento da madeira.

No espaço físico da CIRA, logo a frente do PRODARTE, foi edificada uma loja para venda dos produtos agropecuários aos colonos. Uma das dificuldades para acesso aos seus produtos, consistia na ausência de créditos e prazos para obtenção de seus produtos o que dificultava o acesso por parte dos colonos, já que as compras precisavam serem feitas com pagamento a vista, empurrando os colonos para o comércio realizado por atravessadores, tanto na aquisição, quanto na venda de sua produção. Com a falência da Cooperativa, o espaço de comercialização passou as mãos do setor privado, tornando-se residência e uma serraria, em funcionamento na cidade.

Enquanto o INCRA desaconselhava a criação do rebanho bovino por parte dos colonos, argumentando que as áreas dos lotes rurais eram limitadas para o desenvolvimento da pecuária bovina, a Cooperativa maninha na área de reserva do Projeto uma fazenda com criação do gado, sob pretexto da necessidade de abastecimento dos colonos, o que os colocava à mercê dos preços praticados pela entidade. Esse conjunto de ações é visto como motivo de alterações na gerência do Projeto, pois

⁴⁹ Eram assim denominadas as estacas de aroeiras, amplamente comercializadas em todo o Projeto, cujas cargas encontraram como destinos as propriedades rurais na região de Minas Gerais. Sua exploração desenfreada provocou o seu esgotamento.

tudo indica que a iniciativa do INCRA em exonerar o primeiro gerente-executor, a bem do serviço público, conforme chama atenção um entrevistado, está relacionada, sobretudo, à má gestão da cooperativa (Estrela, 2004, p.159).

Foi o que aconteceu em 1985, quando o executor, e mais uma dezena de servidores, foram demitidos de suas funções, acusados de vínculo a um esquema de desvio de recursos. Novamente nos deparamos com evidências das irregularidades que marcaram as idas e vindas da existência do PEC/SR.

As diferenças entre o que se propunha e o que se praticava eram cada vez mais latentes. No que tange à função de aglutinar a produção dos pequenos produtores, as evidências são bem mais estarrecedoras: “92% da produção das agrovilas era vendida a intermediários, que vão comprar nas casas ou nos lotes das agrovilas” (CPT, 1982, p.59). Isso revela a falta de atendimento aos produtores e o quanto estes ficaram por conta dos comerciantes da região. Em relação à política de compra e venda, o que se percebe é a exploração indevida dos colonos:

Quando compra a produção dos colonos, [...] não paga o valor de comércio, é sempre por um preço muito inferior. Em 24 de novembro de 1978, a cooperativa vendeu arroz a 8 cruzeiros o quilo, já em 10 de maio de 1979 ela comprou a 4 cruzeiros e vinte centavos o quilo desse mesmo produto. (CORDEIRO, 1982, p.41).

O acesso a créditos e serviços por parte dos colonos, seja pela Cooperativa, seja pela agência do Banco do Brasil, criada para atendimento às demandas do Projeto, foi dificultado pelos procedimentos burocráticos, tendo como consequência a exclusão de muitas famílias, criando obstáculos no momento da preparação do solo, plantio e colheita de suas lavouras. Segundo dados da “CPT, entre 1978/1979, somente dez por cento dos reassentados foram beneficiados com crédito bancário” (Estrela, 2004, p.157). O enunciado parece contundente para se deduzir as fragilidades na execução do planejado para o PEC/SR, como também as diferenças entre as concepções cooperativistas e o que foi executado pela CIRA, durante sua existência.

Para viabilizar o processo de acesso ao crédito, entre os órgãos de atendimento aos colonos, foi criada uma agência do Banco do Brasil, cujo propósito era facilitar o crédito rural aos agricultores. Um dos problemas enfrentados estava relacionado à agilidade por parte dos agentes bancários, tendo em vista a necessidade de recursos no tempo certo para acesso aos mecanismos de preparação do solo e plantio:

O empréstimo é dado em parcelas que deveriam corresponder às fases de desmatamento, descoivaragem,⁵⁰ plantio, incluindo até a compra das sementes e todo

⁵⁰ Prática comum entre os pequenos lavradores, trata-se da derrubada da mata e ajuntamento dos arbustos para posteriormente colocar fogo, limpando o terreno para a fase do plantio.

o material necessário ao andamento do trabalho agrícola. Mais o financiamento nunca sai no tempo certo, quando chega, os colonos já tomaram prejuízo, pois a lavoura não espera, o ritmo da natureza não se altera, principalmente no sertão que as chuvas são escassas e caem numa época certa e num período muito curto. (CORDEIRO, 1982, p.44).

Por conta desses desencontros, mesmo os que tinham acesso ao crédito rural, por não conseguirem plantar e colher no tempo certo e por terem que enfrentar também as adversidades climáticas típicas do sertão, onde as chuvas eram irregulares e escassas, acabavam, muitas vezes, perdendo os investimentos realizados na lavoura. Sem condições para efetuar o pagamento das parcelas dos empréstimos, aumentava exponencialmente o número de inadimplentes entre os colonos, tornando-os inaptos para acesso ao crédito nos anos seguintes.

Como forma de se sanar a crise da agricultura praticada em sequeiro⁵¹, o INCRA procurou desenvolver a prática da agricultura irrigada, para tanto,

às margens do Rio São Francisco, foi reservada uma faixa de 70 km para o cultivo irrigado, a ser trabalhado por alguns colonos em parcelas individuais. (ESTRELA, 2009, p.43).

Uma das dificuldades nesse processo foi o deslocamento dos colonos das suas agrovilas para as margens do Rio, uma vez que a distância variava de 12 a 20 quilômetros. Como o colono não tinha nenhuma estrutura para implementação de irrigação, poucos conseguiram desenvolver a agricultura irrigada. As inundações durante o período das chuvas também se tornaram um empecilho para a lavoura irrigada, já que se perdia os investimentos feitos a cada ciclo de plantio. A presença do colono vindo de outras partes da Bahia ou mesmo de outras regiões do Brasil, é outro fator de dificuldade a ser enfrentada nesse processo de irrigação, pois as terras situadas nas margens do Velho Chico já vinham sendo exploradas pelas comunidades ribeirinhas, que se encontravam em disputa com o INCRA para manutenção de seus territórios. Os fatores acima elencados provocaram em muito pouco tempo o esgotamento das atividades com a agricultura irrigada, ficando as terras sujeitas a disputas por sua posse e exploração.

3.7 Emancipação

Novos rumos começam a ser traçados para o melhor funcionamento das agrovilas e foi nesse cenário que:

Em 1985, com a chamada “Nova República”, outras perspectivas se abriram para a atuação do INCRA em Serra do Ramalho. No processo de fatiamento dos cargos na Bahia, coube aos grupos situados mais à esquerda do espectro político baiano a

⁵¹ Diz-se da prática de agricultura que depende totalmente do ciclo das chuvas, nas terras áridas do sertão.

superintendência do órgão. Assim, funcionários do INCRA e comissionados identificados com a direção do órgão passaram a atuar em Serra do Ramalho, visando atender aos reclamos da população. Em obediência ao projeto de descentralização que se visava implementar nas gestões de Nelson Ribeiro e Dante de Oliveira, os técnicos tentaram criar associações de moradores em todas as agrovilas (ESTRELA, 2004, p. 176).

A virada na política, com o fim do Regime Militar no Brasil, repercutiu nas mudanças dentro das estruturas dos órgãos executores das políticas públicas no país, entre eles o INCRA, que afastou o Executor em exercício, conduzindo ao cargo um novo administrador, dessa vez sem laços de relacionamentos políticos com a estrutura antes vigente. Uma das iniciativas, foi a tentativa de envolver os colonos no processo de decisões, a partir da contratação de um agente externo, um Senhor de nome Joaquim Lisboa Neto, (Estrela, 2004), que passou a assessorar os colonos de cada agrovila, para que estes, criassem uma associação de moradores, cuja finalidade consistia em viabilizar a unidade dos colonos para lutarem por melhorias no PEC/SR. Essa movimentação conseguiu lograr resultado satisfatório em algumas associações criadas, porém a campanha para desacreditar essa operação, foi um dos argumentos para insucesso delas. Acredita-se que a liderança do executor afastado, juntamente com seus aliados políticos, contribuiu para o insucesso de muitas tentativas de fortalecimento dos movimentos populares nas Agrovilas.

O PEC/SR funcionou em meio a altos e baixos sem que houvesse resultados satisfatórios. Não houve medidas e esforços, por parte do INCRA, para solucionar os problemas que iam surgindo. Com o afastamento do Executor por motivos já mencionados, uma campanha começou a ser feita para encerrar legalmente a existência do Projeto e permitir que as agrovilas se emancipassem, passando a se tornar uma região administrativa independente. Esse movimento começa a se desencadear a partir de 1985. “O Projeto existia no papel, muitos detalhes foram pensados, até a emancipação era um objetivo do INCRA.” (CORDEIRO, 1982, p. 21). Quando planeja a execução de um projeto, o órgão tem como objetivo oferecer as condições para que dentro de um determinado tempo, os trabalhadores possam conduzir o destino de suas atividades. Nessa perspectiva, não está incluída necessariamente a emancipação política, com criação de um novo município, mas a autonomia na condução dos empreendimentos criados pelo órgão. Mesmo com essa plataforma em vista, não se tem registros de uma sequência de atividades com resultados satisfatórios. De acordo com Estrela (2004, p. 190),

Desde início da década de 1980, o INCRA vinha pouco a pouco fugindo de suas responsabilidades em relação ao Projeto. As promessas foram completamente esquecidas. Para usar expressão de um reassentado: devagar, devagar, o INCRA estava tirando o corpo fora. Para alguns, o fato representava alívio, significava a

“libertação do cativo”. Para outros era o descompromisso total. O descaso do INCRA, do ponto de vista dos reassentados, era tão grande, que, em 1981, durante estada do presidente João Batista Figueiredo em Bom Jesus da Lapa, lhe entregaram um abaixo assinado com mil trezentas e oitenta e cinco assinaturas, reclamando melhorias para o Projeto.

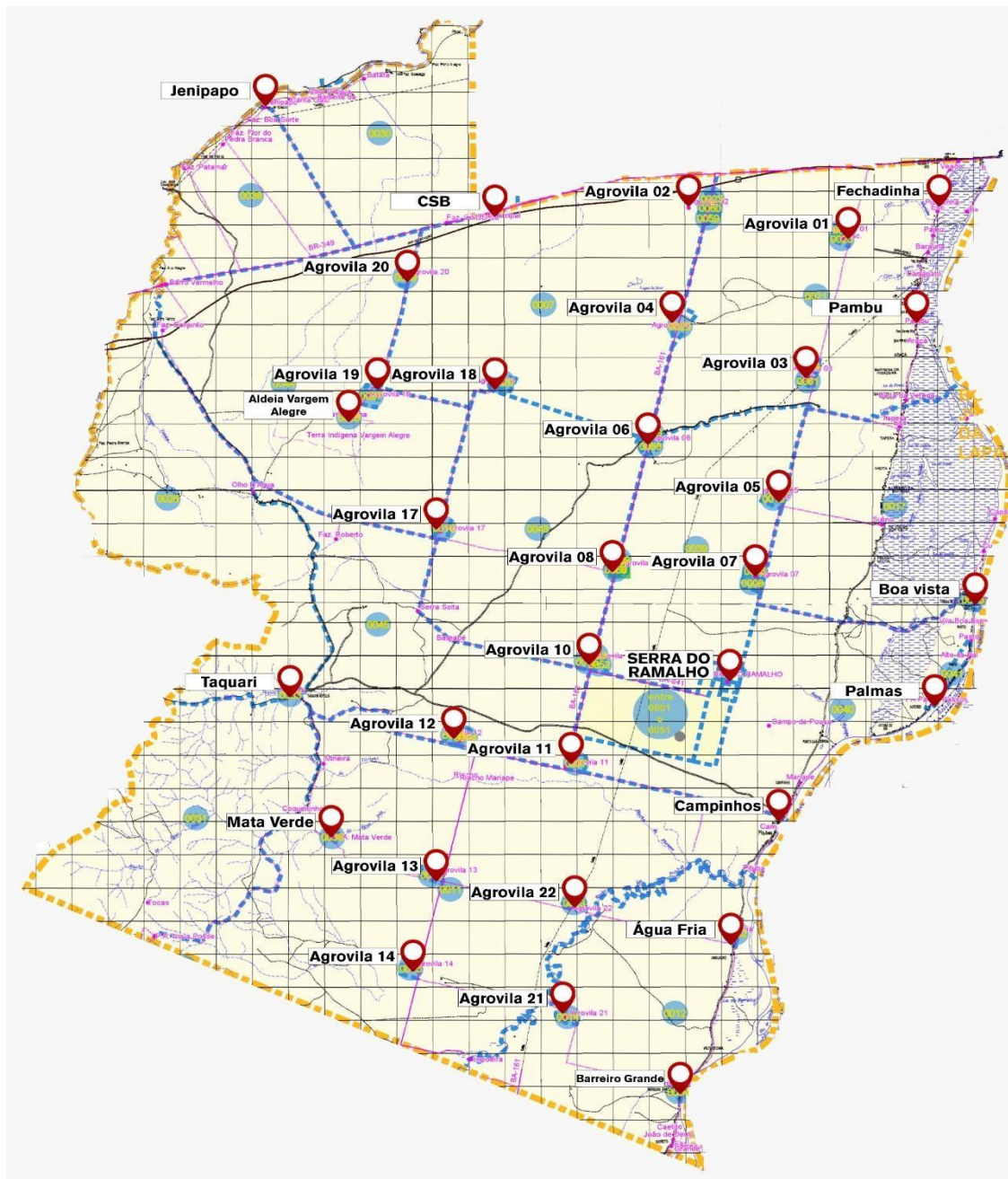
A manutenção da educação, assistência à saúde, auxílio no planejamento e produção no campo, com a retirada dos técnicos residentes nas agrovilas, entre outros fatores, colocaram o INCRA em descrédito e fortaleceu o movimento pela emancipação política do Projeto. Os aliados políticos do executor exonerado, iniciaram uma campanha junto ao Governo do Estado da Bahia, através de lideranças parlamentares, cujo propósito alcançado foi a condução do primeiro executor como primeiro prefeito eleito pelos moradores do novo município criado. Esse processo culmina “com a extinção do INCRA por força do Decreto Lei n. 2.363, de 23 de outubro de 1987” (INCRA, 1994, p. 21, in: Estrela, 2004, p179). Com esse ato, coloca-se um fim na atuação da entidade no Projeto, deixando a mercê da própria sorte, e das especulações políticas, as centenas de pequenos agricultores que habitavam Serra do Ramalho. Muitas pendências precisavam ser resolvidas, especialmente as questões inerentes à posse das terras nas áreas de reservas, onde dezenas de pequenos agricultores precisavam ter regulamentadas a ocupação dos lotes demarcados. A situação ficou tão complexa que “por força desses atos o PEC/SR ficou totalmente desativado, provocando dessa forma um descontrole de suas atividades, principalmente no Programa de Assentamento”. (INCRA, 1994, p. 21-22, in: Estrela, 2004, p.160). Com o Decreto 99.332, de 20 de junho de 1990, os servidores que conheciam bem a situação do Projeto foram colocados em disponibilidade, provocando a desestabilização entre os que dependiam do INCRA e de seus conhecimentos sobre as questões fundiárias que ainda precisavam ser resolvidas. A partir daí, o centro das resoluções passava aos técnicos lotados na Superintendência do INCRA, localizada em Salvador.

Com a extinção do INCRA, no ano de 1987, o Projeto estava emancipado, embora, muitas pendências ainda não resolvidas contradiziam a previsão de que a emancipação administrativa aconteceria quando a comunidade de colonos estivesse preparada para continuar liderando e promovendo a condução dos processos de produção e manutenção das atividades. Após esses eventos, outra emancipação era pretendida, a que tornava o Projeto Serra do Ramalho um município. A ausência do poder público fez com que os interessados pela emancipação política se articulassem com as lideranças regionais, de tal forma que, em 08 de janeiro de 1989, foi realizado o plebiscito entre a população, que se manifestou para escolher pela emancipação política da região ou manutenção da dependência em relação ao município de Bom Jesus da Lapa. O resultado foi pela emancipação, de tal sorte que em 13 de junho do

mesmo ano, foi promulgada a Lei de criação do novo município, sendo em novembro realizada a primeira eleição, com a condução do Ex. Executor como primeiro prefeito, ficando a Agrovila 09 como sede do município, passando a se chamar Serra do Ramalho. As demais agrovilas foram incorporadas como zona rural, com exceção das agrovilas 15, 16 e 23, que passaram a fazer parte do município de Carinhanha. Como a relocação foi feita às pressas, os núcleos de reassentamento estavam inconclusos e precários, inexistiam condições dignas de moradia e mínimas de agricultura (Siqueira.1992. p.149). Foi essa a Serra do Ramalho herdada do modelo administrativo e econômico do Estado com a PEC/SR.

O município de Serra do Ramalho é resultado dessa multiplicidade de comunidades e ações. Abaixo, um mapa atualizado com todas as comunidades, incluindo-se agrovilas, a cidade, comunidades serranas, comunidades ribeirinhas e aldeia indígena, todas tendo em comum o pertencimento a uma administração sediada na antiga Agrovila 09.

Imagem 21 – Mapa das comunidades em Serra do Ramalho hoje.



Fonte: (Coordenação Municipal de Educação.2023. p.109.)

Esse novo mapa, com a distribuição das agrovilas e comunidades beira rio e serranas, reflete bem as mudanças ocorridas na região onde o passado e o presente se encontraram e continuam a se encontrar permanentemente nas memórias e nas consequências da ação coercitivas do Estado, que não levou em consideração as especificidades dos assentados, não ofereceu condições apropriadas, deixando-os entregues à própria sorte. De acordo com Siqueira (1992, p.146),

Reassentar os desalojados em condições precárias, restringindo os meios de subsistência, é comparado a “enterrar vivo”, o que, além de não ser direito, desmascara a intenção apregoada de beneficiar, apoiar a população da região.

A constatação do tratamento dispensado aos colonos reassentados no PEC/SR, e que hoje constituem os cidadãos moradores no município de Serra do Ramalho, continua dependendo da memória dos primeiros moradores da região e dos primeiros colonos, cujo objetivo é a compreensão dos processos formadores da identidade do serramalhense, tão impactado pelas políticas econômicas destinadas ao sertão nordestino.

Ainda hoje, o uso da palavra agrovila continua sendo corriqueiro na definição das localidades planejadas, mesmo algumas já alteradas pela diminuição de sua população e redefinição das propriedades ou lotes rurais, que vão se acumulando nas mãos das pessoas que compram os lotes rurais para investimento nas atividades agropecuárias. A própria sede do município é comumente chamada de Agrovila 09, apesar do acelerado processo de urbanização dos últimos anos com a ocupação de toda antiga área de reserva e de lotes rurais no entorno, que foram loteados para venda de terrenos urbanos.

As comunidades mais antigas, seja da margem do Rio São Francisco, seja situada na Serra, permanecem com os nomes originais, com acesso delimitado pelas estradas vicinais. As novas comunidades, surgidas durante o processo de ocupação das áreas de reserva do PEC/SR, continuam na luta para obtenção do direito legal ao uso da terra, via titulação, o que exige uma ação conjunta do INCRA e do Governo Municipal para legalizar as propriedades e assim oferecer possibilidades de acesso aos benefícios dos programas destinados aos pequenos produtores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amplitude do problema abordado no curso dos capítulos do presente trabalho, é bastante comum entre as populações que são desagregadas de suas formas particulares de viver e submetidas aos programas idealizados pelas instâncias públicas que gerenciam em nosso grande Brasil o destino de milhares de pessoas. Em relação a Sobradinho e Serra do Ramalho, a convicção e determinação do governo, está alicerçada na ideia de que “o desenvolvimentismo acredita que a obra ou o projeto tem “papel civilizador”, “modernizador”, ao tomar as populações atingidas do nada ou pouco que são suas vidas e resgatá-las para uma vida acreditada como melhor (Siqueira. 2007.pg. 4). Dentro de uma retrospectiva histórica Sobradinho e Serra do Ramalho não se tratou do primeiro caso e não foi o último, entre tantos projetos, já que estamos continuamente nos adaptando às circunstâncias estabelecidas pelas forças do poder econômico e seus interesses peculiares a cada momento de nossa história. Trata-se de mais um caso de desterritorialização, desagregação de modos de vida e adaptações, proporcionadas por forças exteriores, que pensam e moldam as diretrizes econômicas de um país, colocando as questões de produção e desenvolvimento acima da vontade das pessoas que estão inseridas em determinados contextos.

A região do Lago de Sobradinho se tornou berço de produção energética e da agricultura irrigada, entretanto muitos dos desagregados ou seus descendentes diretos levam uma vida comum, tendo que se submeter a um mercado dominado por produtores vindo de regiões distantes do Brasil, com o capital adequado para os investimentos. Não se pode negar as melhorias, porém se pode fazer indagações sobre a exclusão desses agentes locais no processo de produção. Em relação ao município de Serra do Ramalho, muitas memórias são reproduzidas no cotidiano das pessoas, fazendo alusão a tempos anteriores à instalação do PEC/SR. Também nessa região, pode-se encontrar sinais do processo estabelecido no momento de execução das atividades planejadas pelo INCRA e pela CHESF, a exemplos da organização do espaço físico das propriedades rurais e do formato das Agrovilas, sendo que os aspectos sócios culturais se apresentam nas diversas manifestações praticadas no curso do ano, revelando as interações, adaptações e transformações, surgidas a partir das contribuições dos sujeitos que foram chegando e que já estavam na região.

O entendimento das razões e dinamismos que culminaram com a desapropriação, desterritorialização e assentamento das centenas de famílias arraigadas nas regiões de Sobradinho e Serra do Ramalho, passou pela abordagem do modo de vida anteriormente

estabelecido nas citadas regiões, revelando as práticas sociais existentes, cujo cotidiano já era assimilado e vivenciado nos vários aspectos da vida familiar e comunitária. Reconhecer uma rede de conexões já existentes, que foi deliberadamente transformada por força da ação coercitiva do Estado, sem que os atingidos fossem consultados, é uma dedução pertinente, feita a partir da pesquisa realizada.

Quando se analisa os procedimentos de mobilização das centenas de famílias incluídas na ação de desapropriação e remanejamento, pode-se observar diferentes estratégias utilizadas pelos órgãos do governo para efetivação de seus planejamentos. Muita propaganda foi realizada, e mesmo assim, aconteceram rejeições e resistências em torno das mudanças propostas, fato que marca a dura peleja entre as comunidades, sejam elas, os povoados da região de Sobradinho, sejam as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígena da região de Serra do Ramalho. O principal instrumento de sobrevivência e conexão entre essas populações, a terra e o Rio São Francisco, não estavam mais ao alcance de suas movimentações. Como a vida girava em torno desses dois elementos, naturalmente um descompasso passou a fazer parte e provocou transtornos entre os atingidos, que não pediram e nem tiveram tempo para uma preparação em torno dos ocorridos em sua volta, ainda mais que as instituições governamentais, estavam convencidas de estarem promovendo a integração dessas populações ao programa desenvolvimentista em expansão no Brasil.

Não se pode avaliar o presente, levando em conta as questões passadas, entretanto ainda é comum se ver essa busca do passado para tornar a situação presente menos importante, um esforço que a memória do beradero empreende para não perder os laços com a vida tida antes da construção da Barragem. Hoje muitas organizações pesquisam e registram essas memórias, bem como ainda correm muitas ações contra o Estado, representado pela CHESF, reivindicando uma revisão nos processos indenizatórios ocorridos durante a desapropriação. A demanda por investimento nas bordas do lago, atraio produtores de muitos lugares, sobretudo os que detinham as condições financeiras e experiência com a agricultura irrigada. Também é relevante o papel desempenhado pelos líderes locais, ao tentarem manipular a expropriação para tirar proveito com a posse das áreas desocupadas em benefício de seus correligionários ou parentes. Nessas condições só restou aos desabrigados a busca de novos lugares para fixação de residência, o deslocamento para o Projeto de Serra do Ramalho ou a luta silenciosa com a persistência em permanecer nas bordas do lago e reconstruir sua prática de vida.

Em Serra do Ramalho tudo conspirou para que os beraderos desistissem de sua condição de colono e tentassem retornar para sua vida em torno da barragem, o que provocou como já citado no texto, replanejamentos e novos direcionamentos da política de alocação de novos

colonos no PEC/SR, intensificando a multiplicidade de atores sociais que chegavam na região e, por meio das conexões geradas, possibilitaram um conjunto de práticas sociais, resultantes das experiências vividas anteriormente, a exemplo das manifestações presentes hoje na região e que são resultados dessas interações, como as “farinhadas”, as vaquejadas, festejos religiosos, inserção de novos elementos na culinária, entre outros. Entre a mudança e assentamento, muito se perdeu, muito se somou, alterando significativamente o modo de vida de centenas de famílias e comunidades. Muitos se manifestaram, muitos resistiram, outros tiraram proveito, mesmo assim o PEC/SR foi posto em prática, deixando suas marcas para sempre na paisagem, com a simetria das estradas e da organização das agrovilas, e nas comunidades, que foram obrigadas a se adaptarem a nova realidade imposta.

Em relação a estrutura de funcionamento do PEC/SR, as questões de infraestrutura foram elencadas para demonstrar a forma como planejou de forma homogênea as agrovilas e o tratamento dispensado aos colonos. Estradas, assistência à saúde, serviços educacionais, auxílio ao produtor rural, cooperativa, financiamento de insumos, tudo feito para viabilizar o desenvolvimento e mesmo assim, instalou-se sucessivas crises de produção, muito comuns em Serra do Ramalho, o que desestimulou o cultivo da terra e gerou o endividamento de muitos trabalhadores que abandonaram suas terras ou as venderam a custos muito baixos para trabalhadores oriundos de outras localidades da região nordeste.

A violência no processo de desapropriação das terras utilizadas pelas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígena, situadas na região entre a Serra do Ramalho e o Rio São Francisco, também foi responsável pela visão negativa que os moradores locais alimentavam em relação ao Projeto e os colonos que iam chegando e tomando posse de suas casas e lotes rurais. Aos poucos Serra do Ramalho foi ocupada por gente vinda de todos os lugares, o que se reflete hoje na sua configuração social. Emancipado em 1989, o município está entre os mais pobres da Bahia. Algumas agrovilas tiveram sua população reduzida, com casas abandonadas e uma crescente acumulação de terras por alguns proprietários rurais, formando em alguns casos minifúndios ou propriedades que aglutinam muitos lotes rurais de 20 hectares.

Das heranças beradeiras presentes no município, a mais significativa são as comemorações da Padroeira Nossa Senhora do Amparo na Agrovila 05, momento de encontro entre antigos moradores, com a vinda de caravanas das bordas do lago, especialmente dos povoados de Pau-a-Pique, Bem Bom e Barra da Cruz. Também a romaria de Bom Jesus da Lapa contribui para esses momentos de encontros entre esses grupos que foram separados pelas circunstâncias das políticas econômicas e sociais que afetaram as regiões estudadas. No que tange os moradores da região da Serra do Ramalho, que já se encontravam no perímetro, foram

abalados pela redução de suas terras e delimitação de novos espaços, porém encontramos até hoje, referências aos acontecimentos antes existentes, que foram somados aos de outros contingentes populacionais deslocados para a região, basta lembrar da Festa de São Sebastião da Boa Vista, Rodas de São Gonçalo, Cavalgada, Vaquejada, Pega de boi, danças e cantigas que foram integrados aos costumes e tradições do município.

Serra do Ramalho, por ter seu município localizado no entorno de dois grandes rios, o São Francisco e o Corrente, não escapou e ainda não está isenta de futuras investidas em seu território. O Projeto Formoso de hoje, as investidas da CODEVASF, sempre circundaram nossa região, pois como bem afirmado “as intervenções feitas no meio-ambiente natural e social da Bacia do Rio São Francisco, de Sobradinho à transposição, não mudaram substancialmente quanto às finalidades liberal-desenvolvimentistas e estratégico-políticas” (Siqueira.1992 p. 2). O modo de produção capitalista, voltado para o agronegócio, continua a nos cercar, com os mesmos pretextos de alcançar o desenvolvimento para a região.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ednalva Padre. **A Realização da Empatia Histórica no Ensino e Aprendizagem da História**. Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional. Curitiba, v. 13, n. 33, p. 109-124 jan./abr. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territórios, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: **Território Globalização e Fragmentação**. Org. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira. Editora HUCITEC. São Paulo, 1998.

BANIWA, Gersem. Entrevista. Revista História Hoje, **Dossiê Ensino de História Indígena**, vol.1, n.2, 2012.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa qualitativa fenomenológica: interrogação, descrição e modalidades de análise. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: http://www.mariabicudo.com.br/resources/CAPITULOS_DE_LIVROS/Pesquisa%20qualitativa%20fenomenologia.pdf. Acesso em: 11/10 / 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: **Uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994. E-book.

BRAGA, Ana Catarina L.de A Sento-sé **SENTO-SÉ E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO SOBRADINHO:A HERANÇA DE UMA POPULAÇÃO E O PODER DE UMA FAMÍLIA**. Disponível em: http://www.historal.kit.net/ana_catarina_martinelli.pdf.

BURSZTYN, Marcel. O Brasil real reconstruído. **Experiência de colonização em Serra do Ramalho, Bahia**. Caderno do Ceas, Salvador: n.118, novembro/dezembro de 1988. <https://www.sicoob.com.br/web/maisqueumaescolha/blog/-/blogs/o-que-e-cooperativismo>.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 1982.

COSTA, Davi Silva da. **Caminhando rumo ao futuro incerto: sucessão e transmissão de patrimônio no Projeto Agroextrativista São Francisco em Serra do Ramalho, BA.** UFRRJ. Rio de Janeiro 2016. (Tese) Coordenação de Ensino de Serra do Ramalho. Serra do Ramalho: Terra de grandes riquezas. 2023.

CORDEIRO, Tânia. **Que solução é essa? As agrovilas de Bom Jesus da Lapa.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 1982.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Três, 1984.

DUARTE, Júlio César Messias. **Governança e regularização em terras públicas: o caso do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho – BA.** 2022. 175 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho- BA.** Tese de doutorado, PUC-SP, 2004.

ESTRELA. Ely Souza. **Um rio de memórias: O modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia).** História e Perspectiva. Uberlândia. 2009.

FAUSTINO, Nlandu Matondo. **A colonização, uma referência historicizante do discurso sobre a descolonização de África: uma provocação filosófica a partir de Frantz Fanon.** Revista Opinião Filosófica. Vol I. 2018. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/issue/view/17>
Ferrovias na Bahia. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/trens_ne/juazeiro.htm. Acesso em: 07/05/2025.

. GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA):** UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu.** Salvador: EDUFBA, 2003.

GERMANI, Guiomar Inez. **Os expropriados de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mimeo, v.1, 1982.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

IVO, Isnara Pereira; Miscigenação biológica, mestiçagens culturais e biológicas e a interpretação da História.p133. In :GUEDES, Roberto; IVO, Isnara Pereira: **Escravidão, seus temas e problemas em aulas de história.** Edupe. Recife. 2023.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). MAHER, T. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: KLEIMAN, A; CAVALCANTI, M. (orgs.). **Linguística Aplicada – suas faces e interfaces.** Campinas: Mercado de Letras, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

NEVES, Sirleide Dias das. **50 anos da construção da Barragem de Sobradinho e agricultura familiar: Uma análise dos seus impactos a partir da gestão social.** UNIVASF. Juazeiro-Ba. 2023.

PAIVA, Eduardo França... (et al). **As novas histórias do Brasil. In: Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no centro-norte (séculos XVIII e XIX) /Organizadores: Eduardo França Paiva ... [et al].** – Belo Horizonte: Caravana, 2023.

PEREIRA FILHO, Anísio José. **Representações do PEC-Serra do Ramalho: entre o modo de vida local e o progresso.** UFGO. Goiânia. 2013.

PERISSINOTTO, Renato. **O conceito de Estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino.** Rev. Sociol. Polit. Curitiba, v. 22, n. 52, dez. 2014. p. 64.

RAVENTÓS, Maria Girona. **Introdução ao estudo das migrações.** USP. São Paulo.2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. re - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M; SOUZA, M. A; SIVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Identidade e mercado: a cultura negra no comércio popular de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 1998.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos / Edcarlos Mendes da Silva**. – UFBA. Salvador, 2010.

SILVA, Edcarlos Mendes da e GERMANI Guiomar Inez. **OS QUE NÃO FORAM E OS QUE VOLTARAM: REJEIÇÃO AO PEC/SERRA DO RAMALHO COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA A SOBRADINHO**. Disponível em: <http://www.utf.br/usinga/trabalhos/trabalhos%20completos/edcarlos%20mendes%20da%20silva.pdf>. Acesso em: 02/05/2025.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho**. UFPE. Recife. 2020.

SILVA, Maria Ieda da. **Monopolização do território camponês pelo capital financeiro em Serra do Ramalho-Ba: Sujeição da terra de trabalho e subsunção do uso**. UESB. Vitória da Conquista. 2019.

SIQUEIRA, Ruben A. **De Sobradinho à transposição: Para onde corre o São Francisco?** Texto apresentado no I Encontro Ciências Sociais e Represas. Salvador. 2007.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**, João Pessoa, UFPB / Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

SIQUEIRA, Ruben A. **O que as águas não cobriram: Tempo, Espaço e Memória**. Caderno do Ceas. Salvador. nº 151, maio-junho de 1994.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. UFBA. Salvador. 2015.

XAVIER. Maria Regina de Souza. **RETALHOS DE MEMÓRIA:RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES EM SERRA DO RAMALHO-BA (1970-1989)**. Artigo publicado na revista Espaço Acadêmico. UNEB. Caetité-Ba. 2007.